

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
FACULDADE DE DIREITO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL

Descolonizando a Academia: o fomento à representatividade feminina, negra e periférica pela educação popular - um estudo de caso sobre a experiência do PPGDC/UFF e o Pré-Pós Dr. Luiz Gama

Greyce Danielle Alves Barbosa

Niterói

2019

Greyce Danielle Alves Barbosa

Descolonizando a Academia: o fomento à representatividade feminina, negra e periférica pela educação popular - um estudo de caso sobre a experiência do PPGDC/UFF e o Pré-Pós Dr. Luiz Gama

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Linha de pesquisa: Teoria e História do Direito Constitucional e Direito Constitucional Internacional e Comparado

Orientador: Prof^o. Dr^o. Gladstone Leonel da Silva Júnior

Coorientador: Prof^o. Dr^o. Enzo Bello

Niterói

2019

Ficha catalográfica automática - SDC/BFD
Gerada com informações fornecidas pelo autor

A474d Alves barbosa, Greyce Danielle
Descolonizando a Academia: o fomento à representatividade feminina, negra e periférica pela educação popular : - um estudo de caso sobre a experiência do PPGDC/UFF e o Pré-Pós Dr. Luiz Gama / Greyce Danielle Alves barbosa ; Gladstone Leonel Da Silva Junior, orientador ; Enzo Bello, coorientador. Niterói, 2019.
237 f.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2019.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22409/PPGDC.2019.m.39560536800>

1. Representatividade. 2. Minorias. 3. Educação. 4. Academia. 5. Produção intelectual. I. Da Silva Junior, Gladstone Leonel, orientador. II. Bello, Enzo, coorientador. III. Universidade Federal Fluminense. Faculdade de Direito. IV. Título.

CDD -

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Gladstone Leonel da Silva Júnior- orientador

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Enzo Bello - coorientador

Universidade Federal Fluminense (UFF)

Prof. Dr. Thula Pires

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

Prof. Dr. Gustavo Proença da Silva Mendonça

Universidade Estácio de Sá (UNESA)

AGRADECIMENTOS

Como é a praxe de todo trabalho acadêmico, e não apenas por esse motivo, mas por de fato me sentir muito grata à algumas pessoas que fizeram parte dessa realização de algum modo, deixo aqui meus sinceros agradecimentos.

Em primeiro lugar agradeço a minha pequena (em número) porém enorme (em amor), família. Desde o momento em que eu era apenas um embrião no ventre de minha mãe sei que esforços descomunais foram feitos para que eu viesse a ter a melhor qualidade de vida possível que eles pudessem me oferecer. Meus avós (maternos e paternos) calcaram as bases e fincaram os alicerces que vieram a se transformar em monumentos suntuosos. Em que pese o meu contato pessoal com eles tenha sido breve, minha gratidão se perpetuará pela eternidade. Muito obrigada aos meus queridos avós Mariano Pereira, Mariana Pereira e Maria Barbosa.

Seguindo nessa perspectiva genealógica, meus pais, mesmo diante de inúmeras dificuldades, nunca deixaram de investir em meu futuro, acreditando que eu poderia me tornar uma pessoa adulta “melhor” do que eles foram. Com três filhos para criar, proporcionaram a todos nós educação, saúde e amor. Eles, por sua vez, já eram a versão “melhorada” de seus respectivos pais e mães – pessoas de origem humilde e que lutaram diversas batalhas para que, assim como àqueles fariam depois, seus filhos se transformassem em suas melhores versões.

Minha mãe não ficou muito contente com a minha mudança de estado para cursar Direito em Niterói, no ano de 2011, mas creio que tenha percebido que fiz uma boa escolha. No momento em que isso ocorreu não podia compreender bem sua resistência. Hoje, um pouco mais amadurecida, entendo que o fez por seu imenso amor e cuidado, o que lhe é muito característico. Sempre teve a fala mansa e a facilidade em se emocionar. Apesar de em alguns momentos ter feito o papel da superprotetora, foi laceando e compreendendo que a vida é dinâmica, feita de mudanças e desafios que devem ser encarados, cedo ou tarde. Meu pai sempre foi o tipo sério de poucos amigos. Por motivos que desconheço, sempre senti grande identificação com seu jeito de ser, e seus gostos. Minhas duas graduações tiveram sua grande influência, bem como o gosto por ler e escrever. Ainda que a distância seja uma constante entre nós, sempre me deleito com suas mensagens inesperadas e sua voz grave com forte sotaque paulistano - “Tudo bem aí, filha?”. Obrigada mãe Gessy e pai Sergio, eu os amo demais.

Não podem existir agradecimentos em minha vida que não remetam em grande parte à minha tia-mãe. Minha única e maravilhosa tia, pessoa que nos transformou em seus filhos,

dado o carinho, apoio e presença constante em nossas existências. Tia Neide é aquela pessoa que até hoje recorremos nos momentos bons e ruins, partilhando tudo o que eventualmente não partilhamos com outras pessoas - é assim comigo - e ela sempre está ali, atenta e pronta para o que for: sorrisos, celebrações, lágrimas, conversas e conselhos. Muito obrigada, querida tia.

Sou a filha do meio, com uma irmã mais velha e um irmão mais novo. Sabem qual é o estigma do filho do meio, e eu, diga-se de passagem, cumpri muito bem com o papel de ratificar essa caracterização. É unânime a opinião de que sou a mais “cri-cri” e problematizadora dos três. Minha irmã Iris é a calma em pessoa, apesar de, por vezes, um pouco chorona. Eu gostaria de ter a diplomacia que ela passa para as outras pessoas, bem como o seu bom-humor de sempre. Pensando rapidamente para escrever esses agradecimentos, não me vêm à cabeça algum momento em que ela não estivesse de bom-humor, rindo daquele modo que lhe é bastante peculiar. Já meu irmão Serginho, o caçula, também tem a personalidade forte, como a minha. Por isso, talvez, tenhamos mais momentos de opiniões distintas e embates. Ele é o “figura”, o “comédia” da família – sempre ligeiro, sagaz e ácido. Dele eu gostaria de ter o pensamento rápido e a facilidade de aprender sem ter que dispor de tanto tempo estudando. Gostaria que soubessem que, apesar de muitos momentos ausente, sempre penso em vocês com carinho, e, mesmo que falhe em alguns momentos em demonstrar meu amor, vocês estão em meu coração.

Desde muito pequena eu já tinha a consciência de que eu era diferente dos meus coleguinhas de escola. Estudei integralmente o ensino fundamental em escola particular de vertente católica, na qual predominava, quase que totalmente, a incidência de crianças brancas oriundas de família de classe média. Buscava algum tipo de identificação com aquelas pessoas que me rodeavam, e não a encontrava. Apesar disso, sou muito grata pelo fato de que nunca me senti discriminada enquanto criança negra. Tenho apenas boas lembranças desse colégio no qual passei grande parte da minha infância e pré-adolescência. Foi lá que fiz meus primeiros amigos da vida, os quais a maioria perdura até os dias de hoje. Gratidão Gustavo, Elaine, Vivian, Maria Carolina, Thamires e Daniela.

Também tenho que citar aqui meus colegas de ensino médio e técnico. Definitivamente foi nessa época em que comecei a notar as mudanças na minha personalidade, e a convivência com essas pessoas me ajudou na formação enquanto a pessoa que sou hoje. Foi o momento de transição de uma escola particular e tradicional, para uma escola pública e técnica, na qual as pessoas vinham de diversos lugares e contextos diferentes.

Muito obrigada, Dylan, Mariana, Gláucia, Isadora, Márcia, Helen e Thássia. Minha primeira graduação também foi uma experiência pela qual sou muito grata. Nunca deixarei de amar a aviação, entretanto, meus voos acabaram por alçar uma rota diferente.

Definitivamente a minha vida não seria a mesma se eu não tivesse tido a coragem e ousadia em mudar radicalmente de profissão e estado. Arrisquei e me mudei de São Paulo, do conforto da casa da minha mãe, para viver em uma república em Niterói, Rio de Janeiro, a fim de cursar Direito na Universidade Federal Fluminense - foi a melhor decisão da minha vida. Nesse ano de 2019 eu completo oito anos de coração fluminense/carioca. Vivi durante todo esse tempo na mesma casa, entretanto, por se tratar de uma república, idas e vindas eram uma realidade. Nesse sentido, aprendi a lidar com encontros e despedidas, fins, começos e recomeços. Aprendi o que eu aceito e o que não admito. Aprendi a respeitar o espaço alheio e a reivindicar o meu. Aprendi quais são as personalidades me apeteçam, e quais repudio. Aprendi que posso ajudar, como também ser ajudada. Aprendi a me identificar enquanto mulher negra que merece tudo e muito mais do que a sociedade recorrentemente tenta tirar de mim. Aprendi a falar de assuntos difíceis Aprendi até mesmo a cozinhar! Meus sinceros agradecimentos: Gabriela, Thaís, Rute, Carol S., Carol R., Roberta, Luana, Katarina, Ynez, Fabi, Flávia, Fran, Sr. Franco, Dna. Celeste, Eveline, Luiza, Geana e Felipe B. À incrível equipe de bucomaxilo do HUPE/UERJ, obrigada por mudarem a minha vida. Por todo o companheirismo, carinho e momentos que transcendem, Agustín. Por fim, só tenho a agradecer à Universidade Federal Fluminense, por ser uma universidade tão maravilhosa e plural, e por ter me recebido sempre de braços abertos, tanto na graduação, como na pós-graduação.

Desde o início do mestrado também tive a oportunidade de conhecer pessoas maravilhosas, que muito me acrescentaram e acrescentam até hoje, seja perto ou longe. Meus queridos amigos que fiz na turma de 2017.1 do PPGDC/UFF: Anne, Cecília, Karina e Lucas, meus “sereios”, cada qual com suas características e aspectos que os fizeram incrivelmente distintos e especiais pra mim – aprendo todos os dias com vocês – que se perpetue para a vida; agradeço também à Iara, Larissa e toda a equipe do Coletivo Direito Popular da UFF, que sempre apoiaram a minha ideia e me ajudaram a concretizá-la; aos meus queridos professores que sempre me auxiliaram nas pesquisas, compartilhando conhecimento e gentileza: Gladstone Leonel, Enzo Bello e Eduardo Val; aos sempre prontos a ajudar na secretaria do Programa: Mirian e Eric. À professora da PUC-Rio, Thula Pires, pelos conselhos

e apoio, assim como ao professor Gustavo Proença da Silva Mendonça, pela presença na banca de avaliação final. Também agradeço à CAPES, pelo voto de confiança em minha atuação enquanto pesquisadora.

Por certo que me alonguei nos agradecimentos, entretanto, eu tenho a felicidade de ter tantas pessoas com as quais pude contar e com as quais eu sei que sempre poderei contar. É absolutamente recíproco.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo discorrer, primeiramente, sobre o PPGDC/UFF e a sua recente implementação do programa de cotas para negros e indígenas no processo seletivo relativo ao edital nº.01/2017, bem como propor e executar um programa estudantil de fomento ao ingresso de negros graduados em direito ao supracitado programa, como meio de proporcionar maior representatividade dessa parcela populacional no meio acadêmico. População esta, que, desde o Brasil colônia, é constantemente subjugada e relegada aos níveis mais baixos de escolaridade. O principal intuito desse projeto é fazer com que esses estudantes e candidatos ao processo seletivo do PPGDC/UFF 2018/2019 sintam-se acolhidos, bem-queridos e representados quanto à urgente necessidade de uma mudança no panorama educacional de ponta do nosso país, que, sem dúvidas, é primordialmente ocupado por homens, héteros, brancos e elitizados. Um ambiente diversificado e intercultural é pujante na busca por um Brasil mais igualitário e democrático. A educação é uma das importantes bases mudança deste cenário nacional desigual, cujos alicerces foram ainda mais estremecidos dadas as recentes medidas políticas do atual governo. Por fim, diante disso, a ação social comunitária, nesse sentido de rompimento com o *status quo*, é crucial, e a esperança é de que as discussões e ideias aqui expostas sejam perpetuadas.

Palavras-Chave: afrocentricidade; negritude; pensamento descolonial; PPGDC/UFF; representatividade.

ABSTRACT

This paper aims to discuss, firstly, the PPGDC / UFF and its recent implementation of the quota program for blacks and indigenous people in the selective process regarding edict nº.01 / 2017, as well as propose and execute a student development program to the admission of black graduates in law to the aforementioned program, as a means of providing greater representation of this population in the academic environment. Population is, that, from the colony Brazil, is constantly subjugated and relegated to the lower levels of schooling. The main purpose of this project is to make these students and candidates in the selective process of PPGDC / UFF 2018/2019 feel welcome, well-liked and represented on the urgent need for a change in the, undoubtedly, is primarily occupied by men, hetero, white and elitist. A diverse and intercultural environment is thriving in the quest for a more egalitarian and democratic Brazil. Education is one of the important change bases of this unequal national scenario, whose foundations were even more shaken given the recent political measures of the current government. Finally, in this regard, community social action, in this sense of breaking with the status quo, is crucial, and the hope is that the discussions and ideas set forth here will be perpetuated.

Keywords: afrocentricity; blackness; decolonial thinking; PPGDC / UFF; representativeness.

*Em nós, até a cor é um defeito.
Um imperdoável mal de nascença,
o estigma de um crime.
Mas nossos críticos se esquecem que
essa cor, é a origem da riqueza de
milhares de ladrões que nos
insultam; que essa cor convencional
da escravidão tão semelhante à da
terra, abriga sob sua superfície
escura, vulcões, onde arde o
fogo sagrado da liberdade.*

(Luiz Gama)

LISTA DE ABREVIATURAS DE SIGLAS

CF - Constituição Federal

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

PPGA - Programa de Pós-Graduação em Antropologia

PPGDC - Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional

PPGS- Programa de Pós-Graduação em Sociologia

PPGSD - Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito

PRÉ-PÓS DLG - Preparatório Comunitário à Pós-Graduação Dr. Luiz Gama

SISU - Sistema de Seleção Unificada

UERJ - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

UFF - Universidade Federal Fluminense

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Contagem dos sábados até o dia das provas do ENEM 2018.

Quadro 2 - Grade de horários inicial do Pré Luíz Gama (primeiras duas semanas de aulas).

Quadro 3 - Cronograma de trabalho referente à elaboração da dissertação.

Quadro 4 - Perguntas do questionário “Negritude no PPGDC/UFF” do *Google Formulários*.

Quadro 5 - Cronograma referente à Etapa 1 de monitoria no Pré-Pós Dr. Luiz Gama.

Quadro 6 - Inscritos, presentes a ausentes no certame nº1/2018 do PPGDC/UFF.

Quadro 7 - Designação de Composição de Banca para avaliação de recursos impetrados contra o resultado da etapa de entrevistas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
METODOLOGIA	17
- Métodos utilizados na dissertação.....	22
a) Método de abordagem: bases lógicas de investigação	22
b) Métodos de procedimentos: meios técnicos da investigação.....	23
OPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	25
CAMINHO PERCORRIDO PELO TRABALHO.....	31
CAPÍTULO 1. O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL (PPGDC) DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF) E A POLÍTICA DE RESERVA DE VAGAS	31
1.1 Criação e perspectivas no PPGDC/UFF	32
1.2 Representatividade, corpo docente e discente.....	35
1.3 Desobediência ao saber concentrado na matriz cultural hegemônica	38
1.4 Considerações parciais.....	42
CAPÍTULO 2. FOMENTO À DIVERSIDADE NA (PÓS) GRADUAÇÃO	43
2.1 Modelos de políticas públicas que deram certo	44
2.1.2 Experiência em concreto: o caso PPGA/UFF	46
2.1.3 O vestibular solidário do Direito UFF: curso “Dr. Luíz Gama”	50
2.2 Surgindo um ideal	60
2.3 Considerações parciais	66
CAPÍTULO 3. ROMPENDO ESTIGMAS: o desafio da implementação de um curso de fomento ao ingresso popular no PPGDC/UFF	68
3.1 O antes	68
3.2 O durante: o Pré-Pós Dr. Luiz Gama.....	78
3.2.1 Das inscrições às aulas do Pré-Pós Dr. Luiz Gama	84
3.3 O depois: avaliação dos resultados e conclusões finais	90
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	103
APÊNDICES	111
APÊNDICE A - Formulário Negritude no PPGDC/UFF.....	111
APÊNDICE B – Panfleto de divulgação doPré- Pós Dr. Luiz Gama	111

APÊNDICE C – Inscrição de alunos no Pré- Pós Dr. Luiz Gama	111
APÊNDICE D – Lista de presença às aulas dos alunos do Pré-Pós Dr. Luiz Gama	111
ANEXOS.....	111
ANEXO A– Edital de seleção do programa de pós-graduação stricto sensu em direito constitucional da universidade federal fluminense	111
ANEXO B – Lista de inscritos no PPGDC 2019.....	111
ANEXO C – Lista dos convocados para a fase de entrevistas do PPGDC	111
ANEXO D – Divulgação preliminar dos aprovados para a fase de entrevista do PPGDC 2019	111

INTRODUÇÃO

Posso dizer que o ingresso em um programa de mestrado em uma universidade pública não passou pelos meus planos no começo da graduação. Posso dizer até mesmo que não tinha nítida noção do que se tratava, e, quiçá, de que talvez não fosse um ambiente adequado para uma pessoa como eu: mulher, negra, classe “média”, migrante, sem os chamados “contatos”, os quais fazem a diferença para adentrar em locais demasiadamente estritos, como é o ambiente acadêmico.

Paulistana, deixei minha cidade natal em 2011 para cursar Direito na Universidade Federal Fluminense de Niterói, aos 21 anos, após perceber que minha primeira graduação (em Aviação Civil) me havia deixado um dissabor que, apesar da admiração e contato que mantive com esse ramo, por influência paterna, estava difícil de perpassar, devido à restrição e não identificação de minha pessoa com aquele meio predominantemente masculino, branco e rico. Foi nesse contexto que mudei de cidade, de estado e de vida. Considero que não mais a pessoa de outrora habita este corpo, externa e internamente. Isso se exemplifica, no caso concreto, pelos caminhos que escolhi traçar desde então na carreira jurídica, refletindo cada vez mais a partir do social e tomando consciência da pessoa que havia me tornado, capaz de fazer a diferença no que realmente colocasse dedicação e afinco.

Devido a toda essa mudança, inclusive aceitação¹ e autoconsciência da minha herança e negritude, decidi, em meados da minha graduação em Direito, que o meu trabalho de conclusão de curso seria na vertente da mulher negra, orientado pelo professor Dr^o. Eduardo Manuel Val. E assim foi. Logo após formada, me deparei com a abertura do processo seletivo para o Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da UFF, e não tardei em me ver como potencial candidata ao concurso, apesar de nada crente da amplitude e pluralidade das minhas qualificações acadêmicas.

Inicialmente, me chamou muita atenção o fato de que o Programa, desde a abertura de suas atividades, em abril de 2011, não contava com a reserva de cotas raciais para negros² em

1 Um dos grandes tabus na vida de uma mulher negra diz respeito à aceitação de seu fenótipo, principalmente no que tange à aceitação da textura de seus cabelos, muitas vezes taxado pela sociedade como “duro” ou “pixaim”. Esse também foi um processo de transformação para mim. Desde a adolescência fazendo uso de produtos químicos para alisamento dos meus cabelos, no ano de 2015 passei pelo procedimento do big chop (ou grande corte), o qual significa nada mais do que um procedimento de corte dos fios alisados para deixá-los crescer naturalmente, procedimento muito conhecidos aos adeptos da transição capilar. Desde então tenho plenos conhecimento do quão simples, porém significativo, isso é na vida de uma mulher negra. Como relato pessoal, eu tomei conhecimento de minhas raízes, e a força que temos para seguirmos adiante na luta da maneira que nos faz melhor.

2 A terminologia “negro(a)” é designada para abarcar todos aqueles que se autodeclararam pretos ou pardos.

seus processos seletivos, sendo o processo seletivo ao qual fui candidata, a saber, o relativo à 2017.1, foi o último a não ter a reserva de vagas. Em outras palavras, é extremamente recente a inserção de cotas raciais no certame do Programa³, de modo que um estudo do impacto da adoção dessas medidas se faz crucial no que diz respeito à análise da temática da inserção de cotas no ambiente acadêmico do PPGDC/UFF, para que posteriormente, estudos de maior abrangência também sejam desenvolvidos. É imprescindível relatar que qualquer dado relativo a terceiros nos certames do PPGDC/UFF foram transcritos com devida autorização dos autores, e, quando a autorização não foi garantida, os nomes dos envolvidos não foram explicitados nessa dissertação. Entretanto, ressalto que todos os dados dos certames são públicos e se encontram nos arquivos em anexo.

Nesse sentido, como será verificado com maior detalhamento a partir do tópico relativo à metodologia, pretendo realizar o meu trabalho através do que se pode chamar de pesquisa militante, à luz de Bringel e Varella (2016), onde a teoria e a prática estão indissociavelmente imbricadas, haja vista que o conhecimento científico não está apartado da realidade social, mas sim junto dela, de modo a articular a relação entre desigualdade e produção de conhecimento no campo de pesquisas socialmente engajadas, as quais são orientadas em direção a ações transformadoras. A temática social deste trabalho guarda muita relação com o âmbito do Direito Constitucional, embora à primeira vista possa parecer mais próxima às ciências sociais ou antropológicas. Isso porque desde a década de 60 têm-se pensado cada vez mais, como dito anteriormente, em atrelar à teoria à prática no meio acadêmico. A discussão das desigualdades está diretamente relacionada com o Direito, haja vista que a Constituição Federal de 1988 foi um marco no que tange à positivação do Estado Democrático de Direito e dos direitos fundamentais dos cidadãos. Direitos esses como a liberdade, a igualdade e a educação, os quais são essenciais na compreensão do que aqui será pesquisado e proposto.

O que se busca, em outras palavras, é a materialização do discurso. Vale dizer, o direito constitucional está posto, em teoria, para que seja cumprido na prática, e não apenas para que permaneça solidificado em dispositivos legais. Liberdade, igualdade e educação são direitos inerentes à condição humana, entretanto, incansáveis são as vezes que nos deparamos com violações desses direitos. Aparentemente, pouca atenção é dada à essa temática no ambiente acadêmico do direito constitucional, que é aquele ao qual faço parte e que, por isso, talvez, tenha maior legitimidade para questionar. O que recorrentemente vejo são mais

³ O edital referente ao certame para ingresso no PPGDC/UFF 2018.1 pode ser visto no ANEXO A deste trabalho.

discussões teóricas sobre os mesmos assuntos, extremamente liberais e eurocentradas. O direito na prática, aquele que impacta diretamente a sociedade, aquele que é capaz de mudar vidas, é esse que busco com a minha pesquisa. Por essa razão, parto da prática, do meio no qual estou inserida, da vivência, para, então, atrelar o discurso teórico a esse cenário, articulando discursos em direção à mudança social.

Esse é o marco teórico da presente dissertação: a ideia defendida por Fanon (2008) de que o negro foi inferiorizado pelo processo de colonização e reprodução de conhecimentos, cultura e padrões eurocêntricos como se fossem ideais, e não simplesmente por ter nascido negro, como se isso já fosse, por si só, causa de depreciação do indivíduo (como muitos acreditam até os dias de hoje) - o trauma da colonização que gerou o complexo de inferioridade na comunidade negra – e esse é o padrão que queremos quebrar a partir da educação engajada, crítica, representativa e empoderada das minorias.

METODOLOGIA

Conforme exposto anteriormente, dada a, cada vez mais comum, prática de interligação de áreas dos saberes em prol de uma pesquisa completa e interdisciplinar, a qual condense em seu conteúdo teoria e prática, julguei plausível e razoável que meu trabalho fosse enfiado dessa maneira: pela pesquisa militante e participante. Para tanto, utilizo, nesse sentido, os referenciais teóricos metodológicos de Gustín (2006) e Bringel e Varella (2016). Deixo esclarecido, portanto, que a presente pesquisa tem um grande significado para a minha vida acadêmica e pessoal, já que discutir raça e educação diz muito sobre quem eu sou, sobre minhas vivências como mulher negra, e sobre quem eu me tornei no ambiente acadêmico.

Considero muito importante e enriquecedor trazer minhas experiências pessoais para a pesquisa, eis que não acredito na corrente que defende a neutralidade na academia. Muito sobre esse modo de pensar militante passou a integrar o meu ser a partir de leituras feministas como Djamila Ribeiro (2018), a qual defende que levantar a bandeira da neutralidade já diz muito sobre quem é o interlocutor, e que, não por acaso, geralmente, ele é o colonizador.

Bringel e Varella (2016) também são defensores de uma postura política e engajada do pesquisador com relação ao seu objeto de estudo, de forma a refutar posicionamentos que tendam à neutralidade acadêmica:

O conhecimento científico é uma construção social, historicamente localizada e, por isso, necessariamente contingente, isto é, os conhecimentos são temporalmente e espacialmente situados e ligados a determinadas formas de organização social e política e a específicas concepções de mundo, sendo inverídica a universalidade através da qual o discurso científico se externaliza. Nesse sentido, todos os teóricos e cientistas sociais servem a interesses sociais e políticos específicos, consciente ou inconscientemente, sendo que, muitas vezes, o silêncio ou a forçada neutralidade revelam na realidade um compromisso com as desiguais condições sociais existentes. Deste modo, qualquer projeto de pesquisa que aborde as desigualdades e se comprometa a buscar vias para sua superação supõe uma postura política do pesquisador. (BRINGEL e VARELLA, 2016, p. 476). (GRIFO NOSSO)

Os autores deixam clara a sua concepção de que não existe pesquisa científica que não busque algum interesse social e/ou político, e que, mesmo que de maneira por vezes inconsciente, sempre acabamos por defender alguma posição em detrimento da outra. Como a minha dissertação tem um forte viés social e político, por certo não adotei nenhum tipo de posicionamento neutro com relação ao meu objeto de pesquisa.

No campo referente à maneira como será abordada a presente dissertação, ou seja, com relação aos quesitos metodológicos, é importante salientar que este trabalho está pautado no diálogo entre distintas e interligadas fontes de conhecimento e campos de saberes. A título exemplificativo e não exaustivo, destacam-se, precipuamente, as áreas do conhecimento científico relacionadas ao campo jurídico e suas vertentes sociais, como a Ciência Política, a Sociologia, a Educação, a Antropologia, a História e a Filosofia.

Apesar disso, posso dizer que os objetivos desta dissertação não seriam alcançados somente através dos supracitados campos de estudos, mas sim, e principalmente, porque ao estudo foram calcados saberes os quais não são encontrados por si no ambiente acadêmico, mas em sociedade. Para além do exposto, este trabalho não foi pensado com o simples propósito de cumprir um requisito formal de aprovação em uma banca examinadora de mestrado, mas sim, conforme já descrito introdutoriamente, é fruto de um longo processo de estudo e autoconscientização como mulher negra que ocupa, talvez, um status social de “privilegiada”⁴, em comparação com outras pessoas também pertencentes a grupos minoritários .

4 O termo privilegiada vem entre aspas eis que apesar de todos os esforços que minha família (que nem de perto e nem de longe pode ser considerada como abastada) fez para que, desde minha educação básica, até os dias de hoje, eu e meus irmãos pudéssemos ter a oportunidade de estudar em instituições minimamente qualificadas não se sobressai ao fato de que o caminho foi repleto de dificuldades e pessoas que se aproximavam para dizer o que não daria certo, e que até mesmo se espantavam com o fato de que uma moça negra de São Paulo poderia sair de casa e ir tentar a vida como estudante de Direito em uma universidade federal do Rio de Janeiro. Em outras palavras, ainda que por algumas razões eu possa me considerar privilegiada, Há situações às quais eu não posso me eximir, simplesmente por ser uma mulher negra, como por exemplo à desconfiança do mercado de trabalho quanto à minha capacidade intelectual e compromisso profissional no desempenho de funções institucionais.

Creio que a discussão aqui travada é demasiado significativa e espero que ela possa se refletir como um “pontapé” para que ocorram mudanças nos ambientes acadêmicos de todo o país. Uma das ideias é perpassar para a realidade muitas das questões discutidas teoricamente na academia, de modo a efetivamente caminhar para a concretude ao invés do puramente buscar o ideal, contribuindo para que diversos sujeitos, especialmente os que raramente se expressam, ou são ouvidos, possam contribuir com as reflexões e façam parte de um novo ambiente socioeducacional, de modo a serem protagonistas de um novo processo acadêmico em direção à emancipação. Horkheimer (1980), em suas brilhantes palavras, exemplifica:

A transformação do todo, [ela] pode servir-se sem dúvida do trabalho teórico, tal como ocorre dentro da ordem desta realidade existente. Contudo, ele dispensa o caráter pragmático que advém do pensamento tradicional como um trabalho profissional socialmente útil. (HORKHEIMER, 1980, p. 131).

O autor traduz exatamente a ideia de que as transformações sociais podem servir-se da teoria, entretanto, deve-se dispensar da teoria qualquer tipo de pensamento arcaico e dominador em trabalhos que se autointitulam como úteis para a sociedade. Esse pensamento desenvolvido pelo autor é bastante comum na escola da teoria crítica, também conhecida por abarcar nomes importantes como Karl Marx e Enrique Dussel. Nesse sentido, a Teoria Crítica se torna algo essencial à compreensão do presente trabalho, eis que se caracteriza como o ponto de quebra do pensamento tradicional, criticando o modo idealista de pensamento. O intuito basilar é superar o vácuo existente entre a teoria e a práxis para que, assim, a sociedade possa, de alguma maneira, se transformar a avançar faticamente. Nessa linha de pensamento, considero que se faz pesquisa crítica a partir do momento em que se deixa de lado posturas já revisitadas e perfis acrítico em busca de uma nova construção, pautada em tarefas com objetivos específicos de se fazerem cumprir, baseando-se em mudanças concretas e positivas para o social. (HORKHEIMER, 2011, p. 41).

O propósito da teoria crítica seria a releitura da realidade que nos rodeia, que se baseia precipuamente em relações de poder e opressão, sobretudo aos que ocupam os espaços mais marginalizados na sociedade, sendo muito mais do que apenas o dogma, ou seja, reunião de pensamentos e categorias acadêmicas, mas sim a atuação concreta e verdadeira em causas que sejam passíveis de transformação pela atuação efetiva da humanidade. Uma das visões da teoria crítica que creio ser essencial à implementação do presente projeto é a ideia de que a

5 Aqui me refiro à comunidade como o conglomerado de pessoas que vive e compartilha do mesmo ambiente territorial, fazendo parte da vida comum destes diversos aspectos, como a educação.

emancipação deve ser orientada com base em meios advindos da própria coletividade social, isso quer dizer, em outras palavras, que não apenas a cúpula governamental ou aos estudiosos cabe, em regra, a efetiva movimentação no sentido de fazer o diferencial.

Nesse sentido, a minha visão é a de que, embora no ramo do direito, mais especificamente nas questões relativas à pesquisa, o que se têm feito é o chamado “mais do mesmo”, ou seja, predominantemente a teoria é alijada da prática, sendo justamente isso o que Horkheimer questiona - a existência da teoria esboçada “de cima para baixo”, elaborada sem contato direto com os problemas de uma ciência empírica particular (HORKHEIMER, 1980, p.119) - buscarei fazer o inverso, de modo a ter contato com a teoria e com a prática de maneira o mais igualitária possível, sem preterir nenhuma das duas. Nas palavras de Marx (1957), que foi um dos precursores do pensamento crítico:

Parece que seja o bom método de começar pelo real e pelo concreto, que constituem a condição prévia efetiva; então, em economia política, por exemplo, a população que é a base e o sujeito do ato social de produção, completamente. Entretanto, a olhar isto mais de perto, constata-se que existe aí um erro. A população é uma abstração quando se desprezam, por exemplo, as classes de que ela é constituída. (MARX, 1957, p. 164-166).

Fica clara a crítica de Marx ao sistema de uma “ciência empírica particular”, ou seja, aquela na qual valoriza-se demasiadamente a teoria e sua reprodução e detrimento da pesquisa prática. Segundo Falbo (2015), por esse viés, Marx acabou definindo a condição da pesquisa empírica, conceituando-a como uma realidade concreta, de modo que, sua concretude implica, também, na valorização da prática, e não apenas da teoria, assim como doutrinou Horkheimer (1980).

A teoria crítica muito tem a colaborar com a pesquisa em direito, mesmo que aparentem ser elementos antagônicos, eis que o direito se faz demasiadamente teórico, entretanto, o objeto do direito é a sociedade, e esta é completamente mutável, dado todo tipo de câmbio a qual é passível. Por tais motivos, inegável é a necessidade de maior flexibilidade do direito em detrimento do seu caráter pautado em estruturas e processos excessivamente rígidos, através de mudanças paradigmáticas baseadas em reflexões epistemológicas e análises de conjunturas sociais, o que, inevitavelmente, implicaria no enfrentamento de questões empíricas no ramo da pesquisa em direito. É justamente esse desafio de enfrentamento do direito com o social que diferencia a teoria crítica da teoria tradicional, o que envolve esforços direcionados ao comportamento crítico ao invés do passivo e

reprodutor, atrelados à diagnósticos do mundo presente e direcionamento emancipatório como rechaço ao hegemônico. Nas palavras de Horkheimer (1980):

Para os sujeitos do comportamento crítico, o caráter discrepante cindido do todo social, em sua figura atual, passa a ser contradição consciente. Ao reconhecer o modo de economia vigente e o todo cultural nele baseado como produto humano, e como a organização de que a humanidade impôs a si na mesma época atual, aqueles sujeitos que se identificam, eles mesmos, com esse todo e o compreendem como vontade e razão: ele é o seu próprio mundo. (HORKHEIMER, 1980, p. 130).

Para Horkheimer, um indivíduo pode ser considerado ativo, criticamente falando, a partir de sua capacidade de ruptura com o mundo o qual ele se encontra, vale dizer, que, efetivamente, o mundo e a sociedade estão permeados por contradições, as quais resultaram da própria ação humana por meio da história, instituições e sistemas. O sujeito crítico é capaz de se identificar, simultaneamente, com o mundo em que vive, ou seja, sua própria realidade, como com o mundo no qual está inserido, a realidade que o permeia, o sistema global, e tudo o que o envolve.

A transformação do todo, [ela] pode servir-se sem dúvida do trabalho teórico, tal como ocorre dentro da ordem desta realidade existente. Contudo, ele dispensa o caráter pragmático que advém do pensamento tradicional como um trabalho profissional socialmente útil. (HORKHEIMER, 1980, p. 131).

Atrelando os supracitados pensadores já teríamos arcabouço o suficiente para defender a implementação metodológica da teoria crítica no presente trabalho. Entretanto, no intuito de utilizar algum autor crítico latino-americano, o que é, para mim, muito importante – enfatizar a escrita daqueles que são considerados não hegemônicos, mas sim minoritários no sistema-mundo no qual nos encontramos inseridos - também optei por trazer o pensamento de Enrique Dussel (2002), no que tange à ética da libertação como pensamento crítico direcionado, precipuamente, a contextos históricos e suas vítimas. Dussel aborda especificamente a luta dos países latino-americanos em busca de sua emancipação e reconhecimento dado o contexto geral de abuso e perda de identidade pelas ações colonizadoras. Em outras palavras, o comportamento crítico nesse cenário implica na operação de mudanças de contextos históricos em prol da emancipação ao sistema-mundo hegemônico moderno, extremamente excludente.

Nesse sentido, a ética da libertação (de Dussel) atuaria pelas vítimas do sistema, no sentido de orientá-las quanto ao exercício de suas práxis em qualquer tipo de ambiente e/ou

ocasião. Importante ressaltar que a ética da libertação não se confunde apenas com a teoria, haja vista proporciona todo um arcabouço para que, de fato, seja posta em prática - e é justamente esse seu grande diferencial quando comparada à teoria tradicional, de modo a articular o saber do observados, o conhecimento, com o saber daquele que é objeto da observação, por meio de seu comportamento (FALBO, 2015, p. 21-23).

Uma revolução social se situa do ponto de vista da totalidade porque – mesmo que aconteça apenas em um distrito industrial – ela é um protesto do homem contra a vida desumanizada, porque parte do ponto de vista do indivíduo singular real, porque a comunidade, contra cuja separação o indivíduo reage, é a verdadeira comunidade do homem, é a essência humana. (MARX, 2010, p. 76).

Articulando os conceitos de teoria crítica segundo Horkheimer, Marx, Dussel e Bringel e Varella, creio que tenha quedado clara a ligação e sintonia que existe entre esse aspecto teórico-metodológico, o qual adotei para este trabalho, e a pesquisa empírica que será desenvolvida. É comum, na pesquisa em direito, a valorização do teórico em detrimento do prático, entretanto, não será abordado nesse trabalho somente o teórico. A abordagem será direcionada conforme os ideais de uma “revolução social” em prol de mudanças concretas e positivas pertencentes aos grupos minoritários, marginalizados e periféricos, as vítimas históricas, por meio do enlace da figura do indivíduo ativo, o pesquisador-observador, buscando e fomentando a ruptura com o hegemônico dominador a favor da libertação dos oprimidos. Desse modo, cabe aqui, perfeitamente, a meu ver, a aplicação da teoria crítica sob o respaldo metodológico dos autores supracitados.

- Métodos utilizados na dissertação

a) Método de abordagem: bases lógicas de investigação

Por método podemos entender o caminho, a forma, o modo de pensamento que direciona a pesquisa, ou seja, se compreende pelo conjunto de processos ou operações mentais empregados no desenvolvimento da mesma. Na presente dissertação utilizo o método dialético, dado que este é um dos métodos mais adequado na interpretação da dinâmica da realidade, de modo a considerar que os fatos não podem ser relevados fora de um contexto social, econômico, político, histórico, etc., sendo os acontecimentos permanentemente ligados entre si, como um todo, de modo recíproco.

A Ação Recíproca informa que o mundo não pode ser entendido como um conjunto de “coisas”, mas como um conjunto de processos, em que as coisas estão em

constante mudança, sempre em vias de se transformar: “[...] o fim de um processo é sempre o começo de outro.” (LAKATOS; MARCONI, 2007, p. 101).

Nesse sentido, o método dialético parte da premissa de que, na natureza, tudo está conectado e relacionado, de maneira a transformar-se constantemente, o que gera contradições, que são inerentes aos fenômenos. A abordagem dialética pressupõe, determinado conhecimento do fenômeno ou objeto, de modo a ser necessário seu estudo em diferentes aspectos, relações e conexões, já que o conhecimento não é rígido ou estático, mas sim, que ele está em constante mudança. Segundo Gil (2008), o método dialético proporciona bases interpretativas dinâmicas, fiéis à realidade, já que é capaz de estabelecer que os fatos sociais não podem ser compreendidos de maneira isolada, mas sim, levando em consideração diversos fatores, como a cultura e política, entre outros.

b) Métodos de procedimentos: meios técnicos da investigação

Diferentes dos métodos de abordagem, os métodos de procedimentos são menos abstratos, eis que se traduzem em etapas concretas da investigação. Assim, estão intimamente relacionados com os procedimentos técnicos a serem seguidos dentro de determinada área de conhecimento. Segundo Gil (2008), tais métodos têm por objetivo proporcionar ao pesquisador os meios mais adequados a fim de garantir seus objetivos no estudo dos fatos sociais, de modo que, por vezes, podem ser combinados em prol de uma investigação mais completa - e é exatamente isso será feito neste trabalho, a junção de mais de uma técnica de procedimento de investigação. São eles: método histórico, experimental, observacional, comparativo e estatístico.

A escolha pelo método histórico se deu tendo em vista a grande correlação entre o as narrativas e memórias sobre as raízes da marginalização de determinadas parcelas populacionais, como ocorre com as ditas minorias: negros, mulheres, deficientes, índios, LGBTQs, entre outros, e as causas de sua estigmatização e preterimento até os dias atuais. No caso da população periférica, especialmente a população periférica e negra, obviamente que todo esse preterimento guarda íntimas relações com o passado colonial e escravocrata do Brasil, como também com o fato da imposição da supremacia branca sobre muitas outras etnias ao redor do globo, à exemplo do que ocorreu com os indígenas, através da política hegemônica amplamente difundida pelo que conhecemos como o padrão sistema-mundo.

Por sua vez, e experimentação se faz aplicável eis que se pretende submeter o objeto de estudo à influência de certas variáveis, a condições controladas e conhecidas, para

observar os resultados que a variável produz no objeto (GIL, 2008). Ou seja, pretende-se submeter a comunidade periférica e negra, que tem interesse no ingresso ao PPGDC, a encontros nos quais serão ministradas oficinas de fomento ao ingresso dessa parcela populacional na pós-graduação, o posteriormente batizado “Pré-Pós Dr. Luiz Gama”. Deixo aqui ressaltado que maiores detalhamentos acerca da metodologia aplicada será desenvolvido no decorrer da escrita do texto da presente dissertação.

O teor observacional, se pauta, como o nome já revela, na observação dos resultados parciais e, ao final, do resultado total da aplicação das oficinas de fomento ao ingresso periférico e negro do Pré-Pós Dr. Luiz Gama ao PPGDC/UFF, e sua influência sobre aqueles com os quais teve contato, de forma direta ou indireta. Podem-se elencar os sujeitos em contato direto com o projeto, por exemplo, os desenvolvedores imediatos, o corpo de voluntários que dirigiriam as aulas, e, por fim, os alunos, sobre os quais incidiria um dos maiores teores observacionais dessa dissertação.

Já os sujeitos indiretos seriam provenientes, à título exemplificativo, de todo tipo de apoio mediato, como houve com o Coletivo Direito Popular, grupo que incentivou e proporcionou alguns alicerces para esta iniciativa, bem como poderia ser citado neste círculo também o apoio de todo o corpo docente do mestrado que efetivamente viabilizou e motivou este trabalho, com destaque e agradecimento ao meu orientador e coorientador. É claro que uma iniciativa como esta, que tem por objetivo o fomento ao acesso negro e periférico a espaços que anteriormente não eram designados socialmente como seus “espaços comuns”, não é algo que se precebe do agrado de todos. E esse tipo de constatação também faz parte da análise observacional da dissertação.

O método procedimental baseado na comparação se fará mais presente ao final do trabalho, quando já houver sido angariados dados o suficiente para que se faça algum tipo de mensuração acerca dos resultados obtidos durante toda a escrita do texto. Esses ditos resultados serão basicamente compostos por medições de níveis de adesão da população autodeclarada negra e periférica: antes do início do projeto Pré-Pós Dr. Luiz Gama, ou seja, os índices resultantes dos certames anteriores do PPGDC, fazendo-se assim uma comparação com os dados relativos à adesão dessa camada social posteriormente à adesão ao Pré-Pós Dr. Luiz Gama. Obviamente que o objetivo principal é que os índices subam de nível, comparando-se os dois períodos de estudo, ou seja, que os níveis de ingresso de negros e periféricos seja maior após a aplicação das oficinas de fomento Dr. Luiz Gama, do que fora outrora, quando a medida ainda não havia sido aplicada.

Dessa forma, o último método procedimental, o método estatístico, também já foi parcialmente explicado no item anterior. Por meio dos resultados poderão ser traçados padrões de incidência. Em outras palavras, a partir da presente pesquisa podear-se-á averiguar se de fato a medida implantada trouxe algum resultado fático para aqueles alunos que frequentaram suas aulas. O método estatístico, entretanto, não se esgota apenas nesse tipo de medição. Durante a escrita da dissertação foram aplicados diferentes tipos de pesquisa com o público que participou de todo o processo, como por exemplo por meio de questionários. Além disso, o trabalho disponibiliza tabelas comparativas, as quais contêm dados essenciais para vários tipos de análise que corriqueiramente possam ser feitas.

OPÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Já não mais falando sobre os autores que utilizarei como base para o viés metodológico quanto a abordagem e ao procedimento de feitura deste trabalho empírico, agora passo ao maior detalhamento sobre como trabalharei alguns aspectos mais voltados à metodologia que diz respeito à fonte para o embasamento teórico de minha escrita.

Dentre várias leituras que efetuei no decorrer da minha vida, e, claro, muitas leituras direcionadas à temática minoritária e negra, que é a temática que eu tinha o propósito de focar com maior atenção desde o início para a escrita da minha dissertação de mestrado, escolhi algumas em especial para tratar nesse tópico.

Digo que escolhi algumas em especial visto que o número de autores que são maravilhosos e que tratam de maneira ímpar essa temática são muitos, cada qual com suas peculiaridades e facilidades para dar ênfase em determinado aspecto, em detrimento de outro, e assim vai, de maneira que aqui e ali vamos fazendo pequenos, e por vezes grandes balizamentos e exercícios de cognição afim de ir concatenando ideais e termos e ideologias, até que, ao final, nos deparamos com aquele texto enorme que, de alguma maneira, conseguimos dar vida a partir da junção e articulação de várias linhas doutrinárias.

Aqui faço uso da expressão “conseguimos dar vida” porque foi algo parecido com isso que senti durante a escrita do texto. Há momentos de dor, nos quais você acha que não é capaz de dar conta, de que isso talvez não seja para você, mas sim para outras pessoas com mais habilidade, inteligência emocional e competência – como também há momentos em que tudo flui, de modo que sua mente acaba submersa em um mundo de ideias e reflexões e a vontade mor é sair correndo o mais rápido possível até a frente do computador para que nada se perca. Me sinto grata por me recordar predominantemente de momentos em que a escrita

fluiu solta pelo teclado alfabético do *notebook*, mas é claro que também houve momentos que não foram assim tão brilhantes e animadores.

De todo modo, talvez para mim tenha sido razoavelmente mais fácil, tendo em vista que, como eu mencionei no início desse tópico, que o meu eixo de pesquisa já estava bastante definido desde que adentrei ao programa de pós-graduação, e isso facilita demasiadamente as coisas. Vale dizer, quando você se reconhece e sobretudo acredita naquilo que lê e que de alguma forma faz parte do seu ser, de quem você é, isso, em concomitância com o agregado de boa seleção bibliográfica só pode resultar em algo de que você se orgulhe ao final, independente dos resultados fático da pesquisa (empírica, no meu caso).

Discorri todo esse romance para chegar à conclusão de que, mesmo com a imensa variedade de títulos, autores, ideologias e formas de escrita, acredito que consegui me apegar àqueles que de fato me ajudariam mais nessa empreitada, de modo que compartilho aqui algumas das categorias que trabalhei com mais direcionamento no exercício da escrita.

Um dos meus primeiros pensamentos ao me confrontar com o que eu iria trabalhar era a legitimidade ou não que eu teria em falar daquele determinado assunto. Como já tinha em mente abordar questões negras relacionadas ao Direito, pensei que sim, eu tinha dupla legitimidade, eis que negra, advogada e mestranda em direito! A partir daí pensei nos motivos pelos quais acreditava naquela suposta legitimidade – quer dizer que qualquer negro(a) advogado(a) também a possui? Não no sentido de restringir a liberdade de escolha, escrita e pensamento de ninguém, mas eu aprendi que, em um trabalho acadêmico, sobretudo em um dessa magnitude, que aborde questões sensíveis que dizem respeito diretamente a um grupo, o qual já é comumente e predominantemente excluído da sociedade, há que se ter maiores níveis de cautela. Em concomitância com essa enxurrada de questionamentos sobre a minha legitimidade ou não em falar sobre assuntos dessa natureza, comecei a me aprofundar mais em discussões correlatas e me deparei com palestras online e textos de uma filósofa brasileira, feminista, acadêmica e negra: Djamila Ribeiro.

Depois de estudar sobre o que Ribeiro escrevia, ela, felizmente, lançou um livro que eu creio que é basilar para todas as discussões aqui travadas, intitulado “O que é lugar de fala” (2017). Nesse livro, como o próprio nome faz menção, Ribeiro abordou as peculiaridades do que seria de fato o tão falado “lugar de fala” – que eu trato como uma das categorias da minha dissertação. Pela leitura de seu texto pude responder às minhas anteriores indagações sobre a minha legitimidade ou não em tratar do assunto das minorias, sendo uma negra acadêmica e advogada que se considera (justa e tão somente por ter ocupado tais postos), privilegiada. De

cara, pensei que se esse era o meu questionamento, também deveria ser o de Ribeiro, mas ela, entretanto, não se eximiu de fazê-lo por conta disso.

Imersa nesses momentos de reflexão, Ribeiro me ensinou que sim, eu não só poderia como deveria falar sobre todos esses temas, e também que representatividade não deve ser confundido com lugar de fala. Eu posso representar uma causa e não ter lugar de fala específico dentro dessa causa, e o contrário também. Uma pessoa tem lugar de fala quando a posição que ela ocupa enquanto ser apresenta desigualdades posicionadas e estanques em nossa sociedade homogeneamente construída como ideal. Em outras palavras, essa categoria parte da análise da localização dos grupos subjugados nas relações de poder, de modo que um indivíduo perceba e reconheça qual é a posição que ocupa no meio social, e o que ocupar essa posição significa no meio social. Ou seja, todos os indivíduos possuem um lugar de fala que lhes é individual.

Na maioria das vezes o que ocorre é que grupos privilegiados têm dificuldade em entender que suas ideologias, pensamentos e expressões também refletem absolutamente seus lugares de fala, eis que são indissociáveis – vale dizer, em palavras simples, existe muita dificuldade em se colocar no lugar do outro e entender de onde se originam seus clamores, e, é claro, se reconhecer enquanto privilegiado em um mundo onde predominam desigualdades não é tarefa para os mais orgulhosos. Em uma de suas falas Ribeiro definiu bem a questão dos privilégios, dizendo que um indivíduo somente pode ser privilegiado enquanto parte do que ele tem está sendo retirado do que deveria ser do outro – é a famosa sociedade desigual. Não estou mencionando aqui a literalidade – não significa que alguém é privilegiado porque literalmente foi até outra pessoa e lhe retirou algo de maneira deliberada, mas sim que esse “retirar algo de outro” existe no meio social especificamente porque carecem políticas públicas que mitiguem essa situação. Nesse sentido, Ribeiro (2017) conclui: “não estamos falando de indivíduos necessariamente, mas das condições sociais que permitem ou não que esses grupos acessem lugares de cidadania” (p. 61).

Como balanço geral, Ribeiro muito me auxiliou em compreender a categoria do lugar de fala. Creio que sua obra seja extremamente necessária frente à invisibilidade estruturada durante séculos pelo sistema patriarcal heteronormativo e racista - o qual somente nos tempos atuais dá maiores sinais de desmantelamento. Apesar de essa categoria estar intimamente ligada ao feminismo negro, é plenamente plausível que seja incorporado nas mais diversas lutas e movimentos de grupos minoritários e periféricos.

Como geralmente uma categoria está, em maior ou menor nível, entrelaçada à outra, e também como o meu objetivo sempre foi dar maior visibilidade e difundir autoras nacionais e oriundas das minorias, também optei por utilizar a obra de Lélia González, que foi uma importante antropóloga, política e acadêmica brasileira, mais conhecida por ser uma das fundadoras do movimento Negro Unificado (MNU). Gonzalez (1988) trabalhou muito bem a categoria da “amefricanidade”:

Para além de seu caráter puramente geográfico, a categoria *Amefricanidade* incorpora todo um processo histórico de intensa dinâmica cultural (adaptação, resistência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada, isto é, referenciada em modelos como: Jamaica e o akan, seu modelo dominante; o Brasil e seus modelos yorumbá, banto e ewe-fon. Em consequência, ela nos encaminha no sentido da construção de toda uma identidade étnica. Desnecessário dizer que a categoria de *Amefricanidade* está intimamente relacionada àquelas de Panafricanismo, “*Négritude*”, “*Afrocentricity*”, etc. (GONZALEZ, 1988, p. 76-77)

Assim como o lugar de fala, a amefricanidade também guarda estreita relação com o conhecimento de nossas origens enquanto seres humanos e, mais adiante, haja vista que utilizarei no decorrer da escrita da dissertação a categoria da “afrocentricidade” de Asante (2009), creio que este seja um bom momento para fazer um apanhado das similaridades ontológicas e epistemológicas que tais designações abarcam. Nas palavras de Gonzalez:

(...) Essas e muitas outras marcas que evidenciam a presença negra na construção cultural do continente americano levaram-me a pensar a necessidade de elaboração de uma categoria que não se restringisse apenas ao caso brasileiro e que, efetuando uma abordagem mais ampla, levasse em consideração as exigências da interdisciplinariedade. Desse modo, comecei a refletir sobre a categoria de *amefricanidade*. (GONZALEZ, 1988, p.71)

Gonzalez também cita em seu texto a obra de Fanon (1979), que mais tarde também será utilizado na dissertação, acerca da temática dos inúmeros problemas que o sistema colonial causou na mente dos colonizados – uma espécie de alienação, estratégia da hegemonia para impor seus valores em detrimento do que era considerado como diferente, internalizando assim, um *status* de superioridade de tudo o que advinha dos colonizadores, em detrimento do que era de origem do povo colonizado (p.71-72). Gonzalez também faz uma interessante classificação conquanto ao Brasil e aos países latinos quando se trata do racismo. Para ela, no Brasil, predomina o que ela designa como racismo por denegação, no qual um indivíduo, mesmo interiormente consciente de que, majoritariamente, todo o povo brasileiro tenha origem negra, isso é veementemente negado na realidade. É no racismo por denegação

que prevalecem as teorias da miscigenação, da assimilação e da “democracia racial” – esta última amplamente conhecida pela obra de Freyre (1986).

O intuito da autora é visitar o instituto desse tipo de racismo para compreender como sua atuação, na maioria das vezes velada, pode constituir uma das formas mais eficazes de alienação de suas vítimas, os discriminados. Também me saltou aos olhos quando a autora, de maneira brilhante, soube articular tais fatos com a ineficiência das leis em garantir a igualdades entre camadas sociais distintas:

(...) Por isso mesmo, a afirmação de que todos são iguais perante a lei, assume um caráter nitidamente formalista em nossas sociedades. O racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas, graças á sua forma ideológica mais eficaz: a ideologia do branqueamento (...) ela perpetua a crença de que as classificações e os valores do Ocidente branco são os únicos verdadeiros e universais (...) o mito da superioridade branca demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer é internalizado, com simultânea negação da própria raça, da própria cultura. (GONZALEZ, 1988, p.73).

Os esclarecimentos da autora fizeram com que eu pudesse compreender melhor a situação do Movimento Negro no Brasil (MV). Para mim, sempre permanecia o questionamento da razão pelo qual tal movimento ainda engatinha se comparado ao dos Estados Unidos da América, por exemplo (tendo em vista que ambos começaram a ganhar força na mesma época, a saber, nos anos de 1970). Gonzalez explicou que isso é fruto exatamente dos tipos de racismo que imperam em cada local. Enquanto que no Brasil o racismo é prioritariamente exercido pelo viés da denegação, nos Estados Unidos o racismo também existe, mas é o denominado racismo “aberto” ou de “segregação explícita” – ou seja, enquanto que no Brasil as pessoas insistem em negar a existência do preterimento de pessoas pela sua cor, nos EUA é diferente. Lá, eles afirmam que realmente existe o racismo, inclusive há partes do país, como por exemplo em alguns estados da região sulista, em que o racismo não só existe como é amplamente praticado por algumas pessoas.

Para fins da presente dissertação isso me fez perceber que a discussão da temática do ingresso de grupos minoritários e periféricos nas pós-graduações ao redor do país é ainda mais urgente – vale dizer, tocar na ferida é extremamente relevante. Refutar discursos falaciosos e tendenciosos como os que insistem em dizer que não existe racismo no Brasil porque somos um povo miscigenado e que todos têm iguais oportunidades, discurso de cunho altamente meritocrático, é primordial. A partir do momento em que se reforçam os discursos

de que sim, somos diferentes, e ser diferente é normal, e é bom, ganhamos cada vez mais voz e materialidade em nossas lutas:

(...) é justamente a consciência desse racismo objetivo sem disfarces e o conhecimento direto de suas práticas cruéis que despertam esse empenho, no sentido de resgate e afirmação da humanidade e competência de todo um grupo étnico considerado “inferior”. A dureza dos sistemas fez com que a comunidade negra se unisse e lutasse, em diferentes níveis, contra todas as formas de opressão racista. (Gonzalez, 1988, p.74)

e continua, no sentido da importância do combate ao hegemônico colonial:

Embora pertençamos a diferentes sociedades do continente, sabemos que o sistema de dominação é o mesmo em todas elas, ou seja: o racismo, essa elaboração fria e extrema do modelo ariano de explicação, cuja presença é uma constante em todos os níveis de pensamento, assim como parte e parcela das mais diferentes instituições dessas sociedades (...) a exploração socio-econômica dos americanos em todo o continente, é considerada “natural”(...) A violência do racismo e suas práticas despojaram-nos do nosso legado histórico, da nossa dignidade, da nossa história e da nossa contribuição para o avanço da humanidade nos níveis filosófico, científico, artístico e religioso (...). (Gonzalez, 1988, p.77)

É dessa maneira que Gonzalez clama para que a comunidade negra, e aqui também incluo todos os periféricos que sofrem com todos os tipos de preterimentos, que se unam e busquem, de maneira coletiva, que toda a herança amefricana que possuímos seja não apenas reconhecida, mas sim exaltada, de modo que, assim, se faça no mínimo, jus à todo o histórico de sofrimento e opressão o qual os africanos, como um todo, sofreram (e ainda sofrem) nas mãos dos colonos. O reconhecimento e exaltação das minorias deve passar a ser a regra, e não a exceção, a final de contas, são essas minorias, na triste realidade, que carregam todas as mazelas do país nas costas.

Na busca da materialização de um discurso amefricano, e, baseado no meu local de fala de mulher negra, com uma visão que perpassa por lentes afrocentradas de pensamento, decidi, então, que a iniciativa do preparatório de fomento ao ingresso negro e periférico no PPGDC/UFF era uma necessidade latente, haja vista que, em que pese a adoção recente deste programa à política de reserva de vagas à negros e índios, isso não se revela o bastante para o início da mudança do cenário acadêmico nas universidades públicas. É claro que apenas a minha ação enquanto discente, em um programa de pós-graduação, de uma cidade pertencente à região metropolitana do Rio de Janeiro, não vai mudar, do dia para a noite, o panorama nacional. Entretanto, “pequenas” ações consideradas por alguns, podem se revelar como

verdadeiro divisores de águas na vida de outros, revelando-se como o estopim de grandes mudanças – e isso é o que persigo.

CAMINHO PERCORRIDO PELO TRABALHO

No primeiro capítulo, dedico-me a identificar como se desenvolveu a criação do PPGDC/UFF, qual foi o contexto da necessidade de sua implementação, além de abordar um panorama geral sobre a pluralidade de seu corpo docente e discente, bem como a importância da adoção da política de reserva de vagas a partir do edital nº. 01/2017⁵.

No capítulo seguinte busco orientar os leitores e as leitoras na direção de políticas sociais direcionadas a grupos marginalizados socialmente (especialmente relacionadas à comunidade negra) relacionadas com a preparação gratuita para certames (seja vestibular ou processo seletivo de ingresso à pós-graduação *stricto sensu*) lideradas por discentes no âmbito da Faculdade de Direito da UFF que foram bastante relevantes socialmente, e as quais tive oportunidade de acompanhar o trabalho de perto, e que foram de vital importância para a concretização do meu projeto e conseqüente escrita dessa dissertação.

Por fim, no último capítulo relato, com a maior riqueza de detalhes possível, como foi efetivamente o processo de campo que exerci, quais foram os maiores desafios e as maiores alegrias ao implantar as oficinas sociais de fomento ao maior acesso da população negra no PPGDC/UFF. Nesse sentido, a partir da pesquisa militante e participante a qual me propus efetivar, as análises teóricas e bibliográficas serão percorridas no decorrer do texto, em concomitância com a análise do contexto prático da empiria, e não de forma tradicional, com capítulos dirigidos exclusivamente à articulações teóricas. Em outras palavras, o manejo das categorias e doutrinas será realizado de maneira subsidiária e complementar ao processo prático.

CAPÍTULO 1. O PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO CONSTITUCIONAL (PPGDC) DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE (UFF) E A POLÍTICA DE RESERVA DE VAGAS

⁵ Edital de chamada para o concurso de ingresso ao PPGDC/UFF, turma de 2018. Foi o primeiro edital do programa a conter política de reserva de vagas para autodeclarados negros e indígenas, totalizando 20% (vinte por cento) das vagas disponíveis.

*1.1 Criação e perspectivas no PPGDC/UFF 1.2 Representatividade, corpo docente e discente
1.3 Desobediência ao saber concentrado na matriz cultural hegemônica 1.4 Considerações
parciais*

O primeiro capítulo diz respeito a análise do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense no que tange, precipuamente, a sua origem e estrutura, composição de seu quadro de docentes e discentes quanto à representação negra, e sobre questões acerca de reserva de vagas em seus editais de seleção. Em concomitância, buscarei atrelar as especificidades do Programa com as políticas de quebra do pensamento hegemônico que se fazem cada vez mais presentes na América do Sul.

1.1 Criação e perspectivas no PPGDC/UFF

O PPGDC/UFF tem como intuito a produção acadêmica de qualidade e a disseminação do conhecimento sobre organizações político-jurídicas em âmbito geral, sempre de maneira a traçar um vínculo teórico e prático sobre as questões em voga. Por ser um curso focado em direito constitucional, esta é sua base curricular, abordando suas origens por um aspecto nacional e internacional, bem como não deixa a desejar na problematização de paradigmas jurídicos atrelados ao contexto fático que nos circunda. De acordo com os documentos⁶ de autorização e criação do PPGDC, o objetivo primordial do programa é o de formar docentes de excelência, por meio de metodologias que trabalhem a capacidade crítica de cada aluno, bem como atividades que despertem o diálogo entre diversas áreas do conhecimento, sempre aplicando as teorias ao plano fático, de maneira a estar sempre atento às mudanças na sociedade.

Talvez o grande diferencial do Programa perante os demais Programas de Pós-Graduação em Direito que atualmente funcionam no Estado do Rio de Janeiro sejam as linhas de pesquisa, que são duas, mas que conseguem, apesar de poucas, lidar muito bem com a dicotomia clássico e contemporâneo, vale dizer, acabam por abarcar seguidores das diversas matrizes ideológicas existentes, de modo a transpor para cada lado da força os aspectos mais relevantes de uma ou outra doutrina, interligando os pontos. Apesar dessa imbricação, a relevância da teoria e da história não ficam alheias na formação dos alunos, claro, de maneira a privilegiar o interdisciplinar, o crítico e o teórico empiricamente contextualizado no

⁶ Documento em anexo.

trabalho do dogma constitucional. Essa abordagem permite o aprofundamento da compreensão de características e a “previsão” de tendências que possam vir a se concretizar no futuro nas instituições, sejam elas políticas, jurídicas ou ambas, de modo a possibilitar diagnósticos e/ou prognósticos conjunturais, em âmbito local, nacional e internacional.

Não podemos olvidar da relevância da produção científica, não só para o PPGDC, mas para a generalidade dos programas de pós-graduação que prezam por alguma excelência. Docentes e discentes são incentivados a manter em dia seus trabalhos com vias à publicações, o que, sem nenhuma dúvida, também tem como efeito a maior visibilidade do programa, que é relativamente novo, tendo em vista que iniciou seus trabalhos no ano de 2011, além de também manter uma ligação com o social, de maneira a fomentar a interlocução em vários âmbitos. Tudo isso está alinhado no sentido da formação de quadros de profissionais gabaritados para o desempenho de atividades a nível nacional e supranacional, de modo a, obviamente, proporcionar algum tipo de retorno à sociedade brasileira, seja em gestão pública, seja por meio da elaboração de projetos políticos para o país ou comunidades internacionais.

A partir da construção de tais alicerces teóricos atrelados à realidade, o PPGDC incentiva, como já dito, o desenvolvimento de trabalhos especializados, com foco nas instituições, sobretudo as brasileiras, mas, sem deixar de lado o seu viés também internacional, haja vista a linha de pesquisa referente ao direito comparado que compõe a grade do programa, sendo que as linhas de pesquisa versam sobre as seguintes temáticas: teoria e história do Direito Constitucional, direito constitucional internacional e comparado, como também a vertente que trata majoritariamente sobre instituições políticas, administração pública e jurisdição constitucional - sendo todos esse vieses concentrados em duas linhas de pesquisa.

Assim, basicamente, são objetivos específicos⁷ do PPGDC:

Produzir conhecimento sobre as instituições político-jurídicas brasileiras e latino-americanas, objetivando seu desenvolvimento institucional a partir do estudo de suas características específicas, em particular quanto à Administração Pública e à Administração da Justiça; Produzir conhecimento sobre o Constitucionalismo Latino-Americano, numa abordagem interdisciplinar que evidencie as semelhanças e diferenças entre as construções históricas, políticas e sociais da América Latina, como contexto de inovação jurídica normativa e institucional; Produzir estudos comparativos entre a realidade institucional brasileira e a realidade institucional de outros países com vistas à produção de diagnósticos e prognósticos em relação a estas instituições; Produzir estudos relativos à Teoria e História Constitucional com

⁷ Ver mais em: <http://ppgdc.sites.uff.br/apresentacao/objetivos-especificos/>. Acesso em 19 de jul. de 2018.

vistas à qualificação da doutrina constitucional brasileira, numa perspectiva que envolva História, Teoria Constitucional, Teoria do Direito e Teoria Política. (grifo nosso)

Saltou-me aos olhos grifar o supracitado texto, eis que muito dialoga com a temática do presente trabalho. Um dos objetivos específicos do Programa, como se pode ver, é a abordagem interdisciplinar pautada no constitucionalismo latino-americano. Cabe ressaltar, como doutrina Gladstone Leonel Júnior (2015), que o que é hoje concebido como Constituição foi oriundo de Revoluções Liberais do final do século XVIII, de modo que pensadores modernos acabaram por deixar de lado ideais antigos na busca pelo estabelecimento de instituições políticas nas quais fosse possível o convívio do que era considerado divergente, sem a exclusão de qualquer lado. Em outras palavras, buscou-se a superação do constitucionalismo clássico em aspectos nos quais este já não era mais suficientemente avançado - como por exemplo ao tratar sobre o que realmente significava dizer o povo como soberano.

O dito novo constitucionalismo latino-americano tem muito a ver com isso. Constituições pouco democráticas elaboradas pelas elites dominantes de cada época e contexto social foram aos poucos sendo rechaçadas. Isso se deu em grande parte pelo forte crescimento de organizações populares as quais se mobilizaram cada vez mais - à exemplo do Brasil, a partir da onda de movimentos sociais dos anos 70/80, os quais tiveram demasiada influência do contexto social norte americano da mesma época - de forma a incorporar e até mesmo iniciar um processo de construção de um novo parâmetro do que deveria ser considerado hegemônico: constituições baseadas no plural e no multifacetado. Houve grande empenho das democracias participativas e representativas nesse contexto, e, justamente por ele, o empenho popular, é que se pode pensar e efetivas mudanças sociais consubstanciadas.

Todo esse cenário, de necessidade de maior pluralidade e representatividade popular (daqueles que pelo contexto histórico nacional foram e continuam sendo marginalizados) não só no campo político, mas também no campo institucional e educacional, à lógica da correlação com o programa de pós-graduação em voga, passo a analisar o contexto de diversidade no PPGDC. Agora não mais com relação à doutrinação, que na minha opinião cumpre muito bem o seu papel na abordagem multidisciplinar calcada no pensamento descolonial e crítico de uma de suas linhas de pesquisa, mas sim sob a perspectiva do fático, passando da teoria para a práxis.

1.2 Representatividade, corpo docente e discente

Resolvi enfatizar a vertente descolonial e crítica de estudo do PPGDC⁸ eis que foi a qual me senti inserida desde o processo seletivo do Programa, vale dizer, a vontade de atrelar a teoria com a realidade social caminhou comigo durante minha vida acadêmica, e, na intenção de cursar um mestrado não poderia ser diferente. Fico satisfeita ao perceber que minha consciência enquanto negra e mestranda, que, nessa qualidade, pode cursar algumas (ainda que poucas) disciplinas do Programa com forte cunho descolonial e interdisciplinar⁹, foi fortalecida. Entretanto, sinto que se trata de algo ainda insuficiente, eis que, na maioria das vezes, o plano ideal não condiz com o real. Nesse sentido, demando mais.

O PPGDC, no sentido de ampliar a diversidade de seu corpo discente, implantou no edital nº 01/2017¹⁰, para ingresso no ano de 2018, a reserva de vagas para autodeclarados negros e indígenas:

4. DOS CANDIDATOS NEGROS E INDÍGENAS 4.1 O PPGDC/UFF decidiu reservar (02) duas vagas para Candidatos que se autodeclararem negros, bem como (02) duas vagas para Candidatos que se autodeclararem indígenas, observando, para tanto, o disposto no art. 13, III, do Regulamento para os Programas de Pós-graduação "Stricto Sensu" da Universidade Federal Fluminense. Os candidatos indígenas deverão apresentar carta de recomendação assinada pelo cacique da comunidade à qual pertence o candidato, constando a respectiva etnia, e/ou a assinatura do representante da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). (grifo nosso)

Nesse sentido, seguindo o art.13, III, do Regulamento Interno para os Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu da Universidade Federal Fluminense¹¹, aprovado em 30/11/2016, o PPGDC implantou, em seu edital de seleção de 2017 para ingresso em 2018, a reserva de 04 (quatro) vagas as quais deveriam ser preenchidas na proporção de duas vagas para autodeclarados negros, e duas vagas para autodeclarados indígenas - sendo permitido o preenchimento de vagas por uma ou outra categoria, caso não preenchidas. Ressalto que em capítulo posterior serão pormenorizadas as questões relativas ao certame, sendo esta apenas uma introdução para compreensão de geral de como todo o processo foi efetuado no que tange à composição do corpo discente nessa “nova fase de reserva de vagas”.

⁸ A vertente descolonial e crítica no Programa é desenvolvida como referencial epistemológico, principalmente, pelos professores doutores Enzo Bello e Gladstone Leonel.

⁹ À exemplo das disciplinas de “Metodologia da Pesquisa” e “Constituição, Cidadania e Cidade”, ambas ministradas pelo professor doutor Enzo Bello; e ainda a disciplina “O constitucionalismo achado na rua e as epistemologias do sul”, ministrada pelo professor doutor Gladstone Leonel.

¹⁰ Ver mais em: http://ppgdc.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/34/2017/08/EDITAL-DESELEC%CC%A7A%CC%83O-DO-PPGDC_Turma_2018.pdf. Acesso em 19 de jul. de 2018.

Como base de análise inicial quanto ao corpo discente do programa, levarei em consideração, como recorte de objeto, neste aspecto, as turmas de 2016, 2017 e 2018 para me referir à inserção do negro nesse meio acadêmico. Cumpre dizer que as turmas de 2016 e 2017 não contaram com processo de reserva de vagas em seus editais. Seguindo essa linha de pensamento, as turmas, com o número base de 20 (vinte) alunos, foram, em minha opinião, bastante divergentes entre si nesses três anos. Não me refiro apenas a questões étnicas, como também ideológicas - mas esse ponto por enquanto não será discutido. Enquanto a turma que adentrou ao PPGDC no ano de 2016.1 tinha, à minha percepção, eis que não tive muita proximidade com os mesmos durante o período em que estudamos juntos em algumas disciplinas, no máximo dois alunos que poderiam ser considerados como negros pela sociedade¹², ressalto, à minha percepção como observadora, sem maiores problematizações quanto à ancestralidade e vivência, tomando por base apenas o fenótipo.

A turma sucessora, a qual fiz parte, 2017.1, aqui novamente como uma percepção pessoal, porém um pouco mais embasada pela convivência com os colegas, tendo em vista que também não houve processo de autodeclaração envolvido no processo seletivo da turma a qual fiz parte, esse número me pareceu aumentar: de um total de vinte alunos, quatro, número no qual me incluo, poderiam talvez fazer jus à autodeclaração como negros(as). Por sua vez, a turma que foi precursora do certame pautado na reserva de vagas, turma 2018.1, contou com a aprovação de três candidatos autodeclarados negros, apesar de conter no edital um montante de 04 (quatro) vagas que deveriam ser reservadas à essa parcela da população. Há disposição geral da UFF sobre esse tipo de reserva de vagas pelos programas de pós-graduação¹¹.

Não se pode deixar de fora da discussão o fato de que o PPGDC é um Programa visado pelo público, haja vista que baseado em uma instituição de renome que é a UFF, a qual representa grande parte das opções de universidades públicas passíveis de ingresso para grande parcela da população que está ao seu redor, não somente em Niterói, mas também de pessoas oriundas de municípios como São Gonçalo, Itaboraí, Macaé, Campos dos Goytacazes e demais áreas do norte fluminense, bem como aquelas advindas da região dos lagos, como também é um referencial para os cidadãos das regiões serranas como Petrópolis, Teresópolis e Nova Friburgo - sem contar a visibilidade nacional que as instituições públicas de todo o

¹¹Art. 13º - Cada Programa Stricto Sensu elaborará seu próprio edital de seleção, obedecendo ao seu Regimento Interno e contendo, no mínimo: III. Número de vagas em cada nível, discriminadas em separado para candidatos nacionais e estrangeiros, se for o caso. Em caso de reservas de vagas o percentual e os grupos beneficiados devem ser especificados(...). Ver mais em: http://www.ppgq.uff.br/images/Regulamento_geral_Stricto_Sensu_04-11-16.pdf. Acesso em 19 de jul. de 2018.

Brasil passaram a ter, dada a importância do SISU – ou seja, alunos de outros estados, não necessariamente limítrofes, que vêm estudar na UFF.

Vale dizer, em que pese a existência de diversas instituições públicas e privadas nas supracitadas regiões, cursos de pós-graduação em direito *stricto sensu* podem ser encontrados atualmente apenas na capital do Estado do Rio de Janeiro. Segundo o próprio *site* do PPGDC/UFF¹²:

No total, englobando a região do Norte Fluminense, a região serrana e a região dos lagos, há ao todo uma estimativa de cerca de 1000 formandos em Direito por ano, sem considerar a própria UFF. Como não há nestas regiões um único Programa de Pós-Graduação “*stricto sensu*” em Direito, permanecem com precário acesso a um curso de Mestrado em Direito os cerca de 10% (dez por cento) deste total interessados neste acréscimo de formação, ou seja, em torno de 100 alunos.

Em um país no qual mais de 54% (cinquenta e quatro por cento) da população é negra¹³ (preta ou parda), em que pese a já sabida inferior taxa de educação dessa população devido à sua comum marginalização, há, sem nenhuma dúvida, grande desproporcionalidade no que diz respeito à taxa de ingressos e egressos de brancos e negros¹⁴ em cursos de tradicionais como o Direito. Conseqüentemente à baixa taxa de egressos negros, menor ainda tenderia a ser a taxa de ingresso e egresso negro no âmbito da pós-graduação em Direito. A política de reserva de vagas em certames desse calibre veio justamente para ajudar a reverter tal cenário de falta de representatividade entre os discentes, que, mais tarde virão a tornar-se mestres e/ou pesquisadores.

Partindo para a análise docente do PPGDC, talvez o quadro seja um pouco mais preocupante na questão da representatividade e do lugar de fala. Em que pese o extremamente qualificado corpo de professores que o PPGDC abarcou desde a sua inauguração, em 2011, pode-se dizer que até os dias de hoje a representatividade por meio de professores negros foi próxima de zero, sem fazer distinções entre professores permanentes e colaboradores.

¹² Ver mais em: <http://ppgdc.sites.uff.br/apresentacao/historico/>. Acesso em 25 de ago. de 2018.

¹³ Ver mais em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/populacao-que-se-declara-preta-cresce-149-no-brasilem-4-anos-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em 19 de jul. de 2018.

¹⁴ Apesar da autodeclaração quanto à ascendência negra ou indígena ser aceita pelo Programa, aqui levo em consideração a forma como a negritude é considerada no Brasil, qual seja, a partir do fenótipo de uma pessoa. A cor da pele, a textura de seu cabelo, a forma dos traços faciais. Todos esses são os fatores que são considerados, à priori, para se considerar alguém como negro no Brasil. Nos Estados Unidos, por exemplo, uma pessoa é considerada negra ou não pelo princípio do genótipo, ou seja, da ancestralidade, da chamada “regra da uma gota de sangue” ou *one-drop rule*. Interessante frisar que nenhum autodeclarado indígena adentrou ao Programa neste certame, tampouco anteriormente.

Entretanto, esse não é um problema local. A escassez de professores negros na academia¹⁵ é um retrato nacional e precisa ser mudado.

1.3 Desobediência ao saber concentrado na matriz cultural hegemônica

Toda a exposição acerca das peculiaridades do PPGDC foi travada para que ao final se pudesse ter em mente os parâmetros sobre os quais aquele curso vem, de fato, se alicerçando. Ficou claro que, não desde sempre (até porque não estão aqui expostos testemunhos sobre como costumava ser a coordenação das pautas do programa), mas, que de um certo período em diante, arrisco dizer desde a implementação da política de reserva de vagas na Universidade Federal Fluminense como um todo, no final de 2017¹⁶, o cenário universitário começou a dar sinais de mudança não apenas aos estudantes da graduação, como também aos da pós-graduação

Em um discurso emblemático da ONU no ano de 2001, o então secretário das Nações Unidas, Kofi Annan, ressaltou que as camadas minoritárias, etnicamente falando, continuavam a ser preteridas em todos os ramos sociais, seja no trabalho, na saúde, na política, nas prisões, e, claro, na educação. Desde então as coisas não mudaram muito de maneira efetiva. É claro que esforços em políticas públicas como esse implantado pela UFF em seus programas de pós-graduação devem ser vistos com olhos esperançosos de que algum dia tais medidas não sejam mais necessárias para que pessoas de diferentes etnias tenham acesso igualitário à educação de qualidade.

Em matéria publicada no site da UFF com relação à implementação de tais medidas, salientou o vice-reitor Antonio Carlos da Nóbrega:

Nesse sentido, temos atuado na vanguarda ao implementar ações afirmativas como um dos instrumentos para diminuir a desigualdade étnico-racial no ambiente acadêmico, sobretudo agora com a inclusão do sistema de cotas também nos nossos cursos de mestrado e doutorado.

Tais políticas são importantes ao passo em em que possibilitam maior visibilidade de um público que anteriormente não era visto ocupando espaço na academia. Faço aqui um paralelo com a categoria da afrocentricidade, a qual foi brilhantemente desenvolvida e trabalhada nos anos de 1980 por Molefi Kete Asante, professor de estudos afro-americanos na

¹⁵ Ver mais em: <https://www.geledes.org.br/perfil-racial-dos-docentes-da-usp-analisa-baixo-indices-de-professores-negros/>. Acesso em 19 de jul. de 2018.

¹⁶ Ver mais em: <http://www.uff.br/?q=noticias/24-11-2017/na-luta-pela-igualdade-etnico-racial-uff-implanta-cotas-na-pos-graduacao>. Acesso em 23 de nov de 2018.

Universidade de Temple, Filadélfia, Pensilvânia, Estados Unidos da América. A afrocentricidade consiste em, como o nome já nos dá a entender, pensar e colocar a África no centro de nossas relações e existência. Nas palavras de Molefi Asante (2009)¹⁷:

Afrocentricidade é um paradigma baseado na idéia de que os povos africanos devem reafirmar o sentido de agência para atingir a sanidade. Durante os anos de 1960 um grupo de intelectuais afro-americanos inseriram os Estudos Negros nos departamentos das universidades, começando a formular maneiras originais de análise do conhecimento (Asante, 2009).

isso não significa pensar a África isoladamente, ao contrário, significa repensar a diáspora e todo o processo cultural no qual estamos envolvidos. Em outras palavras, todos os países os quais foram solo de tráfico negroiro devem pensar em suas raízes africanas.

O Brasil é um grande exemplo. Além de brasileiros, é bastante plausível dizer que somos africanos em diáspora, e, assim sendo, o ideal seria que tudo o que fosse afro pudesse ocupar um lugar de especial importância em nossa vida, discussões, perspectivas e análises. Infelizmente isso no Brasil ainda é pouco usual, exceto por regiões nacionais as quais são bastante engajadas culturalmente, de maneira a proliferar e não se deixar apagar quais são verdadeiramente nossas raízes – à exemplo da região nordeste.

Em uma análise pessoal, opto por dizer que a questão da afrocentricidade não se origina do nada. Para que a lógica do afrocentrismo seja posta em pauta, os indivíduos, de maneira particularizada, devem repousar esforços reflexivos acerca de sua existência enquanto agente da sociedade - em outras palavras – é algo que se faz de dentro para fora, e não de fora para dentro. Como aqui discute-se o viés da educação, à título exemplificativo trabalharei com esse exemplo. Para que se entenda o afrocentrismo educacional devemos pensar qual é a realidade em que vivemos e responder à seguinte pergunta: ela é afrocentrada? Obviamente a resposta será negativa (na maioria das vezes) , e isso se deve ao fato de que, na educação, assim como em outros tantos pontos de nossa cultura, a lógica que se desenvolve é a lógica branca, das elites – e não a negra, das periferias.

O que se almeja é a quebra da lógica baseada na matriz cultural hegemônica, dominadora, colonizadora. A impressão que se tem é que tudo o que nos cerca é neutro e desprovido de pré-julgamentos, mas isso é uma falácia – é o mito da democracia racial de Gilberto Freyre. Não ver pessoas negras e periféricas ocupando cargos mais elevados, ou cursando pós-graduações em universidades públicas é algo considerado “natural” eis que nunca houve um cenário distinto com o qual se pudesse traçar alguma linha de discussão, em

¹⁷ Ver mais em: <http://www.asante.net/articles/1/afrocentricity/>. Acesso em 03 de dez. de 2018.

outras palavras, as instituições de alguma maneira velaram a situação de modo que isso pudesse ser naturalizado no imaginário social.

Seguindo essa linha de pensamento, afrocentrar não é uma tarefa simples. Não é simples eis que exige dos seus agentes que adotem postura crítica e indagadora, de maneira a constatar tudo o que nos é posto como verdade incontestável, para que a compreensão de cada um enquanto indivíduo tenha alguma possibilidade de desabrochar e para que todos possam vislumbrar como tais sistemas pré-estabelecidos afetam nossa existência enquanto seres pertencentes à classe subjulgada.

O Brasil costumeiramente é visto como o país no qual não há preconceitos, onde todos são tratados igualmente, onde não se despreza ninguém, onde o nacional e o estrangeiro vivem em harmonia – o famoso mito do brasileiro cordial, de Holanda (1995) – mas é claro que isso também é uma falácia. A mistura entre índios, brancos e negros, na maioria das vezes forçada pelo sistema colonial e escravista, cenário do Brasil dos séculos XVI ao século XIX, também foi se naturalizando com o passar dos anos, de modo que o viés opressor e cruel dessas relações foi se perdendo e acabou ganhando a roupagem de algo positivo para o “embranquecimento” do povo. O que se desejava, desde esses tempos, era o extermínio de tudo o que pudesse remeter ao Brasil indígena e negro, e, os esforços nesse sentido foram tão intensos que os próprios negros e índios sentiam-se envergonhados de assim serem, desejando serem tornarem-se brancos:

A cidade do colonizado é uma cidade acordada, uma cidade ajoelhada, uma cidade acuada. É uma cidade de negros, uma cidade de árabes. O olhar que o colonizado lança para a cidade do colono é um olhar de luxúria, um olhar de inveja. Sonhos de posse. Todas as modalidades de posse: sentar-se à mesa do colono, deitar-se no leito do colono, com a mulher dêste, se possível. O colonizado é um invejoso. (FANON, 1979, p.29).

Se engana quem pensa que isso fosse talvez uma fraqueza de caráter desse povo que “aceitou” a submissão, afinal, é sempre mais fácil culpar a vítima, mas o retrato não foi esse. Todo qualquer indígena ou negro que se rebelava contra o sistema imposto sofria sérias retaliações, muitas vezes avabado morto.

Aqui, também traço um paralelo com a teoria de Frantz Fanon (1979), em sua obra *Os condenados da terra*, onde ele relata exatamente esse contexto de perturbação mental desencadeada nos colonizados argelinos pela ação colonizadora branca (francesa) em seu território. Fanon também fomentou o processo de quebra com o descolonial em prol do deenvolvimento humano e seu processo histórico. Nas palavras dele, a descolonização não passa despercebida, atinge o ser, modifica o ambiente, introduz um ritmo próprio - a

descolonização é a criação de homens novos, e por isso, toda descolonização é um triunfo “os últimos serão os primeiros” (p.27). Segundo o autor, o único meio para essa subida cadencial é a descolonização por meio da violência, haja vista que os oprimidos não ascenderão, “tomando lugar dos opressores” de maneira pacífica (p.27).

O colonizado que resolve cumprir este programa, tornar-se o motor que o impulsiona, está preparado sempre para a violência. Desde: seu nascimento percebe claramente que este mundo estreito, semeado de interdições, não pode ser reformulado senão pela violência absoluta. (FANON,1979, p.27).

Durante muito tempo houve o império da violência extrema nas relações entre colonizados e colonizadores. Hoje em dia a violência ainda existe, mas é, em grande parte, velada. É uma violência ver crianças, mulheres e homens periféricos jogados nas ruas e vielas, com roupas rasgadas, passando fome, muitas vezes dependentes químicos – isso é uma herança colonial. Já se atentaram para a cor dessas pessoas? Majoritariamente são negras e/ou pardas, etc. (se levar em consideração a escala de milhões de cores as quais as pessoas se utilizam para designar alguém que possui ascendência negra). Também é uma violência, que, apesar de o Brasil ser um país majoritariamente negro (de acordo com pesquisa do IBGE, mais de 54% da população brasileira é negra ou parda)¹⁸, o cenário educacional, especialmente educação superior e pós-graduação, serem ambiente predominantemente brancos. Será apenas coincidência? Não. Essa é a matriz hegemônica colonial de poder, encabeçada por brancos colonizadores, a qual perdura até os dias atuais, dando apenas pequenos sinais de engatinhar em direção a um novo paradigma.

Por todos os motivos acima elencados, e por todo o contexto de violência colonial e não perpetuação das culturas indígena e negra, desconsideradas pelo dominador (não só as culturas, como também qualquer pessoa que por alguma razão se enquadre nelas) é que afrocentrar é tão importante. No presente trabalho damos ênfase ao afrocentrar acadêmico da pós-graduação, de modo a fomentar que tais pessoas negras, indígenas, periféricas, mulheres, deficientes e LGBTQs se sintam cada vez mais indivíduos pertencentes ao meio social e, juntamente a isso, pertencentes a tudo o que esse meio possa lhes proporcionar de melhor em suas existências enquanto seres de direitos e deveres.

Seguindo tal linha de pensamento, busquei atrelar a afrocentricidade, aproximando a África e sua diáspora da pós-graduação do PPGDC/UFF, no sentido de fomentar o ingresso periférico, negro e feminino, de modo a interseccionalizar categorias de grupos minoritários,

¹⁸ Ver mais em <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/seis-estatisticas-que-mostram-o-abismo-racial-no-brasil>. Acesso em 15 de dez. de 2018.

e assim romper, ou pelo menos mitigar, com o perfil colonial, masculino, elitizado e branco que costumeiramente se encontra ocupando tais nichos de conhecimento acadêmico. Alguns exemplos de como cheguei a esse projeto estão referenciados no capítulo que segue, para que, finalmente, no terceiro capítulo, seja discutido, de fato, como foi implementado, na prática, tal projeto.

1.4 Considerações parciais

O primeiro capítulo do presente trabalho buscou entreter o leitor acerca de como funciona o Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade federal Fluminense (PPGDC-UFF). Isso se faz necessário eis que o programa é um dos principais atores desta dissertação, haja vista que é por meio de seu sistema de ingresso que muitas outras discussões ganham ramificações. Não somente sobre o seu sistema de ingresso, mas sobre todas as suas engrenagens e membros, que, desde a sua fundação, em alguns anos anteriores, de uma forma ou de outra acabaram por permitir que o sistema de reserva de vagas fosse finalmente implantado para negros, indígenas e deficientes, para a turma que viesse a ingressar no ano de 2018.

Obviamente que para chegar até a decisão e reserva de vagas muita coisa ocorreu. Pode-se dizer que o quadro de professores passou por algumas transformações, mesmo que, em nenhuma delas, fosse visto algum docente que se autodeclarasse negro ou afrodescendente. E este não é um quadro apenas do PPGDC, é um quadro nacional. Em raríssimas exceções dentre o quadro geral, encontramos negros, e principalmente negras, ocupando cargos de docência em universidades de renome, sobretudo as públicas. E não é difícil compreender o motivo.

Quando discutimos as categorias relativas a afrocentricidade, de Molefi Kete Asante, assim como quando compreendemos o complexo de inferioridade ao qual, segundo Frantz Fanon, o colonizado é mergulhado a partir do momento em que ocorre a colonização, compreendemos alguns dos motivos pelos quais o negro, índio e periférico são extremamente subjugados em nosso país. Vale dizer, questões como afrocentricidade ainda estão em estágio incipiente de desenvolvimento, visto que escolas, núcleos de cultura, e até mesmo universidades ainda engatinham no sentido de afrocentrar suas pautas para que a herança negra tenha considerado o seu devido valor. E, a partir do momento em que esse valor não é considerado, abre-se margem para que o sempre preterido se sinta impotente e tenha ganas de viver a vida daquele que o pretere.

Para que o valor à herança negra seja instituído é necessário o exercício de considerar o pensamento afrocentrado em detrimento do pensamento hegemônico, e, para isso, por sua vez, é necessário não apenas engajamento social, como também compromisso firmado pelos governos por meio da instituição de políticas públicas fomentadoras. Conforme ressaltado no decorrer do capítulo, a política pública instituída pela UFF no sentido de fomentar a política de reserva de vagas para negros nos seus cursos de pós-graduação a nível de mestrado e doutorado foram um grande passo no sentido da busca por um ambiente mais afrocentrado em suas salas de aulas, vislumbrando um futuro no qual o quadro de professores universitários seja mais heterogêneo, condizente com a realidade nacional.

É claro que não se tratam apenas de números que relativizam a situação de ocupação de cadeiras por brancos e negros, mas sim algo muito mais profundo e essencial: o sentimento de pertença e representatividade que um cenário como este, de equidade, geraria na população como um todo. Acadêmicos, médicos, advogados e empresários negros e negras não seriam mais vistos com surpresa e admiração por estarem ocupando postos ditos de destaque social, mas sim, como algo extremamente comum – o que deveria ser a muito tempo. O mesmo se diz para todas as categorias enquadradas como minoritárias: índios, deficientes, LGBTQs, mulheres, periféricos, etc.

Seguindo essa linha de pensamento, compreender o quão danoso pode ser a ausência de um posicionamento mais afrocentrado na sociedade, à exemplo dos danos psicológicos ao qual Fanon faz referência, é de suma importância. Exatamente por isso que esta dissertação surgiu, para que possam ser disseminadas distintas formas de trabalhar o presente em prol de um futuro diferente e mais promissor às camadas abastadas da sociedade. Para que a sociedade se dê conta de que, as vezes apenas com um pouco de determinação e boa vontade podemos encabeçar revoluções e, sobretudo, mudanças concretas na vida das pessoas.

O capítulo que segue se destina ao relato de como a ideia de um curso de fomento ao ingresso negro e periférico no PPGDC/UFF surgiu, baseando-se em experiências correlatas de outros cursos, os quais adotaram previamente tal medida.

CAPÍTULO 2. FOMENTO À DIVERSIDADE NA (PÓS) GRADUAÇÃO

2.1 Modelos de políticas públicas que deram certo 2.1.2 Experiência em concreto: o caso

PPGA/UFF 2.1.3 O vestibular solidário do Direito UFF: curso “Dr. Luíz Gama” 2.2

Surgindo um ideal 2.3 Considerações parciais

O capítulo 2 é o capítulo que guarda maior relação com o início do estudo empírico deste trabalho. São relatos sobre vivências as quais serviram como uma inspiração para o meu projeto de pesquisa. Optei por viver efetivamente esses modelos de políticas sociais de perto, e, por essa razão, todos são modelos oriundos da UFF – local com o qual estou bastante ambientada. Foram analisados os modelos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia, e o Pré Luiz Gama, de fomento ao ingresso periférico nas universidades públicas, liderado pelo Coletivo Direito Popular. Posteriormente, por participar de diversos projetos junto com a equipe do Pré Luiz Gama, firmamos parceria no desenvolvimento da vertente para fomento ao ingresso periférico na pós-graduação, o então batizado Pré-Pós Dr. Luiz Gama.

Tais medidas me chamaram a atenção por serem de extrema relevância na busca pelo engajamento e empoderamento dessa parcela social, abrindo espaços para que pudessem, de fato, expressar seu lugar de fala¹⁹, de modo a , pedindo licença poética para parafrasear Asante (2014), não somente afrocentrar a sociedade, mas “perifecentrá-la”, fazendo assim com que a periferia passe de seu estado periférico para um estado de protagonista de suas próprias histórias e destinos. Abarco aqui uma categoria maior do que a relativa apenas à negritude visto que tais cursos buscaram não apenas o engajamento negro, como também o engajamento de toda a população que é comumente preterida dos espaços prioritariamente brancos – os chamados periféricos.

2.1 Modelos de políticas públicas que deram certo

Creio que o presente capítulo já dá início ao processo de estudo empírico que foi desenvolvido no decorrer da minha trajetória pelo mestrado, e até mesmo antes dele, no decorrer da vida. Digo empírico eis que procurei por diversas formas me inserir cada vez mais no universo das questões negras e seus dilemas, sobretudo no aspecto educacional, o qual é basilar, a meu ver, para qualquer processo de emancipação.

Um exemplo muito próximo de fomento ao ingresso de minorias à pós-graduação foi a iniciativa do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito, em seu processo mais recente de seleção de ingresso de docentes. Dispõe o item 2 do edital do PPGSD 2018.2²⁰:

¹⁹ Categoria abordada pela escritora Djamila Ribeiro em seu livro “O que é lugar de fala” (2018).

²⁰ Ver mais em: https://drive.google.com/file/d/13siyumdBhEc6mecBX_ZM1e4MLSsmxuEb/view. Acesso em 16 de jul de 2018.

2. DO PROCEDIMENTO DE SELEÇÃO (MESTRADO E DOUTORADO)

2.1. Número de vagas. ATÉ 19 (dezenove) VAGAS DE MESTRADO E ATÉ 17 (dezesete) VAGAS DE DOUTORADO PARA INGRESSO NO SEGUNDO SEMESTRE LETIVO DE 2018. Deste total de 36 (trinta e seis) vagas, pelo menos 20% (vinte por cento) será reservado para afrodescendentes/indígenas que assim o declararem, cabendo aos membros de cada linha de pesquisa a distribuição das mesmas entre o Mestrado e/ou o Doutorado. A este total de vagas, se somarão mais 2 (duas) vagas para candidatos que se autodeclararem transexuais e travestis e mais 2 (duas) vagas para pessoas com deficiência. Total de vagas oferecidas em ambas as modalidades (ampla concorrência e reserva de vagas): 40 (quarenta) vagas.

(...)

2.1.1.3. As vagas ofertadas para candidatos transexuais e travestis e para pessoas com deficiência, poderão, caso não preenchidas, ser aproveitadas pelos candidatos e pelas candidatas que se autodeclararem afrodescendentes e indígenas, de forma a ampliar sua presença no programa;(...). (GRIFO NOSSO)

Observa-se que, não obstante a reserva de vagas para negros e indígenas, conforme o mais usual praticado pelas universidades de maneira geral, o supracitado programa foi além e ofertou também vagas especialmente destinadas ao ingresso de transexuais, travestis e deficientes. De fato, isso não é algo comum de se ver em programas de pós-graduação, ambiente no qual práticas consideradas mais conservadoras e burocráticas são praxe. Nesse sentido, considero que o programa foi pioneiro, pelo menos no ambiente da UFF, em, formalmente, reservar vagas para essa parcela populacional de transexuais e travestis.

Não obstante essa reserva de vagas, o programa também teve o cuidado de deixar esclarecido que, não ignorando o fato de que geralmente essa população, por ser periférica, não encontra meios de adentrar a cursos de pós-graduação em universidades públicas, caso esse montante de duas vagas não fosse preenchido por autodeclarados transexuais ou travestis, seriam automaticamente revertidas em prol dos autodeclarados afrodescendentes e indígenas, aumentando, assim, a possibilidade de ingresso dessa outra parcela socialmente periférica.

Esses pequenos cuidados e atenção são essenciais para que o paradigma de dominação colonial, branca, masculina e elitista seja revertido em um panorama mais abrangente de ocupação de espaços por um público que, de fato, seja o espelho do que é o Brasil: minorias. Assim também deve ser o ambiente acadêmico: um local onde o plural possa existir para enriquecer as discussões, quebrar padrões pré-estabelecidos e instigar o pensamento crítico por outros vieses e realidades. Infelizmente, dado o processo seletivo do PPGSD ter ocorrido em concomitância com o meu objeto de pesquisa, a saber, o curso de fomento de ingresso periférico ao PPGDC, não pude acompanhar sobre como foram as pormenoridades daquele processo seletivo, nem obtive dados sobre se todas as vagas reservadas foram preenchidas da maneira que dispunha o edital.

Em contrapartida, tive a oportunidade de participar, anteriormente ao início efetivo da minha pesquisa empírica, de maneira efetiva, em dois projetos também oriundos do ambiente acadêmico da UFF, a saber, o caso de um curso de fomento ao ingresso negro no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (PPGA/UFF), e o caso de fomento ao ingresso periférico as universidades públicas por meio de aulas presenciais com conteúdo direcionado ao ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) oferecidas pelo Coletivo Direito Popular, no Pré Dr. Luiz Gama, idealizado por alunos da graduação em Direito da UFF. São exatamente esses casos de estudo empírico os quais discorro nos tópicos a seguir.

2.1.2 Experiência em concreto: o caso PPGA/UFF

A vivência com o grupo de mestrandos em antropologia da UFF (PPGA) veio de forma natural e rápida. Logo após eu ter decidido sobre abordar a questão negra vinculada à ideia sobre educação superior e pós-graduação na minha dissertação, iniciei buscas sobre projetos nesse sentido, a fim de elaborar algo como um “curso” preparatório gratuito para a comunidade negra que quisesse adentrar ao PPGDC/UFF. Por meio da rede social *Facebook* me deparei com o anúncio que falava sobre o início das inscrições para o processo, as quais seguiriam pelo início das aulas. Por ter a consciência de que minha intenção não era participar como aluna, mas sim como observadora, fiz contato por e-mail com os idealizadores²¹, os quais se mostraram dispostos a me receber, porém talvez não muito empolgados com uma mestranda exterior que talvez pudesse se “apropriar” de seu objeto. Mesmo com essa sensação, decidi seguir adiante e participar. O máximo que poderia ocorrer era a minha não permanência no acompanhamento do grupo.

O primeiro encontro ocorreu na data de 31/08/2017, uma quinta-feira, às 18h30min, após horário de trabalho para a maioria das pessoas, na sala de número 316, do bloco N do Gragoatá. Ao adentrar à sala onde ocorreria o primeiro encontro, me deparei com a cena incrível de um ambiente lotado de pessoas de todos os tipos, mas que se igualavam por sua identificação: ser negro. Digo incrível porque não imaginava que em uma noite comum de quinta-feira iria me deparar com uma sala tão cheia de pessoas tão cheias de sonhos e esperanças. Aparentemente aquelas nove pessoas que estavam postas de pé no palanque de frente para os alunos faziam parte da organização discente. Esses sugeriram que os alunos se

²¹ Por motivos de ética e sigilo não farei menção à nomes, haja vista que não obtive autorização para tanto.

apresentassem um a um, da maneira como se sentissem mais confortáveis: de pé ou sentados, falando seus nomes, ocupações, perspectivas sobre o curso e objetivos futuros. Notei também a presença de um homem mais velho de pé no palanque, aparentemente algum professor que guiava o projeto, e não estava errada: se tratava de um docente, incansável ativista e pesquisador em prol da causa negra, o qual se reservou o papel de, naquele momento, apenas observar/acompanhar o trabalho dos discentes.

Por uma contagem rápida, naquele momento havia trinta alunos presentes, sendo doze do sexo masculino e 18 do sexo feminino, sem contar a equipe de organização, a qual era composta por seis homens e três mulheres - todos autodeclarados negros. De acordo com o passar das apresentações, percebi que muitos ali presentes eram recém formados ou recém saídos de algum curso de pós-graduação, bem como que muitos exerciam algum tipo de atividade laboral e necessitava conciliar suas tarefas e horários em prol do desejo de uma maior qualificação e (talvez) consequente melhora de condição de vida - e essa era a maior crítica relatada pelos que ali estavam presentes: a dificuldade na administração dos muitos compromissos para atingir algum sucesso profissional.

Os coordenadores do projeto contaram suas experiências de inserção no mestrado pelos certames anteriores, também compartilhando o sentimento de que nada foi fácil e ressaltando que não havia se tornado mais fácil pelo ingresso no mestrado, vale dizer, o processo seletivo tinha sido o menor dos esforços, à considerar o grau de empenho que se espera de um aluno de pós-graduação *stricto sensu*, o grau de leitura, etc. o que, muitas vezes as pessoas não estão acostumadas. Um dos pontos que enfocaram bastante foi a necessidade de leitura exaustiva do edital de abertura de seleção, para que fossem minimizadas dúvidas que pudessem surgir, bem como para que os candidatos estivessem cientes de suas prerrogativas, direitos, detalhes e peculiaridades do certame. Na minha opinião essa parte é crucial, tendo em vista que não é raro ver candidatos perdendo prova ou sendo inabilitados a participar do processo por equívocos quanto às regras e prazos - talvez candidatos menos experientes não se atentassem tanto para essa questão, depositando energias única e exclusivamente na feitura das provas.

Por conseguinte, foi sugerido que os candidatos elaborassem uma espécie de calendário para que melhor pudessem se organizar quanto às datas importantes de provas, entrega de documentos, projeto e entrevistas. Foram advertidos de que atrasos devem ser evitados, vez que muitos dos ali presentes não eram residentes da cidade de Niterói, sendo a maioria de suas imediações, como São Gonçalo e Itaboraí, e que por isso estavam sujeitos a número talvez maior de potenciais imprevistos quanto ao cumprimento de prazos. Alertaram

que a sequência seria a reunião da bibliografia, a qual poderia ser impressa na “xerox do Marcelo”, no bloco P, mas que também estaria disponível online, na nuvem do Google (com link disponibilizado pelos organizadores), para aqueles que assim preferisse, ou para aqueles que não pudessem arcar com os custos de várias fotocópias.

Percebi que a equipe foi bastante detalhista no procedimento de organização das atividades, aqui ressaltando, por exemplo, o calendário de trabalho diário que elaboraram como ajuda à organização dos alunos, elencando, aproximadamente, quantas páginas por dias eles deveriam ler para conseguir finalizar a leitura de todo o conteúdo daquele dia até a data anterior ao dia da prova. Essa conta deu a média de nove páginas de leitura por dia. Entretanto, eles sugeriram que seria mais confortável para um cronograma saudável e sem surpresas que os alunos se programassem para a leitura de onze páginas por dia, já que assim, terminariam todo o conteúdo com folga de uma semana até a data da prova - período esse que seria essencial para revisões finais mais tranquilas.

Toda a equipe perseguiu o objetivo de esclarecer qualquer ponto de viesse a ser foco de dúvida dos alunos ali presentes. Elucidaram que basicamente teriam de correlacionar o texto base da bibliografia, com os outros textos sugeridos, de forma a serem capazes de traçar um diálogo coerente e crítico entre todos eles, sem deixar de dar a devida importância a seus autores e contextos históricos de vivência e escrita. Nesse primeiro momento de curso, foi dado enfoque à primeira fase do certame, ou seja, a prova escrita que versaria sobre questões envolvendo a bibliografia do edital, ou seja, não foi dado foco para a prova de línguas, submissão de pré-projeto e entrevista - esse não era o foco do curso comunitário.

Sugestões e conselhos como prever as questões que podem ser objeto de prova, grifo de trechos dos textos que podem estabelecer algum tipo de conexão, ler a todo tempo que for possível, em outras palavras, imersão total era a ordem dos próximos dias. A partir daquele momento, perder tempo com atividades supérfluas como cultivar o ócio nos transportes públicos, ficar no celular, *WhatsApp*, redes sociais e qualquer coisa congênere deveria ser abolido por aqueles que de fato tinham a alguma pretensão/intenção de adentrar ao processo seletivo de mestrado do PPGA/UFF.

Ademais de todo o supracitado, foi enfatizado que trazer dúvidas para a sala de aula era algo completamente necessário e enriquecedor - não só para sanar as dúvidas do aluno que a trouxe, como também porque muitas vezes a dúvida de um é a dúvida de todos, e isso acaba por dinamizar a lógica das aulas, tornando-as menos reprodutivas e mais participativas, dialogadas. Procurar resenhas das obras objeto de prova no meio da internet também pode ser

uma grande dica para aqueles que, por conta da falta de tempo hábil para a realização integral das leituras, não podem ficar sem algum conteúdo estudado.

Com relação às leituras em si, a busca pelo real eixo do texto, sua essência, foi bastante trabalhada nesse primeiro encontro, eis que a partir disso se torna muito mais fácil o fluir da leitura, elaborar diagramas, colocar conceitos chave no papel para fixá-los com maior eficiência - tudo de maneira criativa, de forma a buscar a quebra com padrões de formalidade desnecessários e que tornam toda essa tarefa mais árdua - em outras palavras, preza-se pelo trabalho com formas não lineares de conhecimento, sempre lembrando que a leitura é um exercício corporal e mental, e que, exatamente por isso, exige grande força de vontade do candidato para que este não se deixe vencer pelo cansaço.

Enfatizaram também a importância da criação, entre os próprios candidatos, de grupos de estudo, sendo que a equipe se colocou à disposição para responder quaisquer dúvidas que pudessem surgir, seja por e-mail ou redes sociais. Com relação às maiores táticas de estudo, a elaboração de resumos simplificados, feitos com as próprias palavras dos candidatos, foi traduzida como uma boa tática mnemônica. Também foi dada importância à saúde mental dos candidatos, haja vista que não apenas dominar o conteúdo é importante, mas também estar em dia com os cuidados para uma vida saudável, como alimentação equilibrada, prática de exercícios físicos, quando possível, ingestão de muita água para hidratação, etc. Faz parte do saber comum que para que nos sintamos bem, uma série de fatores devem estar interligados e interagindo em consonância, vale dizer, a saúde é fator basilar para a execução de uma boa prova. Os organizadores sugeriram coisas como tirar uma soneca de 20 minutos a cada 3 horas de estudo, no intuito de desestressar a mente.

Pude perceber que a preocupação com o aspecto da visibilidade do evento foi bastante forte. Não apenas por ter tomado conhecimento do evento pelas redes sociais, mas pela, na minha opinião, grande adesão do público, a expectativa para a perpetuação e continuidade de projetos similares me pareceu grande. A todo momento me deparava com *flashes* de fotos e câmeras voltadas para a direção dos alunos, filmagens, etc. provavelmente todo aquele material não teria utilidade apenas para divulgação nas mídias, mas sim para algo maior, como algum trabalho de pós-graduação, talvez. Havia uma mesa ao lado direito da plateia, com vários comes e bebes à disposição de todos, como um *coffee break*, demonstrando a atenção que os organizadores tiveram com o conforto e bem-estar de todos os envolvidos, desde os idealizadores, até aqueles que ali estavam por esperanças da concretização de um sonho e adentrar a um curso de pós-graduação de renome.

Como uma visão pessoal, o grupo no geral me pareceu extremamente animado e empenhado em atingir seus objetivos. Havia conversas paralelas a cada dica que era verbalizada pela equipe docente, olhos brilhavam cheios de esperanças no vislumbre de uma nova etapa na vida de cada um ali presente. Alunos e organizadores emanavam empolgação em seus discursos, tanto no sentido de atingir a meta de ser aprovado no concurso do PPGA, com fins à maior qualificação e possibilidades no mercado de trabalho, quanto no sentido da real experiência vivida pelos discentes na guia de um projeto tão especial e com fins tão genuínos, na docência de uma parcela social estigmatizada e preterida.

Infelizmente, em parte por sentir que talvez estivesse ali “usurpando” o trabalho alheio como observadora que posteriormente iria utilizar aqueles dados na minha pesquisa, e não ter sido talvez, na minha percepção, muito acolhida nesse papel por motivos óbvios, e em parte pela incompatibilidade de horários das posteriores reuniões com a minha agenda pessoal, acabei por não dar continuidade à observação desse campo. Porém, de maneira alguma foi uma experiência em vão, muito pelo contrário. Adentrar nessa realidade foi crucial para que eu solidificasse a minha ideia e propósito de implantar algo semelhante no processo seletivo do mestrado do PPGDC. Com essa vivência pude identificar como seria talvez o modelo ideal de chegada ao público pelas redes sociais, como montar uma equipe de apoio que seja representativa e empenhada em perseguir esse ideal, técnicas de motivação e dicas de estudo que posso repassar para os meus futuros alunos, e, sobretudo, a não perder a fé de que sim, é possível implantar uma política pública no meio acadêmico. Mesmo que o cosmos pareça não cooperar.

2.1.3 O vestibular solidário do Direito UFF: curso “Dr. Luíz Gama”

Levando em consideração a agilidade com a qual as informações percorrem caminhos e adentram casas e mentes no mundo globalizado, se tornou cada vez mais fácil para o pesquisador adentrar em atmosferas as quais possam ser potenciais fontes de conteúdo para aquele assunto que lhe apetece. Não foi diferente comigo, ainda mais considerando todo o corpo de amigos e profissionais da educação altamente capacitados que sempre me rodearam, as coisas acabaram por fluir com maior leveza, e tomei conhecimento de pessoas, palestras e projetos sensacionais, os quais alguns tive o prazer de integrar.

O “Coletivo Direito Popular”²² da Universidade Federal Fluminense (UFF) se autodenomina como um coletivo pautado na “materialização dos discursos críticos”, vez que procura apresentar a real concepção do que significa o Direito estar a serviço da comunidade. O coletivo foi idealizado por alunos negros do curso de graduação em Direito em 2017, ganhando força por meio de sua respectiva página na rede social *Facebook*. A partir do ganho de visibilidade, surgiu um novo projeto envolvido na questão educacional, o chamado “Pré-vestibular Social”, tendo como coordenador o aluno Paulo Henrique Lima, mais conhecido como PH Lima, estudante do sétimo período do curso de graduação em direito da UFF.

O objetivo do projeto do pré-vestibular social é o de oferecer gratuitamente preparação para jovens de baixa-renda que não têm acesso a cursos do gênero para ingresso em uma universidade, sobretudo as públicas, além de pretender aproximar a temática do Direito às periferias. O projeto se iniciou formalmente em 07/07/2018, por meio de um aviso de inscrições abertas compartilhado em rede social, e nesta data houve uma primeira reunião de apresentação dos educadores, no prédio da Faculdade de Direito da UFF, em Niterói. A taxa de inscrição dos candidatos para ingresso no curso era a doação simbólica de itens de higiene pessoal os quais seriam repassados aos presídios mais próximos, como ação de um projeto em paralelo do coletivo. As aulas seriam ministradas aos sábados pela manhã, com previsão de início para agosto de 2018.

Interessante destacar que até mesmo o processo de seleção de educadores e colaboradores não ficou restrito ao ambiente do Coletivo, mas sim, foi aberto à sociedade. Isto, a meu ver, tornou o projeto ainda mais interessante, a partir do momento em que diversos pontos de vista, pessoas e formações seriam ali condensadas, abrindo um leque ainda maior de variedades críticas e conceituais, ao passo em que professores, estudantes, ativistas culturais, assistentes sociais, psicólogos, oficinairos, músicos e diversas outras categorias de profissionais foram abarcadas no processo de inscrição e seleção, traduzindo a importância do pluralismo acadêmico e interdisciplinaridade desde o princípio. Nas palavras de PH Lima²³:

Queremos, além da matéria do ENEM, debater também questões importantes para nossa sociedade como racismo e homofobia. É necessário que os estudantes tenham

²² Ver mais em: <https://www.facebook.com/ColetivoDireitoPopular/>; <http://www.ofluminense.com.br/ptbr/cidades/alunos-da-uff-criam-vestibular-solid%C3%A1rio>; e <http://eurio.com.br/noticia/636/coletivo-de-direito-da-uff-organiza-pre-vestibular.html>.

²³ Entrevista realizada por Mariana Cavalheiro, em 05/07/2018. Ver mais em: <http://eurio.com.br/noticia/636/coletivo-de-direito-da-uff-organiza-pre-vestibular.html>. Acesso em: 25 de ago. de 2018.

noção de assuntos como esses (...) um músico pode ensinar matemática com sua arte, por exemplo.

Tive a felicidade de contatar a equipe que idealizou todo o projeto e ser atendida prontamente. Enviei mensagem *inbox* parabenizando-os pela iniciativa, me oferecendo para colaborar de diversas formas (lecionando, administrativamente, ou mesmo como observadora empírica para fins acadêmicos), e convidando-os para que nos tornássemos parceiros em nossos projetos. Como resposta fui chamada à reunião que ocorreria no sábado seguinte, dia 21/07/2018, às 10 horas, na sede do curso de Direito, bem como fui inserida no grupo de *Whatsapp* o qual reunia todas as pessoas que fariam parte do projeto, e era uma grande porta de comunicação para todas as posteriores reuniões e aulas que ocorreriam. Para a minha surpresa, quando adentrei ao grupo online, este já contava com mais de oitenta voluntários. A tendência era que esse número crescesse ainda mais.

Por fim, chegou a data da reunião que tinha como objetivo principal o encontro preliminar daqueles que fariam parte do projeto, bem como definir a grade de horários das turmas as quais iríamos ministrar as aulas do pré-vestibular social. A reunião ocorreu no prédio principal da Faculdade de Direito da UFF, na Rua Presidente Pedreira, na sala “aquário”, às 10h. Quando cheguei, com alguns minutos de atraso, os voluntários que ali estavam já estavam sentados em roda, discutindo como seriam organizadas as primeiras duas semanas de aula do curso pré-vestibular. Por uma contagem rápida, havia ali 26 (vinte e seis) pessoas distribuídas de maneira igual: 13 (treze) mulheres e 13 (treze) homens - contando com a minha presença. Após alguns minutos mais alguns voluntários chegaram. Além do coordenador do projeto PH Lima, aparentemente mais dois voluntários homens (também membros da coordenação do projeto) encabeçavam os pontos do debate.

Tive como percepção pessoal que, apesar de o grupo ali presente estar de fato empenhado com o projeto, talvez a adesão à reunião tenha sido baixa, considerando os mais de oitenta membros voluntários que havia no grupo online, e apenas vinte e seis ali presentes. Achei curioso e muito bacana que me deparei com dois voluntários haviam sido meus alunos quando fiz estágio à docência, na disciplina de “Teoria do Estado II” no primeiro semestre de 2018. Isso me deu a sensação de que existem sim muitos jovens que se preocupam em fazer a diferença pelo comunitário. A discussão estava acalorada, todos querendo dar suas opiniões, sugestões e pontos de vista sobre qual seria a melhor maneira de organizar a grade de horários, de modo que beneficiasse, ao mesmo tempo, à logística organizacional e a logística

de vida dos alunos - que, em grande parte, de acordo com o questionário aplicado em conjunto com a inscrição para ingresso no curso, trabalhavam.

De modo geral o grupo era bastante heterogêneo, não apenas pelo grande balanço entre homens e mulheres, mas, principalmente, pela aparente abrangência de idades e experiências acadêmicas de cada um que ali estava. Vale dizer, havia desde os visivelmente mais experientes por conta da idade e tempo de exercício na profissão de professor, como também aqueles que ainda nem haviam completado a graduação, como era o caso dos meus ex-alunos. Havia algumas anotações no quadro branco, referentes ao esquema do que seria a grade das duas primeiras semanas de aula, e uma pequena tabela ao lado, explicitando a proposta de pontos mais relevantes a serem levados em consideração para que as aulas fossem o mais dinâmicas o possível, de modo a evitar evasão de alunos. Dentre os pontos de destaque elencados no quadro, estavam dispostas observações como a importância de aulas pensadas por bloco temático (humanas; exatas/natureza; linguagens; direito popular/cultura), ou seja, dar preferência de junção de disciplinas as quais demandavam maior carga de horário de estudo, justamente por seu maior peso no ENEM (matemática; física; português e redação).

Esse era justamente o ponto que estava sendo mais discutido: a importância de arranjar o calendário das aulas de modo eficiente e eficaz na tática de ensino que envolvia dois fatores de peso - pouco tempo disponível e grande carga de matérias. Sem contar com aquele dia, teríamos ao todo apenas mais 15 (quinze) sábados (contando com os feriados de 08/09 e 13/10) até a data do ENEM 2018 (04 e 11 de novembro). Isso significa que teríamos apenas 11 (onze) dias de aula até o ENEM 2018, e mais 3 (três) sábados, totalizando 14 (quatorze) sábados de aula disponíveis, caso o curso se estendesse até a prova da UERJ, que era o plano. Cada aula foi pensada com a carga horária de 1h./aula, sendo que as de maior peso seriam ministradas em dobro, ou seja, 2h./aula.

DATAS
Agosto 11, 18 e 25
Setembro 01, 08*, 15, 22 e 29
Outubro 06, 13*, 20 e 27

Novembro 03* e 10*

Quadro 1 - Contagem dos sábados até o dia das provas do ENEM 2018.

A tabela final com a disposição do esquema de aulas para as duas primeiras semanas do “Pré Luíz Gama” ficou da seguinte maneira:

PRÉ LUÍZ GAMA - Grade	SEMANA 1	SEMANA 2
09 HORAS	Matemática	Português
10 HORAS	Matemática	Português
11 HORAS	Química	Língua Estrangeira
12 HORAS	Biologia	Filosofia/Sociologia
13 HORAS	ALMOÇO	ALMOÇO
14 HORAS	Cultura	Direito
15 HORAS	Redação	Redação
16 HORAS	Física	Geografia
17 HORAS	História	História

Quadro 2 - Grade de horários inicial do Pré Luíz Gama (primeiras duas semanas de aulas).

Seguindo a tabela acima, pode-se perceber que as aulas foram pensadas dentro do horário das 9 às 18 horas de cada sábado, levando-se em conta os dias e horários que teriam maior adesão pelos potenciais alunos, que, em sua maioria, trabalham durante a semana. Observa-se também que as aulas em “dobradinha, ou seja, uma imediatamente em seguida da outra, como é o caso de matemática, português, redação e história, são aquelas às quais

chegamos ao consenso de que são as mais relevantes para a obtenção de maior pontuação no exame. Interessante ressaltar que algumas disciplinas, como biologia e química tinha, até aquele momento, apenas um professor como voluntário para lecioná-las, enquanto que outras, como as de humanidades, tinham seu quadro de voluntários cada vez mais cheios. O que isso poderia querer dizer no âmbito da docência? Que talvez os docentes das áreas de humanas estariam mais “humanizados” nas causas sociais?

Foi tomado o cuidado de colocar nos primeiros horários disciplinas que exigissem maior esforço mental dos alunos, eis que, com o decorrer das horas de estudo, é normal que a atenção tenda a diminuir, de maneira inversamente proporcional. Por esse motivo, também, foram colocadas aulas mais lúdicas, que ensejam maior participação do aluno em discussões e problematizações para o horário após o almoço - como é o caso de Cultura e Direito. Logo em seguida dessas aulas viria o horário da redação, dividido em dois dias para que coubesse a lógica de escrita em uma aula, e correção no sábado posterior. Também foi estipulado dessa maneira a organização dessas disciplinas uma vez que, após as discussões das aulas de Cultura e Direito provavelmente seria menos árduo para os alunos abrirem a mente para ideias e possibilidades de escrita, dado o exercício crítico das problematizações. Ademais pontuou-se pela necessidade de diversificação na metodologia das aulas, para que estas não se tornassem tão cansativas nem para os professores e muito menos para os alunos, que durante sábados inteiros seriam expostos a mais e mais conteúdo, não bastando o estresse comum pré-ENEM.

A diversificação da metodologia das aulas se daria a partir pela escolha de didáticas que buscassem instigar cada vez mais o raciocínio lógico e social dos alunos, através não só da fala dos professores, mas justamente o inverso, através da imersão e participação efetiva de cada aluno, sendo estes estimulados e incentivados a participarem efetivamente a cada troca de aula, de modo protagonista. A discussão das temáticas por meio de rodas, debates, análise de texto e fichamentos de conteúdos são alguns exemplos de técnicas didáticas que foram levantadas pelos voluntários na reunião, para que, por meio delas, cada aluno possa tomar consciência de em qual desses métodos ele/ela crê ser mais adepto em busca da fixação e assimilação dos conteúdos. As aulas finais, ou seja, segundo a disposição do Quadro 1, os encontros, provavelmente, dos dias 20 e 27 de outubro seriam encontros cujo propósito central seria a aplicação de simulados do ENEM, de modo a haver tempo hábil para sua respectiva correção e *feedback* dos resultados para os alunos, para que estes saibam, previamente, em quais pontos se encontram suas maiores deficiências e facilidades, para que

assim, possam aplicar maiores esforços nos pontos defasados, bem como aplicar técnicas para a resolução das provas na hora necessária.

Importante salientar que, muito provavelmente haverá mudança na grade preestabelecida pelo Quadro 2, vez que a expectativa é de que as inscrições de alunos sendo ainda maiores, eis que ainda estão ocorrendo adesões ao curso. O quadro, inicialmente, foi pensado para o número de alunos que haviam sido contabilizados como inscritos até aquele momento, por volta de 200 (duzentos), e a expectativa é que o número aumentasse, em um número beirando 300 (trezentas) inscrições - o que demandaria a alocação das disciplinas, de modo que abarcasse não somente duas turmas, como foi o pensamento no momento da elaboração do Quadro 2, mas sim, um total de 04 (quatro) turmas seriam necessárias. Ademais de contar com a aplicação de simulados preparatórios, também foi pensado pelo grupo que um apoio extra poderia ser necessário e muito bem vindo aos alunos: monitores que se dispusessem a ficar durante os sábados em salas em separado, funcionando como uma “central de dúvidas”, para ajudar alunos que tenham questões a serem sanadas em cada disciplina. A necessidade de encaminhar material para casa aos alunos, como listas de exercícios a serem corrigidos posteriormente, por exemplo, também foi um ponto interessante levantado na reunião.

Os instrutores voluntários deveriam, segundo suas qualificações e anseios, inscreverem-se em uma folha em branco de papel A4 que circulou pela roda, subscrevendo seus nomes em qual área teriam maior interesse em ministrar aulas, as quais foram classificadas como possíveis áreas: humanas, exatas, naturais, linguagens e/ou direito, sendo permitida a inscrição em mais de uma opção. Subscrevi meu nome nas lacunas de linguagens e de direito, eis que considero ter maior facilidade para tratar de temas relacionados a idiomas, inglês e/ou espanhol, bem como tenho apreço pela parte relativa ao campo da redação. Da mesma maneira, não poderia deixar de me encaixar na vertente do ensino do direito, eis que é minha formação de base. Na inscrição prévia de voluntários que ocorreu por meio do preenchimento de um formulário do *Google Formulários*, também selecionei a opção de contribuir com a parte administrativa do projeto, buscando exatamente, desta forma, maior subsídio na organização e gerência de projetos correlatos - especialmente na elaboração do meu projeto de dissertação.

Ficou decidido que o melhor seria, mesmo que as aulas de fato começassem apenas no sábado do dia 11/08, que as reuniões deveriam permanecer aos sábados pela manhã até esta data, haja vista que assuntos ainda ficaram pendentes de discussões mais detalhadas, e ajustes finais deveriam ser feitos em busca de minimizar lacunas e imprevistos no tão esperado dia de

início do curso. Dessa maneira, a reunião seguinte se daria na data de 27/07, também às 10 horas, no mesmo local, sala aquário do prédio da Presidente Pedreira. Era esperado maior número de pessoas presentes nesse dia, a calcular-se pela somatória de voluntários por eixo temático de disciplinas, eis que essa reunião havia sido planejada para ser realizada de modo separado e mais focado, ou seja, cada grupo de cada área de conhecimento se juntaria para decidir suas respectivas metodologias, táticas didáticas e organização de revezamentos de professores. Por fim, haveria a reunião geral de todos os grupos juntos no dia 04/08, onde seriam condensadas todas as informações e ajustes finais para o sábado seguinte, data de início do Pré Luiz Gama.

Questões interessantes foram discutidas, como qual seria a aproximação inicial com os alunos e seus pais, já que havia a possibilidade de que alguns pais pudessem querer participar da reunião para, por exemplo verificar se a propaganda condizia com a realidade, em outras palavras, poderiam querer constatar, para sua maior tranquilidade, já que seus filhos iriam passar sábado inteiros naquele ambiente, de que realmente se tratava de uma iniciativa séria e com ideais legítimos. A partir do momento em que constatou-se que a elaboração de um evento de recepção dos alunos poderia incorrer na perda de um sábado de aula, ao mesmo tempo em que não formular nenhum tipo de recepção que viesse a instigar os alunos também não era uma boa alternativa, ficou acordado que o mais sensato seria unir as duas coisas em um único dia. Nesse sentido, para o evento de recepção, seria reservado o primeiro bloco de tempo de aulas do dia 11/08, de modo a proporcionar uma interação maior do público, alunos e seus pai e/ou responsáveis, mas, ao mesmo tempo, não seria dispensado por completo o escasso e precioso tempo de aula, no segundo bloco de tempo do encontro.

Na semana em que ocorreria a inauguração do curso, eu e alguns colegas do projeto nos reunimos para a pintura da faixa, a qual seria exposta na bancada principal do salão nobre da Faculdade de Direito naquele sábado, dia 11 de agosto de 2018, ocasião do evento. A faixa era amarela e continha a inscrição “Coletivo Direito Popular – Curso Dr. Luiz Gama”, em letras pretas. Finalmente chegou o grande dia, nós, membros da equipe, acordamos em chegar à faculdade às 8 horas da manhã para acertar os ajustes finais, já que a aula inaugural seria a partir das 9 horas. Eu cheguei por volta das 8h20min e, naquele momento, já estava sendo formada uma fila de alunos próxima ao portão da faculdade. A fila foi organizada para o credenciamento e arrecadação dos produtos de higiene pessoal que foram solicitados para a efetivação da inscrição.

Nesse período de uma hora entre a chegada dos membros do projeto e o início da aula inaugural, organizamos o salão nobre, dependuramos a faixa que pintamos na bancada,

arrumamos a disposição das cadeiras para que coubesse o maior número de pessoas possível no recinto, bem como pegamos cadeiras extras de salas de aula para complementar os assentos – o que, ao final, ainda se mostrou insuficiente, dado o grande número de pessoas que compareceu ao evento. A fila de alunos para o credenciamento aumentava a cada momento, e já estava passando do portão da faculdade. Alunos e seus responsáveis permaneceram ali por um grande período de tempo, dado o volume de pessoas, o que acabou por atrasar em alguns minutos o início do evento. Na mesa de cadastramento havia quatro, e depois cinco, membros da equipe efetuando a inscrição dos alunos que compareceram, já que este era o filtro inicial de quem efetivamente seria aluno fixo do Pré Dr. Luiz Gama, ou seja, não bastava a inscrição online, sendo o comparecimento à aula inaugural requisito complementar e essencial para a efetivação da inscrição no curso.

Já passando das 10 horas da manhã, os últimos alunos foram cadastrados e, a essa altura, todos já estavam dispostos no salão nobre, sendo que várias pessoas tiveram que se alocar em cadeiras extras do lado de fora. Era impossível caminhar livremente pelo saguão daquele andar sem tropeçar em alguém. A notícia que saiu em alguns veículos de mídia²⁴ foi a de que mais de 450 jovens participaram da aula inaugural. Dado início ao evento, um vídeo sobre quem foi Luiz Gama foi passado, já que muitas pessoas ali sequer conheciam sua história e importância. Muitas pessoas subiram ao púlpito para compartilharem seus relatos de vida que poderiam, de alguma forma, contribuir para o crescimento e incentivo dos jovens ali presentes, e eu fui uma dessas pessoas, bem como o professor Enzo Bello.

Um momento da aula inaugural que foi bastante marcante para mim foi um no qual o PH, coordenador do projeto, propôs um rápido exercício à plateia que consistia, basicamente, em que todos fechassem os olhos por alguns momentos e pensassem que estavam no médico, em uma clínica qualquer, e que dali iriam visitar seu advogado, mas que, no meio do caminho, entre a saída do consultório médico e a chegada ao escritório do advogado, foram abordados e assaltados por um elemento. Posto esse momento de concentração e imaginação, foi pedido que todos abrissem seus olhos. PH então questionou a plateia, de maneira retórica, sobre qual era a cor do médico e do advogado que haviam pensado, e, sobretudo, sobre qual era a cor do assaltante. É possível inferir que a grande maioria ali presente pensou o médico e o advogado como brancos, e o assaltante como negro. No cenário social brasileiro em que a

²⁴ Ver mais em: <http://www.ofluminense.com.br/pt-br/cidades/alunos-da-uff-criam-vestibular-solid%C3%A1rio> e <http://cidadedeniteroi.com/blog/2018/08/15/mais-de-450-jovens-participaram-da-aula-inaugural-do-vestibularsolidario/>. Acesso em: 26 de ago. de 2018.

desigualdade entre a população negra e branca é exacerbante, não é difícil entender os motivos pelos quais esse tipo de pensamento é tão difundido no imaginário da população.

O que acaba sendo “esquecido” pela sociedade é que os maiores ladrões do país não são aqueles marginalizados, que subtraem coisas, muitas vezes, para seu próprio sustento e o de sua família, mas sim, os chamados de “colarinho branco”, aqueles que ocupam ou fazem parte dos contatos da cúpula governamental, que nos roubam bilhões e ainda assim continuam no poder. É justamente esse cenário que deve mudar. É necessário acabar com a naturalização do negro e periférico pensado como bandido e incapaz de alçar maiores patamares de estudo e profissão. Essa é a base de atuação desses projetos no ambiente da UFF, naturalizar o negro como ocupante de espaços os quais outrora ele não era visto ou sequer considerado, mudando o paradigma do próprio negro enquanto sua capacidade e autoconsciência de sujeito ocupante de seus espaços, sejam eles quais forem. Nesse sentido, no sábado seguinte foram iniciados, efetivamente, os trabalhos no Pré-Vestibular Dr. Luiz Gama.

As aulas do Pré-Vestibular Dr. Luiz Gama permaneceram sendo ministradas até a data de aplicação do ENEM 2018, e após esse fato, o grupo de instrutores permaneceu dando total apoios aos alunos que conseguiram um bom desempenho, baseado na apuração prévia dos gabaritos preliminares disponíveis online, bem como para aqueles que ainda necessitariam de apoio no ano seguinte, de modo que, como a escrita da presente dissertação se alongou até o início de 2019, presenciei a convocação de velhos e novos alunos interessados em frequentar os encontros de fomento ao ingresso periférico nas universidades públicas (e também privadas, mas com maior ênfase ao ingresso nas universidades públicas por meio do ENEM) no ano subsequente.

Não pude obter maiores detalhamentos sobre qual foi o balanço geral de aprovações dos alunos que participaram da experiência do Pré-Vestibular Dr. Luiz Gama eis que os resultados finais do ENEM apenas seriam disponibilizados no primeiro trimestre de 2019, período no qual a presente dissertação já haveria de estar concluída e entregue. Entretanto, não foi difícil perceber que, durante o período que acompanhei de perto o progresso de todo aquele projeto aparentemente colossal, em que pesem alguns percalços e desistências no decorrer de sua implementação, sempre enxerguei o brilho nos olhos e a esperança genuína de todos os que estavam por trás daquele ideal. Não foi diferente com os alunos. Nas diversas vezes em que presenciei e participei das chamadas “rodas de cultura”²⁵, onde os alunos do projeto tinham a possibilidade de, por muitas vezes, abrirem seus maiores dilemas e

²⁵ Espaços durante o intervalo das aulas nos quais se faziam rodas de debate no saguão principal da Faculdade de Direito da UFF, localizada á rua Presidente Pedreira.

questionamentos que outrora não poderiam ser dialogados em seu ambiente familiar, por exemplo.

Um momento que me marcou muito foi o de um sábado em que houve esse círculo de cultura e a temática principal era sobre suicídio. Quando me dei conta já rolavam lágrimas em meu rosto dados tantos depoimentos de pessoas extremamente jovens que já tiveram problemas com tentativas ou suicídio na família, quando não eles mesmos já haviam pensado, de alguma maneira, em tirar suas próprias vidas. Para a surpresa de todos, até mesmo uma monitora que auxiliava o projeto ministrando aulas para os jovens também relatou vários momentos nos quais pensou em tirar sua própria vida, eis que não vislumbrava sentido em continuar existindo. O ápice da emoção, para mim, foi quando ela compartilhou conosco o fato de que apesar de frequentar terapia e grupos de apoio a quem sofre com esse tipo de transtorno, era ali que ela se sentia genuinamente realizada. Era ali que ela se sentia útil na vida das pessoas, que sentia que estava fazendo, de algum modo, diferença para a sociedade. Ao final houve muitas lágrimas de emoção e o sentimento que pairava no ar era o de que se tratava de uma grande família, ou uma grande rede de apoio mútuo.

Dados todos esses episódios, e provavelmente outros os quais não presenciei, não me restaram dúvidas de que ações como essas, muitas vezes tímidas e não encabeçadas por ninguém que efetivamente tenha algum poder politicamente delegado, são ações que também, verdadeiramente, fazem a diferença no dia a dia das comunidades. A partir de todo o exposto é que fui, pouco a pouco, desenhando como seria à medida que eu gostaria de implementar em algum ambiente o qual eu fizesse parte, e no qual eu percebesse que devesse ocorrer algum tipo de mudança estrutural significativa. Foi nesse momento que surgiu um ideal.

2.2 Surgindo um ideal

Como foi possível observar através da leitura do tópico anterior, a vivência do campo em meu trabalho, em outras palavras, o estudo empírico necessário à efetivação da minha dissertação, começou a ser efetuado antes mesmo que eu me desse conta disso. Foi natural e espontâneo. Quero dizer que naquele momento, por volta de agosto de 2017, a ideia do que eu iria de fato escrever não estava plenamente consolidada. Obviamente eu já tinha o ideal de falar sobre algo que envolvesse a questão negra e a educação, como forma de representatividade e autoconhecimento. Entretanto, a concepção integral do “curso preparatório”, que mais tarde ganharia a denominação de “Oficinas Preparatórias”, para

quebrar com a ideia de vínculo ao capitalismo, haja vista que qualquer relação com o monetário é vedada nesse projeto.

Em contrapartida, mesmo sem muita perspectiva concreta sobre o que de fato eu iria abordar, fui cada vez mais sendo “sugada”, no bom sentido, nessa direção. Acabei por participar de eventos, ouvir palestras, conhecer pessoas, realidades e ver projetos inspiradores sobre temáticas correlacionadas e imbricadas à negra, quando não eram especificamente sobre ela. Conforme pensamentos tomavam maior forma em minha mente, pude começar a vislumbrar caminhos com maior clareza do que outrora, e, nesse contexto, participei do II Seminário Internacional de Metodologia da Pesquisa Jurídica, realizado pela Faculdade Presbiteriana Mackenzie Rio em parceria com diversos outros programas de pós-graduação, inclusive com o PPGDC, ocorrido em 24/11/2017, apresentando um trabalho que seria precursor de todo o projeto posteriormente, intitulado “Uma abordagem crítica da ação afirmativa: a perspectiva dos cursos comunitários como fomento ao ingresso de categorias socialmente estigmatizadas ao ensino da pós-graduação em direito da UFF”.

É possível notar que o título do trabalho que apresentei foi deveras longo - e não apenas o título, mas sim a ideia como um todo não havia ainda passado pelo processo de recorte tão necessário para que não se tornasse demasiadamente abrangente e, por consequência, cansativo e de complexa realização. Conforme o tempo passou, e inevitável amadurecimento das ideias, passei à revisão do que já havia escrito, tomando por bem o redesenho de algumas potenciais abordagens teóricas e categóricas. Seguindo essa linha de pensamento, deixei de lado o todo “ações afirmativas²⁶”, as quais podem envolver diversas medidas, desde reserva de vagas para mulheres em cargos públicos, perpassando por cotas para deficientes, até reserva de vagas de cunho racial, dentre outros exemplos, assim como deixei de lado a expressão “categorias socialmente estigmatizadas”, restringindo o meu foco prioritariamente à população negra, e, por último, diminuí o campo da pós-graduação UFF no geral, depositando maiores esforços no local com o qual eu tinha maior familiaridade: o PPGDC.

Dado o recorte adequado ao projeto de dissertação, passei então a fase de reunião bibliográfica, com vistas a dar embasamento teórico a tudo o que já havia proposto fazer, explicando categorias e propondo reflexões críticas a partir de autores descoloniais. Quando tudo ainda estava somente no plano das ideias, tive que definir uma trajetória pela qual iria perseguir o meu objetivo final: a escrita de uma dissertação minimamente relevante e

²⁶ Ver mais em: <http://www.seppir.gov.br/portal-antigo/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/acoesafirmativas> . Acesso em 17 de jul. de 2018.

coerente. Como é de praxe, iniciei traçando parâmetros metodológicos, pensando sobre o tema do meu trabalho, primeiramente. Sabendo que falaria de algo relacionado à negritude, com um viés para a ocupação de espaços e representatividade, e, tendo em vista que havia ocorrido um marco no PPGDC, exatamente o marco da política da reserva de vagas, assim como vários outros programas de pós estavam aderindo àquela mesma lógica, para mim fez todo o sentido conciliar minha ânsia temática com a realidade que me cercava.

A partir dessa etapa, o próximo passo seria definir o porquê tratar sobre esse determinado tópico seria relevante, ou seja, justificar meus motivos. Ora, em um país como o Brasil, definir a importância do conteúdo relativo à população negra e seu espaço social não seria tão difícil de compreender. Quero dizer que, em um país baseado no trabalho escravo de negros nos tempos de Brasil colônia, e que, apesar o transcurso de centenas de anos, desde a abolição da escravatura, a qual, inclusive, faz aniversário de 130 anos em 2018, os avanços no que tange à políticas de fomento à igualdade étnico/racial foram ínfimos. Em outras palavras, a população negra, no geral, continua relegada aos níveis mais baixos de renda, empregos e educação, e, quando a realidade por ventura quebra essa lógica, o olhar direcionado à eles é o de estranheza, ou o de desacreditamento - já que isso “não faz parte da realidade”.

A ideia é que esse cenário de incredulidade quanto ao poder do negro seja revertido, de modo que seja fácil associar os termos negro e sucesso em uma mesma frase. Muito embora pessoas, e a sociedade de maneira genérica, possam acreditar que o Brasil não é um país racista, e que não há diferenças nos tratamentos dos indivíduos advindas simplesmente pela divergência na cor da pele, eis que o Brasil é um país miscigenado, isso é uma falácia. Já dizia De Holanda (1995) sobre o mito do brasileiro cordial, aquele que, na realidade, se veste do véu da cordialidade, ocultando, desta maneira, entre outras coisas, quais são os seus mais íntimos pensamentos sobre, dentre outras coisas, a questão da miscigenação em terras tupiniquins, e rompendo, de certa forma, com o que havia doutrinado seu antecessor na temática sobre as origens étnicas do Brasil, Freyre (1986), quando da democracia racial, a qual, em suas palavras, supostamente habitada este solo. Talvez algum dia em minha vida eu possa ter acreditado na possibilidade de uma democracia racial no Brasil.

Numa época na qual eu ainda não tinha consciência dos meus privilégios como mulher negra oriunda de uma família com algum tipo de alicerce estabelecido. Com tudo isso eu quero dizer que, no meu ponto de vista hipotético, muito provavelmente, o Brasil ainda é um país racista justamente por negar ser um país racista. Por negar que existe o racismo em nossa sociedade, por continuar vestindo o véu da cordialidade. E não problematizar e agir

para combater essa situação é o mesmo que perpetuar a conjuntura da subjugação dessa parcela populacional.

Seguindo a linha de pensamento metodológico, agora com relação aos objetivos estabelecidos. Obviamente os objetivos muito tem a ver com a mudança de cenário. Se outrora o negro foi subjugado, que agora ele seja valorizado, que agora abram-se maiores espaços, que agora ele tenha lugar de fala, que agora ele seja e se sinta representado. Uma das obras que muito me marcou enquanto angariava maior acervo doutrinário sobre a temática negra foi o estudo de Fanon (1979) no qual, aqui parafraseando colono e colonizado com brancos e negros, respectivamente, ele tratou sobre a sensação de não pertença e submissão do negro para com o branco. Ele aborda a ideia de que o negro é tão despido de suas próprias virtudes e cultura que crê que não as possui, desejando, desta maneira, a cultura alheia, a vida do colono em detrimento da sua própria realidade e pertença. Por certo que isso já passou pela cabeça de muitos negros, o desejo de ser branco. Ou melhor, o desejo de possuir o que o branco possui, de ser valorizado como o branco é valorizado, de ser visto como o branco é visto, de ser representado como o branco é representado. A revolução começa a partir do momento em que o negro passa desse *status* de colonizado para assumir o papel de protagonista:

(...) e o colonizado, descobre que sua vida, sua respiração, as pulsações de: seu coração, são as mesmas do colono. Descobre que uma pele de colono não vale mais do que uma pele de indígena. Essa descoberta introduz um abalo essencial no mundo. (FANON, 1979, p.34).

Com todas essas referências e analogias eu almejo dizer que o desenvolvimento da comunidade branca colonizadora no decorrer da história foi escandaloso e muito construído sob o dorso de escravos, e não apenas no contexto nacional, ou seja, a questão da subjugação negra é um problema mundial, em maior ou menor grau de incidência de acordo com os contextos culturais, sociais e econômicos de cada país. Esse é o marco teórico da presente dissertação: a ideia defendida por Fanon (2008) de que o negro foi inferiorizado pelo processo de colonização, e não simplesmente por ter nascido negro, como se isso já fosse, por si só, causa de depreciação do indivíduo (como muitos acreditam até os dias de hoje) - o trauma da colonização que gerou o complexo de inferioridade na comunidade negra. Surgiu para Fanon, enquanto psicanalista, a necessidade de reverter tal quadro a partir de ações conjuntas sobre os indivíduos e sobre os grupos, a comunidade. Ações no sentido de

trabalhos que desenvolvessem a consciente e o inconsciente, de modo a refutar o embranquecimento alucinatório em direção a mudanças nas estruturas sociais.

O desafio agora, já em termos de trabalho dissertativo e, sobretudo, de trabalho de campo, seria delimitar como fazer, na prática, essa mudança no consciente e inconsciente da comunidade negra, de modo a mexer e reformular estruturas sociais previamente impostas. Dado todo o contexto de convivência com grupos militantes e coletivos, os quais me referi pormenorizadamente nos tópicos anteriores, pude, finalmente, guiar como eu pretendia formular minha própria política pública de combate ao sentimento de não representatividade do povo negro, na comunidade que pertença. O cronograma de trabalho se estabeleceu da seguinte maneira:

	jan	fev	mar	abr	mai	jun	jul	ago	set	out	nov	dez
2017	-	-	1	1	1	1	1	1, 4	1,4	1, 4	1, 3, 4	1,4
2018	1, 4	1, 4	4, 5	4, 5	2, 4, 5	2, 4, 5	2, 4, 5	4,5, 6	4, 5, 6, 7	4,5, 6	4,5, 6	4,5
2019	5	5	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Quadro 3 - Cronograma de trabalho referente à elaboração da dissertação.

onde pode-se identificar como: (1) levantamento e estudo de bibliografia; (2) participação em eventos e palestras como ouvinte; (3) participação em eventos com apresentação de trabalho; (4) trabalho de campo; (5) escrita da dissertação; (6) curso de extensão sobre a temática negra na UFRJ²⁷; (7) qualificação; e (8) defesa da dissertação.

²⁷ O supracitado curso diz respeito a discussão da temática negra sob o viés da Psicologia relacionada às questões étnico-raciais: processos de subjetivação do negro no Brasil. Este curso de extensão tem o objetivo de visibilizar e colocar em análise o processo sócio-histórico das relações étnico-raciais, bem como promover um debate crítico e reflexivo sobre a questão racial no Brasil. Em um país marcado pela realidade racial preta, onde pretos e pardos representam 53,6% da população, de acordo com dados do IBGE, surge a necessidade da Psicologia enquanto ciência e profissão, descolonizar as suas práticas, seus currículos, a fim de considerar os atravessamentos que constituem a maior parte de nosso povo. O público-alvo são os discentes, profissionais, militantes de fora da UFRJ, da psicologia e área das ciências humanas e sociais, que tenham interesse em

O levantamento de material bibliográfico se deu desde o meu ingresso no PPGDC, em março de 2017, eis que, como é comum em cursos de pós-graduação *stricto sensu*, no primeiro ano, geralmente, são disponibilizadas maiores possibilidades de cursar disciplinas, até mesmo pela intenção de que os alunos desenvolvam maior arcabouço teórico para balizar a escrita do trabalho que se deve seguir. Me identifiquei muito com as disciplinas que tinham um viés mais crítico e descolonial, o que, sem dúvidas, despertou ainda mais o meu interesse por essas questões, e me fez seguir nesse caminho para a dissertação. Também tive a oportunidade de participar de eventos, tanto como ouvinte como apresentando trabalhos, o que me ajudou no processo de maior entendimento de como funciona o ambiente acadêmico, desde a organização de um seminário, elaboração de pôsteres, GTs, convidando palestrantes, também assumindo o papel de ser uma expositora, até a fase pós-seminário, onde elaborei, em conjunto com outros colegas, sob a supervisão de um professor orientador, a reunião do material de áudio e vídeo que fora gerado em um desses eventos, de forma a condensá-lo em uma obra e publicá-la, posteriormente.

O trabalho de campo, como já mencionei no tópico em que falo da minha experiência com grupos da UFF que trabalharam com questões de grupos minoritários de maneira correlata ao que eu pretendia, começou no segundo semestre de 2017, justamente no acompanhamento do trabalho desses grupos. O meu próprio campo, a dizer, a efetivação do campo do meu próprio projeto, se iniciou em época similar, dado que um dos principais objetos do do meu campo, a saber, o edital nº 01/2017 do PPGDC, o qual abarcava reserva de vagas para afrodescendentes, foi disponibilizado no site do programa na data de 16 de agosto de 2017. A partir daí comecei a analisá-lo quanto da aplicação dessa política pública. A intenção do cronograma era de que esse processo de estudo de campo se estendesse pelo período de agosto de 2017 até, pelo menos, dezembro de 2018 - data na qual eu já teria muito mais, ou até todos os dados com relação à aplicação da reserva de vagas e do “Pré-Pós Dr. Luiz Gama” e seus impactos no certame seguinte de seleção para o PPGDC.

Aproveito o ensejo para discorrer mais sobre a ideia do nome que essas aulas preparatórias viriam a ostentar, seu batismo. Refutamos, em conversa com meus orientadores, desde o começo, a possibilidade de nomeação baseada em alguma coisa relativa a “curso preparatório”, eis que tal expressão denota, por demasia, cunho de capital, o que absolutamente está fora do projeto. Em outras palavras, qualquer ideia que correlacione o

desenvolver ações práticas e estudos sobre aspectos que perpassam a população negra na sociedade, articulando psicologia, educação e criminologia. Ver mais em: https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdFjjYnj2wsQvQDwiCjNLqjI62UdBJSoN9t35H_1lj93d0G0A/viewform. Acesso em: 25 de ago. de 2018.

projeto a algum tipo de monetização foi, é, e sempre será vetada, já que o que impulsiona essa ação é o crescimento social e acadêmico dos que por muito tempo foram preteridos, inclusive por sua situação social menos abastada.

Nesse sentido, e, dado o contexto de busca por uma nomenclatura adequada, muitas ideias vieram à tona, porém, nada que realmente transmitisse o engajamento almejado. Como a medida sempre esteve atrelada à um conjunto de empenho de forças com o Coletivo Direito Popular da UFF, o qual, como exposto anteriormente, ministra aulas direcionadas à comunidade carente e periférica que pretende realizar a prova do ENEM, e tais aulas já foram batizadas como “Pré Popular Dr. Luiz Gama”, convencionou-se, portanto, reforçando a parceria, batizar o presente projeto de : Pré-Pós Dr.Luiz Gama²⁸.

2.3 Considerações parciais

O capítulo 2 foi um capítulo muito especial de ser escrito. Digo que foi especial justamente porque foi, talvez, a parte mais crucial desse trabalho, haja vista que sem ele eu provavelmente não teria tido todas experiências que me possibilitaram vislumbrar sobre o que de fato eu gostaria de escrever na minha dissertação de mestrado.

Durante a escrita desse capítulo eu vivenciei momentos onde tive a oportunidade de participar de ações não governamentais encabeçadas por civis dentro de um ambiente universitário, sem nenhum tipo de apoio monetário externo, as quais me tocaram de distintas formas. Tive a oportunidade de, faticamente, ministrar aulas para pessoas que eu nunca tinha tido nenhum tipo de contato, dando o meu melhor para estimulá-las a perceberem que elas também tinham potencial para realizar qualquer coisa que quisessem, inclusive estar ali onde eu estava, ministrando aulas, caso assim fosse o que desejassem, em um futuro próximo. Em contrapartida, participar desses projetos também fez com que eu me sentisse ajudada da mesma forma. Me recordo que por vezes fazíamos uma espécie de rodízio para tomar conta do bebê de uma aluna enquanto ela assistia às aulas – logo eu, sem nenhuma habilidade para cuidar de crianças, percebi que não é de todo mal a experiência.

Em resposta ao título do capítulo, no meu entender, fomentar a diversidade na (pós)graduação também é exatamente isso – a troca de experiências e aprendizados que

²⁸Luiz Gonzaga Pinto da Gama, pseudônimos afro, Getúlio e Barrabaz, nasceu em Salvador, em 21 de junho de 1830, filho de Luísa Mahin, africana livre vinda da Costa da Mina que ganhava a vida fazendo quitandas, e de um fidalgo português que vivia em Salvador, cujo nome o poeta nunca revelou. Além de advogar, Gama realizava conferências e publicava polêmicos artigos nos quais explicitava seus ideais abolicionistas, motivos pelos quais era perseguido e ameaçado de morte. Liberal exaltado, foi o primeiro negro brasileiro a lutar contra os ideais de branqueamento da sociedade e pelo fim da escravidão. Ver mais em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autores/655-luiz-gama>. Acesso em: 16 out. 2018.

alunos e professores fazem de maneira mútua, e não unilateral. Não se trata de subir em um palanque e percorrer horas a fio um discurso onde o detentor da verdade fala sem nenhum tipo de interrupção de seu interlocutor, que está “abaixo”, mas sim, sobretudo o intercâmbio de aprendizagens e a descoberta de novas habilidades para ambos os lados. Freire (1987, p.39) bem dizia “Ninguém educa a ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” – é a verdadeira educação como prática de liberdade:

A ação política junto aos oprimidos tem que ser, no fundo, “ação cultural” para a liberdade, por isto mesmo, ação com eles. A sua dependência emocional, fruto da situação concreta de dominação em que se acham e que gera também a sua visão inautêntica do mundo, não pode ser aproveitada, a não ser pelo opressor, Este é que se serve desta dependência para criar mais dependência. A ação libertadora, pelo contrário, reconhecendo esta dependência dos oprimidos como ponto vulnerável, deve tentar, através da reflexão e da ação, transformá-la em independência. Esta, porém, não é doação que uma liderança, por mais bem-intencionada que seja, lhes faça. Não podemos esquecer que a libertação dos oprimidos é a libertação de homens e não de “coisas”. Por isto, se não é autolibertação – ninguém se liberta sozinho, também não é libertação de uns feita por outros (...), mas no dialogar com eles. (Freire, 1987, p.30).

Paulo Freire repisa, por diversos momentos, na importância do engajamento e da luta em conjunto em busca da libertação, e todas as minhas vivências no campo me permitiram concluir de que sua tese estava certa. Ainda que por ventura algum objetivo fim, como no caso em concreto do Pré vestibular Dr. Luiz Gama, a aprovação pelos alunos em universidades públicas não fosse alcançada ao final do curso, durante todos esses meses de convívio mútuo, muitos outros nós foram desatados, quem sabe até alguns com maiores impactos danosos sobre a vida de uma pessoa. Em outras palavras, no decorrer da estreita relação que tive com todos os campos dos quais participei, tanto no PPGA, como no Pré Vestibular Dr. Luiz Gama, ainda que o foco principal não fosse direta e imediatamente alcançado, como por exemplo a aprovação em algum processo seletivo, muitas experiências fizeram com que, ao final, o saldo fosse extremamente positivo para ambos os lados, os quais, conjuntamente, enfrentaram batalhas e lutas internas e externas direcionadas à genuína libertação.

A partir de todas aquelas vivências já não havia mais nenhum tipo de empecilho que pudesse vir a bloquear aquilo que estava determinada a fazer: enfrentar o desafio de implantar, por conta própria e com o auxílio de alguns colegas do mestrado, uma iniciativa que abarcasse o fomento de inclusão de população periférica no Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense.

CAPÍTULO 3. ROMPENDO ESTIGMAS: o desafio da implementação de um curso de fomento ao ingresso popular no PPGDC/UFF

3.1 O antes 3.2 O durante: o Pré-Pós Dr. Luiz Gama 3.2.1 Das inscrições às aulas do Pré-Pós Dr. Luiz Gama 3.3 O depois: avaliação dos resultados e conclusões finais

3.1 O antes

A ideia da implementação de um curso de fomento ao ingresso negro no PPGDC/UFF se deu, para além de todo o explicitado anteriormente, vale dizer, para além do magnífico exemplo que outros cursos deram no sentido de fomentar o ingresso de categorias marginalizadas (à exemplo do Direito UFF e o PPGA), como negros e estudantes de baixa renda, à um ensino de excelência, como também, para além da minha própria posição enquanto defensora da aplicação da política de ações afirmativas e políticas públicas como medidas de reparação de um histórico de preterição dessa comunidade. Se deu, principalmente, quando eu me deparei com o dado²⁹ de que, dos 17 (dezesete) candidatos(as) concorrentes pela política de reserva de vagas neste certame, apenas um(a) obteve nota maior do que 7 (sete), que é a nota considerada como mínima para a habilitação nas demais fases do concurso (análise de currículo, análise de projeto e entrevista), na prova escrita de conhecimento.

Curiosamente essa pessoa, que apesar de ter se saído muitíssimo bem nas provas de conhecimentos e de línguas, o que na maioria das vezes já é um grande indício de que seria aprovada ao final, salvo algo muito grave viesse a ocorrer, não foi aprovada na listagem final. Importante ressaltar que não identificarei o nome de alguns candidatos por motivos éticos, salvo aqueles que me autorizaram a fazê-lo, porém todos os dados são públicos e se encontram no arquivo em anexo³⁰. O(a) supracitado(a) candidato(a) não foi aprovado(a) ao final do certame, aparentemente, segundo os dados das notas das outras fases do concurso, eis que não obteve êxito nas avaliações de currículo, projeto e entrevista (todas as notas inferiores a 6). Porém, por uma pesquisa básica em redes sociais, e também por análise da etimologia dos sobrenomes, essa pessoa não me pareceu em nada necessitar, ou, ainda menos, ter legitimidade para fazer uso de ações afirmativas destinadas a negros e índios.

²⁹ ANEXO

³⁰ ANEXO C.

Friso aqui que está longe de mim tentar exercer algum tipo de tribunal racial, porém, nós, negros³¹ e/ou índios, sabemos que um indivíduo pode ser considerado negro ou índio não somente pelos seus antepassados, genes, nomes, etc., mas, sobretudo, pela maneira como a sociedade te vê. Sobre qual é a primeira percepção que as pessoas têm de você ao te enxergarem exteriormente, ao olharem a sua “carcaça”.

Voltando ao assunto referente ao meu espanto com as notas baixas dos candidatos cotistas, eis que todos, menos um, o supracitado, tiraram notas iguais ou inferiores a 7 (sete) na prova escrita de conhecimento. Essa fase do certame, de caráter classificatório e eliminatório, é baseada em questões sobre a bibliografia disponibilizada no edital, que devem ser respondidas pelos candidatos, e que objetiva, segundo o mesmo:

5.1.1 (...) verificar a capacidade intelectual do candidato de analisar criticamente e expressar-se com precisão conceitual sobre a matéria constante da bibliografia. A prova constará de 3 (três) questões, sendo 1 (uma) relativa à bibliografia geral comum e 2 (duas) às bibliografias específicas por linhas de pesquisas, e terá duração máxima de 4 (quatro) horas, não sendo permitida qualquer espécie de consulta nem o uso de qualquer outro recurso. Será sorteada uma questão baseada nas obras indicadas como bibliografia geral, a ser respondida por todos os candidatos, e duas questões sobre as obras indicadas como bibliografia de linha de pesquisa, a ser respondida pelos candidatos respectivamente inscritos na linha de pesquisa definida na ficha de inscrição. Cada resposta deverá ser redigida conforme o seguinte roteiro: (1) introdução; (2) desenvolvimento com a identificação dos tópicos mais relevantes; (3) considerações finais ou conclusões em, no máximo, 5 (cinco) laudas para cada uma das questões;(...). (Edital nº 01/2017 PPGDC/UFF - ANEXO A)

Creio que seja fácil perceber que, em uma análise rasa, a prova do certame não é algo que se possa considerar como “simples”, haja vista, obviamente, ser uma prova a qual objetiva o ingresso de candidatos qualificados, por ser uma instituição de prestígio, assim como ocorre no certame de tantos outros programas de pós *stricto sensu*. Digo não ser simples eis que, até para a mais qualificada das pessoas, dissertar, em até 4 (quatro) horas, quinze laudas de folhas similares a uma folha de papel almaço, não é tarefa para qualquer mortal. É claro que escrever quinze laudas é o máximo permitido, ou seja, não é necessário que o candidato chegue a esse nível de eloquência, porém, não podemos negar que nesse tipo

³¹ A terminologia “negro(a)” abarca as categorias pardo(a) e preto(a). As tonalidades de pele para a categorização como alguém “mais” ou “menos” negro podem ser explicadas a partir da categoria do colorismo. Ver mais em: https://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/?gclid=EAIaIQobChMIuf7c77eJ3QIVEQqRCh3cFgFBEAAYASAAEgKAYvD_BwE. Acesso em 25 de ago. de 2018.

de concurso, quanto mais o candidato demonstra conhecimento e prolixidade sobre os assuntos, maiores são suas chances de alcançar bons resultados - evidentemente que de uma maneira coesa, coerente e conteudística.

A primeira fase de um concurso de ingresso em pós-graduação desse estilo, ou seja, a fase da prova escrita, é comumente considerada como a fase do “tudo ou nada”. Quer dizer que, passando por ela, suas chances de aprovação tendem a aumentar. Claro, o número de concorrentes diminui drasticamente. Por esse mesmo motivo, por ser a fase, digamos, crucial, é a que, talvez, exija mais preparação do candidato. Relato as coisas dessa maneira pela minha própria experiência. Ao tomar ciência do certame de ingresso ao PPGDC/UFF, isso no ano de 2016, e, ao me deparar com a quantidade de obras complexas as quais seriam objeto de avaliação, hesitei em crer que era capaz de sequer ser aprovada, mesmo que em última colocação. Tanto foi verdade que efetivei minha inscrição, indo pessoalmente à secretaria do programa, no último dia possível, no último horário possível. Enquanto estava no centro de Niterói tirando fotos 3x4 que seriam necessárias para a inscrição, cheguei a pensar que não haveria tempo hábil, que me atrasaria e que tudo estaria perdido. Mas isso nem me abalaria tanto, eis que minha confiança de capacidade de ingresso era bastante baixa.

Não digo que naquele momento minha potencial capacidade de ser aprovada em um certame daquele tipo era baixa porque sou uma pessoa desprovida de capacidades intelectuais. Isso não era verdade. Entretanto, claramente uma pós-graduação funciona de maneira completamente diferente de uma graduação. Havia me formado em Direito pela mesma instituição (UFF) no fim do primeiro semestre de 2016, imediatamente dois meses antes da abertura do edital do PPGDC, em agosto do mesmo ano. Ainda pairava em minha mente a lógica da OAB, a lógica dos concursos, enfim, a lógica do direito dogmaticamente falado em sala de aula.

Me recordo que mesmo após a minha inscrição efetivada, estava vacilante quanto ao estudo empenhado para a primeira fase do concurso, novamente, por não crer que todas aquelas problematizações e pensamentos altamente articulados de grandes nomes como Roberto Gargarella, Fernanda Frizzo Bragato, Giorgio Agamben e companhia, cujos textos eram objeto daquele edital, pudessem fazer algum sentido para mim. Naquela altura, recém-formada em Direito, com 26 anos, morando em uma república de estudantes longe do meu Estado natal, São Paulo, e desempregada, estava com a mente fresca e direcionada aos concursos públicos visados pela maioria dos formados em Direito, como algo que poderia

mudar a minha vida, financeiramente falando. Não tinha ideia de que a mudança que sofreria seria muito mais substancial³².

Importante dizer que a possibilidade de ser contemplada com uma bolsa de estudos como incentivo ao trabalho no mestrado foi muito relevante para a minha decisão e persecução desse objetivo. Não quero dizer que caso não houvesse bolsa eu não iria fazer a prova, mas sim que, sejamos sinceros, para alguém desempregado, manter um mestrado como atividade fixa por um longo período, sem nenhum tipo de renda, é bastante complicado. Alguns poderiam dizer “que arrumasse um trabalho”, porém, infelizmente, sabemos que, embora não seja algo que o meio admita, a contratação de uma advogada negra, recém-formada, sem nenhum tipo de indicação ou experiência, não é uma coisa que vemos recorrentemente.

Aceito, então, o desafio de me dedicar ao estudo para ingresso no PPGDC, me recordo que foram em torno de 30 dias que eu dispunha para absorver todo aquele conteúdo de leitura de alta densidade e complexidade, que não era pouco para os meus parâmetros daqueles tempos, para a prova escrita, que seria em outubro. Também me recordo que passava manhãs e tardes lendo, relendo e fazendo fichamentos dos textos, procurando sempre correlacioná-los de alguma maneira, bem como analisar seus contextos quanto ao autor e época em que foram escritos. Nada dessa metodologia de estudo me veio de forma espontânea. Eu e Gabriela tínhamos Rute como cobaia, para nos dar as dicas necessárias de como funcionava um processo seletivo de ingresso a um mestrado *stricto sensu*, e sobre o que deveríamos nos debruçar com maior afinco.

É claro que, mais do que conhecimento, qualquer tipo de prova de concurso, assim como em concursos acadêmicos, envolve estratégia. Na maioria das vezes é completamente inviável o esgotamento dos temas a serem estudados, além do tempo até a data da prova ser escasso. Também é claro que muitas pessoas as quais se dispõem a enfrentar um processo desses não têm ideia disso. No meu caso, após sentir que realmente havia me dedicado aos

³² Aqui faço um breve parêntese de agradecimento às minhas colegas de república e de mestrado que, daquela época até hoje, estão junto comigo nas lutas, nos questionamentos, nos incentivos, nos momentos felizes, como também nos momentos em que tendemos a pensar que nada vale à pena: Gabriela e Rute. Elas também foram muito importantes em todo esse processo, e, tenho certeza de que, mais do que ninguém, mais do que família, mais do que namorado, mais do que qualquer outra pessoa, sabem o que passou, e ainda passa, uma na vida da outra, de maneira recíproca, ao longo dos últimos dois anos de vida acadêmica. Foi relevante dizer isso tudo já que não foram raros os momentos em que elas me incentivaram a estudar efetivamente na busca de uma aprovação na prova do PPGDC. Gabriela também estava participando de um processo seletivo, do PPGS/UFF (Programa de pós-graduação em Sociologia), no qual também foi aprovada com louvor, enquanto que Rute já era aluna do PPGSD (Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito) - leia-se: alta influência sociológica nesse processo.

estudos de maneira razoavelmente correta, e, ainda, após sentir um leve alívio ao finalizar a prova de conhecimentos do PPGDC com cerca de 11 (onze) laudas escritas, sendo uma entre os três alunos que deveriam ficar até o final da prova para a certificação de que nada havia se passado em desconformidade no certame, em novembro, veio a feliz notícia de que havia me classificado em primeiro lugar, dentre mais de 120 (cento e vinte) candidatos. E não estou aqui para ser *coach* de concursos, longe disso, mas sim para questionar o porquê a nota dos candidatos cotistas foi tão baixa. Será que foi apenas falta de alguém que lhes desse a direção sobre como estudar para um processo seletivo como aquele? Ou será que foi algo mais profundo, como algo inconsciente de que talvez não se sentissem capazes de adentrar em um espaço tão restrito e, via de regra, preenchido prioritariamente por brancos da elite?

Me faço esse questionamento eis que talvez era isso que se passava pela minha cabeça quando me inscrevi para o processo seletivo do PPGDC, que foi aberto em 2016. Eu não tinha confiança do meu conhecimento e capacidade, e talvez não me considerasse boa o bastante para ocupar esse espaço. Aparentemente, estava completamente equivocada nesse julgamento. Foi a partir disso que me dei conta de que provavelmente eu não seria a única negra a pensar dessa maneira, e que, absolutamente isso deveria ser mudado por algum tipo de ação de fomento ao ingresso negro nesses locais de produção de conhecimento.

Em sequência, o contato com as pessoas que conheci, os movimentos, e, obviamente, o estudo de várias vertentes que tratam sobre temáticas correlatas, pude cada vez mais expandir meus horizontes e vislumbrar coisas maiores que poderia fazer para de fato tenta mudar a práxis pela teoria. A partir da divulgação o meu projeto no meio do PPGDC, logo ganhei apoio, principalmente dos meus colegas discentes que se identificavam com a causa, sendo que estes se dispuseram, desde o princípio, a me ajudar no que fosse preciso, para que essa ideia vingasse.

Os discentes recém-chegados ao PPGDC, por sinal aqueles os quais tinham ingressado pela política afirmativa, também se mostraram bastante solícitos em ajudar o projeto. Nesse contexto passei a pensar em como poderia começar a dar forma ao que me dispusera a fazer. Os primeiros passos foram no sentido de análise do cenário do PPGDC, bem como o edital em si. Por conseguinte, tentei entender o perfil daqueles ingressantes pelas políticas, de modo que elaborei um questionário³³ simples para tentar conhecê-los com um pouco mais de profundidade. Perguntas simples, porém, essenciais, foram feitas, como por exemplo se eles já haviam participado antes de algum certame que fizesse uso de políticas de

³³APÊNCICE A

reserva de vagas para negros. Ademais, considero que a minha participação em projetos similares que também foi crucial para o aprendizado no que tange à logística e planejamento de um curso dessa proporção, como expus nos tópicos anteriores.

Por meio do questionário, “Negritude no PPGDC/UFF”, elaborado a partir da ferramenta online do *Google*, o *Google Formulários*, pude chegar a conclusões muito interessantes sobre o perfil do discente negro do PPGDC, bem como confirmar pontos de vista que já me eram perceptíveis. Formulei doze perguntas simples, a saber:

- 1- Qual o seu nome completo?
- 2- Qual o seu sexo? Opções: Feminino; masculino.
- 3- Qual a sua idade?
- 4- Qual a sua profissão?
- 5- Quanto à autopercepção racial, você se considera: preta(o); parda(o); indígena; amarela(o); branca(o).
- 6- Por qual motivo você se identifica da maneira supracitada? Exemplifique com situações que já vivenciou.
- 7- Elenque o(s) motivo(s) pelo(s) qual(ais) você optou pela candidatura ao ingresso no PPGDC/UFF por meio das ações afirmativas, e não por ampla concorrência.
- 8- Você acredita que a abertura de reserva de vagas no PPGDC/UFF foi essencial para sua aprovação no certame? Por quê?
- 9- Você já fez uso de alguma outra política de ação afirmativa? Qual(is)? Logrou êxito no seu objetivo?

10- Deixe sua opinião sobre a possibilidade de implementação de uma política pública baseada em oficinas ministradas por discentes do programa (PPGDC) com o intuito de fomentar o ingresso da comunidade negra no ambiente acadêmico da pós-graduação do PPGDC/UFF. Você gostaria de participar de um projeto social desse tipo?

11- Deixe aqui alguma observação que considere relevante para a presente pesquisa. (Experiência de vida, sugestão, crítica, etc.)

12- Você concorda com o uso das informações aqui expostas para fins de pesquisa acadêmica (uso de dados, nomes, e qualquer outro conteúdo para posterior publicação)?

Quadro 4 - Perguntas do questionário “Negritude no PPGDC/UFF” do *Google Formulários*.

Partindo de uma análise tópico a tópico, sem antes deixar claro que os três candidatos concordaram com a publicação dessas informações, conforme pode-se observar pelas respostas à questão de número 12 nos formulários em anexo, já me saltou aos olhos, embora a amostra seja por demais pequena, que, das quatro vagas disponibilizadas para a reserva de vagas, apenas três foram preenchidas, na proporção de, uma ocupada por uma mulher, e as outras duas por homens, de modo que uma vaga para a reserva de vagas ficou ociosa, eis que os outros concorrentes por essa política não atingiram a nota mínima de classificação: sete, o que fez com que a vaga fosse rearranjada para a ampla concorrência. Nesse sentido, ficou claro para mim que havia alguma deficiência ali. E algo deveria ser feito para reverter esse cenário. Quanto à idade dos candidatos, foi bastante variada, haja vista que no certame anterior a coordenação já havia sinalizado sua preferência em mesclar bastante as turmas, tanto no quesito idade, quanto no quesito sexo, de maneira que as classes fossem bastante plurais e heterogêneas. Vejo isso como um ponto muito positivo na busca da diversidade e quebra de estigmas.

Quanto ao perfil profissional dos discentes cotistas, interessante analisar que dois são servidores públicos, e apenas uma se dedica exclusivamente ao mestrado, sendo que, por consequência, os dois servidores não requereram o benefício da bolsa de estudos, e a aluna de dedicação exclusiva, sim. Esse dado pode ser passível de algumas especulações, como por exemplo, de um lado, que negros talvez não tenham condições de se manterem dedicando-se exclusivamente ao estudos, e, por outro lado, que justamente por serem, em sua grande

maioria, menos abastados socialmente, por terem maior dificuldade em ascender profissionalmente devido às barreiras do mercado de trabalho à essa categoria, necessitariam de um auxílio estudantil para se manterem ativos no mundo acadêmico. No entanto, como dito, seriam apenas especulações, e não cabem no presente estudo. Unanimemente os discentes se consideraram negros, refutando categorias como “pardo”, o que também é interessante, eis que a adesão à categoria “negro(a)” ao invés de pardo ou mulato vem crescendo exponencialmente no Brasil - justamente por conta da maior popularização do termo e maior identificação das pessoas no sentido de pertencerem a essa categoria.

Quanto à motivação no que tange ao pertencimento à essa categoria, ou seja, o motivo pelo qual eles, os candidatos aprovados pela reserva de vagas no PPGDC, se consideravam negros, os três ressaltaram a questão do pertencimento, ou seja, eles se consideram negros porque sentem-se negros, mas também algo que chamou a atenção foi o fato de que apesar de se considerarem como tal, também percebiam grande identificação das pessoas para com eles como indivíduos pertencentes à essa categoria, mas de uma maneira negativa: pelo preconceito. Duas das três respostas relataram condutas preconceituosas em ambientes comerciais de lojas. Interessante destacar que um dos discentes é oriundo da África, Cabo Verde. Creio que o incentivo à adesão de alunos estrangeiros aos programas de pós-graduação, no geral, também viria a enriquecer muito mais, em, por exemplo, termos de vivência com o plural, o ambiente acadêmico. Claro, sem preterir o estudante brasileiro. Sempre há espaço para todos, de modo que inclusão é a palavra da vez.

Por ser a política de reserva de vagas algo que parta da identificação como tal pelo próprio candidato, é, antes de tudo, um exercício de reflexão sobre o ser. Nenhum candidato que se considere negro, ou que não se considere, é obrigado a participar do certame nessa categoria de política afirmativa. Tendo isso em mente, resolvi questionar o(s) motivos(s) pelo(s) qual(ais) tais candidatos optaram pela concorrência no certame por esse viés, e não pelo viés da ampla concorrência. Mais uma vez a questão da identificação se fez presente, como também a valorização da implementação de políticas correlatas em prol do engrandecimento das universidades, especialmente na pós-graduação, por meio da inclusão do plural em detrimento do cenário hegemônico e branco que tende a permear esse espaço.

Também foi relatada a “maior facilidade” que o ingresso por meio das ações afirmativas traz, tendo em vista a menor concorrência nessa categoria. Na minha visão, eu poderia concordar com o segundo argumento, haja vista que realmente o ingresso do negro na pós-graduação é, em números, muito menos do que o do branco. Entretanto, vacilo em

concordar com a primeira afirmação, eis que, no certame em análise, em que pese foram reservadas 4 (quatro) vagas nessa categoria, apenas 3 (três) alunos foram aprovados pela ação afirmativa. Em outras palavras, talvez adentrar à pós-graduação, mesmo que por uma política de reserva de vagas, não seja, no geral, fácil. Também me chamou a atenção que a reserva de vagas foi pontuada como uma motivação a mais na inscrição para o certame, segundo um dos candidatos.

O seguinte questionamento se deu no sentido de saber dos candidatos se eles acreditavam que a política de reserva de vagas havia sido determinante em suas aprovações no PPGDC. Dois, dos três candidatos aprovados pela ação afirmativa, disseram que sim, que a adoção dessa medida pelo programa foi de grande relevância para aprovação dos mesmos naquele processo de seleção. Apesar disso, do mesmo modo, dois dos três candidatos disseram que, apesar disso, a medida afirmativa não foi determinante para o ingresso, eis que, dado suas médias finais, mesmo que suas candidaturas houvessem ocorrido na categoria de ampla concorrência, teriam sido aprovados.

Isso é bem verdade, eis que os três candidatos obtiveram médias as quais seriam suficientes para seus respectivos ingressos ao programa sem o uso da categoria de reserva de vagas, no entanto, cabe destacar que, no meu ponto de vista, esse cenário não é o comum, mas sim, a exceção. Digo isso pelo fato de que negros, via de regra, desde a educação básica, não possuem as mesmas oportunidades de crescimento acadêmico que os brancos em nossa sociedade. Ainda assim, há que se atentar ao fato de que as notas gerais desses aprovados pelas cotas não ultrapassaram a casa do 7,9, sendo que o primeiro colocado cotista apareceu apenas na sétima posição entre os 20 aprovados da lista geral. Longe de desmerecer tal pontuação, que obviamente foi muito boa, anseio por ver negros ocupando maiores posições, inclusive no que tange à classificação em certames. Pode parecer algo raso para alguns, mas se trata de empoderamento e ocupação de espaços, quer seja ou não pelo auxílio das políticas de reserva de vagas.

O histórico de utilização de políticas afirmativas desses candidatos também me pareceu relevante, então havia uma questão desse cunho no questionário. Dada a pouca amostra, obtive uma resposta de cada tipo: uma no sentido negativo, de que esse candidato jamais havia utilizado qualquer tipo de cota em sua vida; outra, de uma candidata estrangeira, africana, e que, justamente por conta disso, também não havia utilizado anteriormente algo parecido como fomento ao ingresso de negros em espaços predominantemente brancos; e, por fim, uma resposta positiva, com relato de ingresso ao curso de graduação em Direito da UFF justamente pelo sistema de reserva de vagas, bem como aprovação em concursos públicos da

mesma maneira. Em um rápido balanço, pude concluir que as respostas foram equilibradas. Há que se considerar também que, ainda hoje, ainda há grande tabu com relação à adoção de cotas e a legitimidade de sua implementação, o que pode gerar um sentimento de desconforto e/ou receio por parte dos candidatos em, talvez, optar ou assumir a opção de cotista.

A partir de uma das últimas questões do formulário pude vislumbrar, ademais do anterior contato com alguns colegas já interessados em participar do projeto que estava elaborando referente ao “curso” pré PPGDC (o qual ainda não havia sido batizado), a viabilidade do meu ideal, visto que o apoio à causa foi unânime. Nesse sentido, passei a direcionar maiores esforços ao planejamento de como as coisas tomariam forma concreta, partindo do batizado do projeto, até o pensar sobre como as aulas ocorreriam, qual seria o corpo docente, processo de divulgação para o público, requisitos para a inscrição, etc. Todo esse universo está mais detalhado no tópico que segue.

Antes de efetivamente adentrar ao ocorrido durante o processo de implementação do Pré-Pós Dr. Luiz Gama, cabem ainda os relatos de alguns eventos os quais participei e que foram de grande importância para a elaboração e concretização do projeto. O primeiro, foi um seminário intitulado “Questões Étnico-Raciais nos 30 anos da Constituição Brasileira”, atividade vinculada ao estágio de pós-doutorado (PPGD/UERJ) do prof^o. Dr^o. Carlos Alberto Lima de Almeida, sob a supervisão da prof^a. Dra^a. Jane Reis Gonçalves Pereira, nas dependências da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, em 15 de agosto de 2018.

O seminário foi bastante proveitoso, eis que uniu, de maneira suscinta e direta, os dois itens primordiais da minha pesquisa: a negritude e a Constituição. Após a fala de grandes convidados, os quais ressaltam a presença da Prof^a. Dra^a. Adriana Cruz, que também é juíza federal, e atua na defesa e representação negra no alto escalão do serviço público, pude trazer alguns pontos importantes para a presente discussão. Em sua fala, ela destacou a importância da relevância da atuação dos sujeitos que se propõem a atuar de maneira proativa em uma sociedade racista, como é a brasileira, bem como destacou que o direito está posto, e que isso absolutamente não é o suficiente para a garantia dos mesmos – em outras palavras, até mesmo a forma como se adjudicam os direitos pode ser uma maneira de restringi-los. Para ela, o racismo está incrustado na estrutura social e por isso se manifesta de maneira tão recorrente, porém velada.

Outra exposição bastante enriquecedora foi a da professora Caroline Rocha dos Santos, doutoranda em Teoria e Filosofia do Direito pela UERJ, a qual trouxe à baila o discurso sobre como articular a Constituição Federal de 1988, que foi um marco na positivação de direitos fundamentais, com a realidade da população negra - principal parcela

populacional que é comumente apartada e marginalizada de qualquer direito. A professora Caroline enfatizou a importância dos movimentos unificados da década de 70, à exemplo do movimento negro, no que tange ao processo de elaboração da constituinte de 88, e suas principais pautas. Pensar o processo constituinte naquele momento era muito mais do que simplesmente elaborar um texto o qual seria positivado, mas sim, pensá-lo como um processo de cristalização das lutas e resistências daquela época, para que seus efeitos se propagassem por toda uma geração constitucional – e o papel do movimento negro na consolidação de medidas como essas, ainda que em nível muito aquém do desejado, formam bastante significativas para aquele momento. Acontece que trinta anos se passaram, e hoje aparentemente tudo o que foi conquistado já não é mais o suficiente.

Novos são os tempos, a conjuntura política, e novas são as relações sociais que se formaram nessas três décadas, portanto, fazem-se necessárias novas redes que articulem movimentos em prol das demandas sociais, esgarçando-se com o suposto universal em um contexto de insurreição. As lutas de outrora foram responsáveis pela efetivação de muitos direitos hoje, de modo que, ao mesmo tempo em que as lutas constroem direitos, elas também corroem padrões hegemônicos que foram estabelecidos como se verdade universal fossem. Procurei articular qual seria o papel da educação em todo esse cenário. Então, pensei um pequeno exercício de reflexão sobre onde estão os termos referentes à raça, racismo, quilombola, e tantas outras categorias que fazem parte do universo brasileiro cotidianamente, onde elas estariam nos textos de lei ou nos manuais de doutrina que são usados nas salas de aula. A resposta é que eles não se encontram em lugar algum, sendo apenas essa mais uma evidência de como essa temática é velada e esquecida, mesmo em um ramo na qual se fazem mister as respectivas discussões, tal qual é o ramo do Direito. A conclusão a que cheguei foi a de que não somos racistas apesar da educação. Somos racistas pela educação. A educação como forma de representatividade, pertencimento, autoconscientização e ocupação de espaços chegou para mudar esse panorama.

3.2 O durante: o Pré-Pós Dr. Luiz Gama

Após o batismo do projeto das aulas preparatórias em prol do fomento ao ingresso popular e negro no PPGDC/UFF, através da homenagem ao primeiro advogado negro brasileiro, Luiz Gama, que lutou por ideais abolicionistas e foi perseguido por isso, eis que era porta-voz dos direitos das minorias à época, onde predominava o ideal colonizador, uma nova fase se fez presente e necessária: a seleção da equipe que me ajudaria e abraçaria essa

causa em conjunto comigo. Obviamente que alguns dos meus colegas de turma do PPGDC, os, pelo menos, minimamente engajados na causa negra, foram os primeiros a compor a lista da equipe. Em 2018 a lista aumentou, eis que alguns dos alunos da nova turma do programa também manifestaram interesse em participar do projeto.

A divulgação da iniciativa do Pré-Pós Dr. Luiz Gama foi pensada para impactar o público, prioritariamente, por meio das redes sociais, com ênfase ao *Facebook*, eis que, na atualidade, é um dos maiores canais de mídia social em massa. Essa decisão também foi tomada tendo em vista os vínculos com páginas já existentes que muito têm a ver com a causa, e que podem, justamente por isso, compartilhar e incrementar o número de pessoas atingidas pela divulgação do projeto. Os maiores e principais exemplos são as páginas do Centro Acadêmico Evaristo da Veiga (CAEV), bem como a página do Coletivo Direito Popular, e as duas páginas do PPGDC, todas vinculadas ao curso de Direito da UFF, as quais, juntas, alcançam mais de 6.682 (seis mil seiscentas e oitenta e duas) pessoas, e, sobretudo, não quaisquer pessoas, mas sim aquelas relacionadas ao campo do curso de Direito, potenciais interessadas no ingresso ao PPGDC³⁴.

O passo seguinte deveria estar enviesado no sentido de, justamente, cativar o público almejado a aderir à proposta. O atrativo do Pré-Pós Dr. Luiz Gama, além da absoluta gratuidade e alto cunho étnico-social, é o fato de ser um preparatório para o ingresso de negros à academia ministrado por discentes do próprio PPGDC, negros, e, quando não, por aqueles a quem a causa lhe apetece. Isso quer dizer, um lugar cheio de referencial e representatividade. Para a inscrição no projeto o candidato deveria acessar e preencher um formulário³⁵ da plataforma do *Google*, no qual, dentre outras coisas, deveria se autodeclarar negro(a). Ainda com o objetivo de apoio social, cada candidato deveria, em detrimento de qualquer custo, levar à aula inaugural um dos itens de higiene pessoal elencados na ficha de inscrição, os quais, posteriormente, seriam revertidos em doação a pessoas carentes da comunidade.

Após a divulgação do projeto nas redes sociais supracitadas, de maneira prévia ao edital do certame, a fim de ter tempo hábil à inscrição do maior número possível de candidatos interessados, e, após transcorrido o período disponível para a efetivação dessas

³⁴ Resultado baseado na soma do número de curtidas de cada página mencionada. Ver mais em:

<https://www.facebook.com/caevdireito/>;

https://www.facebook.com/ColetivoDireitoPopular/?hc_ref=ARSuYZvTKUaOMUiCjOEA1hrOF7TnwpMW0Y8SAIojkIb_LmG4qNE8ium0ku7pceufKAo&fref=nf; https://www.facebook.com/PPGDCUFF/?ref=br_rs;

https://www.facebook.com/Mestrado-em-Direito-Constitucional-UFF-PPGDC-282902771735411/?ref=br_rs.

Acesso em: 31 de jul. de 2018.

³⁵ ANEXO B.

inscrições, finalmente teria em mãos o parâmetro do quanto a medida impactou ou não no público que pretendia atingir, bem como quantificar, de maneira numérica, quantos interessados iriam, de fato, cursar as aulas do projeto. Tendo em vista todo o contexto histórico do PPGDC, e suas peculiaridades enquanto público-alvo e público que geralmente adentrava nos certames, que majoritariamente era masculino, branco e elitizado (apenas mudando um pouco essa característica a partir do certame de 2016 para ingresso em 2017, haja vista a escolha da coordenação, à época, de balancear as vagas, de modo a serem ocupadas, preferencialmente, por metade mulheres e metade homens – sem, entretanto, haver ainda reserva de vagas raciais à essa época).

O corpo de voluntários docentes foi composto, em sua maioria, pelos colegas de turma do mestrado que me apoiaram nesse projeto social, aos quais devo meus sinceros agradecimentos: Anne Nimrichter, Cecília Bojarski, Karina Freire, Iara Duque, Larissa Couto e Lucas Pontes. Houve também a participação de uma geógrafa aluna da graduação em Direito da UFRJ à qual agradeço de igual forma, Luíza Deschamps, que, ao final, decidiu realizar a prova de ingresso ao mestrado do PPGDC, na qualidade de candidata.

Tendo em vista que o intervalo de tempo entre a divulgação do edital do PPGDC até a data efetiva da prova de conhecimentos³⁶ costuma ser curto, mais ou menos um mês e meio, a grade de aulas foi pensada na proporção de uma vez por semana, com duração de 4 horas/aula aos sábados, a partir das 08 horas, no prédio da faculdade de Direito da UFF localizado à Rua Presidente Pedreira, Ingá, Niterói. Os dias e horários das aulas visam abarcar aqueles alunos que por ventura trabalhem durante a semana, e a carga horária me parece razoável, de modo a não ser exaustiva para nenhuma das partes, tampouco insuficiente para a conclusão do conteúdo. Em cada aula seriam tratados os textos objeto do edital, de ambas as linhas de pesquisa, de modo a enfatizar seus autores, contextos históricos e ideias-chave, sem deixar de lado o ponto da teoria aplicada à realidade, por um viés crítico. As aulas seriam em dois blocos de uma hora e meia cada, com um pequeno intervalo entre ambas, de modo que o cronograma seria da seguinte maneira:

ETAPA 1: PRÉ-PÓS NEGRO DR. LUIZ GAMA			
Aulas por semana	Tema	bloco I (8:30 às 10h)	bloco II (10:10 às

³⁶ A prova na qual se cobra do candidato a análise das obras previstas no edital.

			12h)
SEMANA 1 Aula 1	texto: Apresentação e análise do edital. Tópicos: como fazer um projeto de pesquisa, Currículo Lattes e se apresentar em uma entrevista.	data: 15/09 monitor: Greyce	data: 15/09 monitoras: Cecília e Karina
SEMANA 2 Aula 2	textos: LAS CASAS, BOBBIO, e COSTA e ZOLO	data: 22/09 monitora: Greyce: LAS CASAS, F.B. Liberdade e justiça para os povos da América, e; BOBBIO, Norberto, Positivismo Jurídico: lições de filosofia do Direito. São Paulo: Icone, 1995. (pp. 129-238, parte II)	data: 22/09 monitora: Luiza: COSTA, Pietro e ZOLO, Danilo (orgs). O Estado de Direito: história, teoria e crítica (pp. 03-94)
SEMANA 3 Aula 3	texto: ÁVILA SANTAMARÍA, BELLOSO MARTÍN, MEDICI, DELMAS-MARTY, AYALA e RODRIGUES, SALDANHA e MELLO. Entregar prova de idiomas.	data: 29/09 monitores: Anne, Karina e Lucas (textos da linha 1) -ÁVILA SANTAMARÍA, Ramiro. Os direitos da natureza desde o pensamento crítico latino-americano.	data: 29/09 monitoras: Cecília, Iara e Larissa (textos da linha 2)

<p>SEMANA 4</p> <p>Aula 4</p>	<p>texto:</p> <p>Revisão final de todos os textos. Entregar prova de idiomas e emitir parecer: apto; não apto.</p>	<p>Anne</p> <p>- BELLOSO MARTÍN, Nuria. O Neoconstitucionalismo e o "Novo" Constitucionalismo Latino-Americano: duas correntes possíveis de entendimento? Karina</p> <p>- MEDICI, Alejandro. Constituição material e justiça política. Lucas</p> <p>data: 06/10</p> <p>monitor: todos</p>	<p>data: 06/10</p> <p>monitor: todos</p>
---	--	---	--

Quadro 5 - Cronograma referente à Etapa 1 de monitoria no Pré-Pós Dr. Luiz Gama.

Importante esclarecer que essa se trata da etapa 1 do Pré-Pós Dr. Luiz Gama, eis que o certame do PPGDC/UFF não se exaure apenas com a prova de conhecimentos. Ademais desta, há a prova de línguas, que por vezes pode ser dispensada, caso o candidato possua algum tipo de certificado reconhecido pelo programa, além das provas de pré-projeto, análise de currículo e entrevista, não exatamente nessa ordem - a depender do edital. A prova de conhecimento em línguas costuma se dar, haja vista a análise dos editais antecedentes, por meio da interpretação de um texto em inglês, francês ou espanhol, a depender da escolha do candidato na data da inscrição no certame. Tendo em mente a inviabilidade de mestrandos em Direito Constitucional lecionarem línguas, sobretudo por uma vertente baseada em interpretação de texto, essa fase do certame não foi objeto do Pré-Pós Dr. Luiz Gama, bem

como a fase de análise de currículo, eis que altamente subjetiva e imutável, sendo plausível nesse caso, no máximo, dicas de elaboração na organização desses documentos. Em contrapartida, as demais fases, a saber, análise de pré-projeto e entrevista são passíveis de algum tipo de monitoria, a qual poder-se-ia realizar por meio de orientações de procedência aos candidatos que avançarem para essa fase.

Um diferencial do edital desse certame para o anterior é o de que, nesse concurso, previamente às inscrições, os candidatos já teriam de enviar o pré-projeto, ou seja, antes mesmo de realizar a prova de conhecimentos, o candidato já deveria ter um projeto pronto, de maneira a submetê-lo no ato da inscrição³⁷. Em uma análise particular, creio que esse critério talvez possa diminuir o número de inscritos, eis que algumas pessoas acabam por se assustar em não ter de antemão um projeto pronto, e apenas sentirem-se mais confiantes a realizá-lo após a aprovação na fase da prova de conhecimentos. Em contrapartida, essa pode ser, justamente, a intenção dos professores que elaboraram o edital este ano, tendo em vista que, talvez, para eles, os candidatos mais preparados sejam aqueles que já tenham algo em mente em termos de objeto de pesquisa, bem como aqueles que não se sintam intimidados com os termos do novo certame. Em que pese essas análises incipientes, somente será feita uma análise mais profunda sobre isso adiante, após a publicação do número de inscritos para o certame 2018/2019.

Voltando a ideia de como as aulas do curso serão ministradas, de acordo com a tabela acima e de modo a condizer com os termos do edital aqui expostos, seria mais dinâmico que os encontros fossem dirigidos por , ao menos dois instrutores, de modo que estes possam se ajudar e se articular mutuamente, em prol de uma maior dinamicidade das aulas. O protagonismo dos alunos também é algo que será bastante perseguido durante o Pré-Pós Dr. Luiz Gama, onde a fala e o diálogo são primordiais na obtenção de um pensamento crítico e engajado.

Ademais, partindo do princípio de que a etapa do pré-projeto será em concomitância com as inscrições no certame, e de que as aulas do Pré-Pós Dr. Luiz Gama se iniciam antes do final do encerramento das mesmas, optou-se por fazer-se um primeiro encontro no qual questões acerca das peculiaridades do edital seriam discutidas de maneira mais pormenorizada. Desse modo, a ideia é que pontos do edital referentes a datas, especificidades quanto às avaliações e quaisquer dúvidas dos alunos sejam esclarecidas nesse momento.

³⁷ANEXO A– Edital de seleção do programa de Pós-Graduação stricto sensu em direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense

Obviamente que temáticas como elaboração do pré-projeto, formulação de currículo Lattes e discussões sobre a dinâmica da fase das entrevistas seriam também pontos desse encontro inicial.

Nesse momento, a única coisa que faltava era, de fato, o balanço das inscrições de alunos interessados em participar do Pré-Pós Dr. Luiz Gama, bem como o início das aulas, efetivamente. Para tanto, dedico o tópico seguinte.

3.2.1 Das inscrições às aulas do Pré-Pós Dr. Luiz Gama

Conforme disposto em item anterior, a plataforma para inscrição dos interessados em participar do Pré-Pós Dr. Luiz Gama, na qualidade de aluno, foi um questionário³⁸ disponível na plataforma *Google Formulários*. Passado o período de divulgação da iniciativa nas redes sociais, contatos, e distribuição de panfletos³⁹ em algumas universidades privadas da cidade de Niterói, a expectativa para o prazo final de inscrição e saldo de inscritos era grande.

Dado o termo desse período, o momento era de análise das inscrições efetivadas. Na plataforma do *Google Formulários* o saldo de inscrições foi de 14 (catorze) interessados em cursar o Pré-Pós Dr. Luiz Gama. O número, de início aparentemente pequeno, pode ser considerado elevado dado o quantitativo de candidatos(as) periféricos, negros e mulheres que adentram em cursos de pós-graduação a nível de mestrado em uma universidade federal. Entretanto, há que se fazer uma análise pormenorizada desses inscritos.

Foram 8 (oito) mulheres e 6 (seis) homens, os quais culminaram em um percentual de 57,1% mulheres e 42,9% homens. Ademais, para minha surpresa, 57,1% dos inscritos se autodeclararam brancos, 35,7% negros, 7,1% pardos e ninguém se autodeclarou indígena. Ressalto que o Pré-Pós Dr. Luiz Gama, apesar de direcionado ao público periférico e negro, em nenhum momento fez distinção de qualquer tipo a quem se prontificasse como interessado em participar do projeto. Em contrapartida ao aspecto racial, quando perguntados sobre se se consideravam como periféricos, 12 (doze) apontaram que sim, enquanto que 2 (dois) disseram que não⁴⁰.

A faixa etária dos candidatos foi bastante ampla, sem nenhum tipo de predominância especial. A maioria se autodeclarou como solteiro, 64,3%, bem como suas profissões foram, majoritariamente, a de advogado/a, com 71,4% declarados possuidores da carteira da OAB

³⁸Ver <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLSdH1bc12mUXIYqSsUUQbfI4HiHkyCqsmPfNxShEKrglgS5REA/viewform> mais em:

³⁹ Modelo do folder de divulgação que foi distribuído em anexo.

⁴⁰ Dados segundo relatório em anexo.

(Ordem dos Advogados do Brasil). Com relação às preferências dos candidatos no que versam, especificamente, sobre o PPGDC, a grande maioria declarou que se inscrevia para a linha 1 de pesquisa “Instituições Políticas, Administração Pública e Jurisdição Constitucional”, em detrimento da linha 2 “Teoria e História do Direito Constitucional e Direito Constitucional Internacional e Comparado”, que foi menos indicada como preferida nessa fase. Com relação à especificidade da prova de conhecimentos, a maioria dos inscritos no Pré-Pós Dr. Luiz Gama indicou a preferência por realizar a prova de idiomas em inglês (57,1%), seguido do espanhol (42,9%). Por fim, quando questionados sobre qual seria o objetivo principal dos mesmos em cursar o Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense, a resposta com maior incidência foi a relativa ao posterior exercício da docência.

Chegado o dia do primeiro encontro entre alunos e instrutores, a saber, no dia 15 de setembro de 2018, data de início do Pré-Pós Dr. Luiz Gama, conforme previamente estabelecido, no horário das 8 horas da manhã, eu, Anne, Cecília, Karina e Lucas estávamos a postos para a saudação aos alunos. Estes começaram a chegar a partir das 8:30 da manhã, também conforme o disposto quanto ao horário de início dos encontros. Começamos então por expor qual era o objetivo daquela iniciativa, explicando a importância de um curso direcionado ao fomento do ingresso periférico à programas de pós-graduação em universidades públicas.

Em que pese terem sido efetivadas 14 (catorze) inscrições na plataforma online do *Google Formulários*, essa experiência deixou claro que na realidade as coisas funcionam de maneira distinta, eis que nem todos os que se inscrevem efetivamente apareceram nos encontros presenciais, bem como que alguns outros que não se inscreveram pela internet, frequentaram os encontros. Mais uma vez ressalto que não foi feita nenhuma distinção quanto a esse detalhe, eis que, dado o ambiente já restrito de interessados em cursar uma pós-graduação, todo fomento à essa iniciativa, em nosso pensar, é de extrema relevância. Dessa forma, registro aqui que nem todos os que participaram dos encontros efetivaram inscrição prévia pelo formulário online.

Ao me deparar com os alunos pela primeira vez, fiquei surpresa. Mesmo sabendo que grande parte não se considerava negro/a ou periférico/a. No dia da primeira aula (15/09/2018) estavam presentes oito alunos – 3 (três) homens e 5 (cinco) mulheres. Desses três homens, todos eram negros (ou assim se consideravam), inclusive dois deles foram instruídos a fazer o curso por uma professora do PPGDC. Das cinco mulheres, apenas uma era negra. Entretanto, ela não ia de fato prestar a prova do concurso aquele ano, eis que ainda estava na graduação,

mas estava ali de maneira a se familiarizar com o ambiente para quando o momento de prestar efetivamente uma prova de ingresso à pós-graduação chegasse. As outras quatro mulheres eram brancas, inclusive duas loiras. Uma delas, inclusive, iria prestar a prova pela segunda vez, eis que da vez anterior não havia logrado êxito na prova de entrevista.

Como aquele momento era de conhecimento recíproco, optamos por fazer as apresentações do curso e dos instrutores, e, logo em seguida, deixar espaço para que os alunos se apresentassem. Ficou bastante claro que o perfil daquelas pessoas continha um alto nível de heterogeneidade, dadas as características subjetivas e objetivas de cada um. A partir dessa constatação, que já era esperada, haja vista que um curso aberto ao público é totalmente passível de abarcar públicos demasiadamente diversos e com vivências extremamente distintas, a ideia era que a metodologia de disposição e exposição das oficinas do Pré-Pós Dr. Luiz Gama fosse a mais didática possível.

Naquele momento de conversa, como era também o momento de falar sobre os detalhes do edital do processo seletivo relativos à pré-projeto, perguntamos a cada um deles se eles já tinham ou não ideia sobre o que iriam escrever. Como os encontros se iniciaram antes (15/09) do término do período de inscrições (05/10), ainda havia certo tempo para aqueles que estavam ainda um pouco indecisos definirem o que fariam, bem como havia tempo hábil para esclarecimento de quaisquer dúvidas, detalhes e peculiaridades daquele edital.

Os temas que foram colocados em pauta pelos alunos como ideias de pré-projeto eram os mais diversos possíveis. Em que pese diversos, não foi constatada nenhuma ideia que fugisse da vertente do que geralmente é objeto de discussão no PPGDC. Alguns tinham apenas a construção inicial da temática, sem maiores aprofundamentos acerca de pontos como problema, pergunta e hipótese, enquanto que outros, até mesmo pela maior experiência em processos seletivos anteriores ou de outras instituições, já tinham algo melhor consolidado e articulado. Como a proposta do Pré-Pós Dr. Luiz Gama não era no sentido de direcionar nenhum aluno a seguir determinada vertente, mas sim a de orientá-los sobre especificidades e coisas que poderiam ser melhoradas, não foi feito nenhum tipo de comentário que pudesse fazer com que algum aluno viesse a mudar sua proposta inicial por sugestões dos instrutores.

A título exemplificativo, foram colocadas em pauta propostas de pré-projeto com as seguintes temáticas: a questão do direito tributário relacionada à cobrança de impostos sobre grandes fortunas; direito comparado entre Brasil e Chile no que tange à violência doméstica e o ensino da Lei Maria da Penha; o ativismo e o constitucionalismo latino-americano; direito internacional e a questão dos refugiados; quilombolas, etc. Como é possível perceber, em que

pese a superficialidade inicial de algumas propostas, todas são passíveis de vinculação com as linhas de pesquisa do PPGDC.

Nesse primeiro encontro a interação com os alunos foi grande. Todos participaram efetivamente e pareciam bastante interessados em estudar e trilhar seus caminhos para prosperarem não só academicamente falando, mas sim na vida, de forma geral. A primeira aula não iria tratar de nenhum texto em específico, objeto do edital. Isso só seria feito a partir do segundo encontro, no sábado seguinte. A ideia era que o primeiro encontro versasse, para além do conhecimento de ambos os lados, sobre os tópicos pontuais do edital que eram cruciais para que a pontuação de cada um subisse ou não. Em outras palavras, iríamos discutir, principalmente, além das especificidades sobre como elaborar o pré-projeto, questões metodológicas, também abordaríamos como eles deveriam lidar com a plataforma Lattes e suas peculiaridades, que, diga-se que passagem, não é uma ferramenta de tão simples utilização ou intuitiva para alguém que nunca teve contato com ela. Era o caso da maioria ali.

Foi pensando como de extrema necessidade a passagem pormenorizada por cada item do edital de seleção. Não são raras as vezes que candidatos sequer leem os termos do concurso, e que, por isso, muitas das vezes acabam por se depararem com portões fechados ou ausência de canetas de determinada cor, simplesmente pela ausência de leitura do documento que explica como tudo funciona. Os encontros do Pré-Pós Dr. Luiz Gama se deram no auditório 1 (um) da Faculdade de Direito localizada à Rua Presidente Pedreira. Ali, por sorte, contamos com um bom equipamento audiovisual, e, por isso, pudemos projetar o edital completo na tela de uma televisão, com os devidos destaques em amarelo dos trechos de maior importância, o que facilitou em demasia o nosso trabalho, bem como a compreensão pelos alunos.

Como o tempo até a data da prova era escasso, bem como a disponibilidade dos instrutores e dos alunos não era total, optamos por condensar todo o conteúdo do certame em quatro encontros, sem prejuízo de tudo o que deveria ser ministrado. Dada a primeira aula, que se baseava no encontro propriamente dito com nossos alunos, bem como as explicações iniciais sobre o processo, os encontros seguintes seriam direcionados ao conteúdo dos textos objeto do edital, bem como também seria feita uma simulação de prova de idiomas, de acordo com a língua escolhida pelo candidato, momento no qual um texto seria enviado para casa um, para que estes o traduzissem e entregassem no encontro seguinte. A partir da nossa correção, o aluno seria indicado como “apto”, ou “inapto”.

O segundo encontro (22/09/2018) teve um número menor de alunos presentes. Como já é de praxe, os cursos normalmente contam com essa margem de erro relativa aos

“desistentes”. De início já contávamos com alguns potenciais desistentes, como por exemplo a única aluna mulher negra do primeiro encontro, a qual ainda não havia concluído sua graduação e estava ali como “observadora”. Fato é que, neste dia, apenas cinco alunos assinaram a lista de presença⁴¹, em detrimento dos oito do encontro anterior.

Em que pese o número menor de alunos presentes, permanecemos com as aulas, tendo em vista que perseguimos a qualidade em detrimento da quantidade e, além disso, qualquer vitória é significativa para o Pré-Pós Dr, Luiz Gama. Não fazendo um juízo de valores, mas, minha esperança se mantinha acesa quando via aqueles homens negros presentes na sala. E ali estavam eles. Nessa aula foram abordados os três textos que estavam no edital de seleção como pertencentes à bibliografia geral, ou seja, se o candidato optasse pela linha 1 ou pela linha 2, teria de ter o conhecimento desses três textos, eis que um deles, por meio de sorteio que seria realizado no momento da prova, seria objeto de uma questão. Eu e Luiza ficamos responsáveis por abordar tais textos, e, na minha fala, optei por uma apresentação mais visual e interativa, que, a meu ver, é mais eficaz na fixação de conteúdo. Fiz uma exposição utilizando ferramenta de design e reprodução de slides, os quais, posteriormente, enviei aos alunos. Luiza optou pela simplicidade e transmitiu seus conhecimentos pela fala direta, em nada perdendo em termos de conteúdo.

Em uma autoavaliação, creio que as exposições superaram minhas expectativas. Elenquei as categorias que provavelmente seriam cobradas em termos de prova, e obtive interação com o meu público, que parecia concentrado e atento a tudo o que eu falava, tomando notas toda vez que alertava sobre alguma categoria diferente. Surgiram questionamentos no decorrer das apresentações, e esse, a meu ver, é um grande sinal de que existe interação entre locutor e interlocutor. Fizemos um intervalo entre os dois primeiros textos e o último, que seria abordado, de maneira mais direcionada, pela Luiza. O tempo passou rápido nessa aula, tendo em vista a quantidade de coisas que deveríamos colocar na pauta, bem como a dinamicidade com a qual todo o processo transcorreu. Alguns alunos se dirigiram até mim sugerindo que eu criasse um grupo no WhatsApp para quaisquer dúvidas e discussões que pudessem surgir, e, assim o fiz.

Partido para o momento em que atingimos na metade do curso, chegou o dia do terceiro encontro (28/09/2018). Nesse dia também obtivemos uma adesão de cinco alunos, mantendo o saldo do encontro anterior. Esse dia foi direcionado para a divisão da turma em dois grupos: aqueles haviam optado pela linha 1 ou pela linha 2 do PPGDC, segundo suas

⁴¹APÊNDICE C – Lista de presença às aulas dos alunos do Pré-Pós Dr. Luiz Gama

inscrições. Em outras palavras, a turma foi dividida, de modo que aqueles alunos que se inscreveram para a linha 1 (que, no caso, foi apenas uma de todos os presentes) se dirigiram para uma sala no andar superior comigo, Anne e Karina, para que pudéssemos expor os textos tema dessa linha específica. Já aqueles outros quatro alunos que se inscreveram para a linha 2 de pesquisa permaneceram no auditório 1 para as exposições dos textos relativos à essa linha, que ficaram a cargo das instrutoras Cecília, Iara e Larissa.

Em uma análise geral, que também foi a mesma análise das minhas colegas instrutoras, quanto ao objeto dos textos que foram escolhidos para a linha 1, especificamente, pensamos que se enquadrariam melhor na linha 2, eis que a linha 1, intitulada “Instituições Políticas, Administração Pública e Jurisdição Constitucional”, é conhecida por geralmente abordar questões constitucionais de modo mais institucionalizado e dogmático, ao passo me que a linha 2, chamada “Teoria e História do Direito Constitucional e Direito Constitucional Internacional e Comparado”, seria aquela que, talvez, melhor se encaixasse em temáticas históricas latino-americanas e com viés de direito comparado. A percepção geral foi a de que as linhas acabaram por se fundirem uma com a outra, sem uma delimitação clara sobre onde termina uma e começa a outra, de modo que, aparentemente, os textos foram alocados como uma mistura entre ambas.

Finalmente chegou o dia do último encontro da primeira fase do Pré-Pós Dr. Luiz Gama, que teve a sua data alterada de 06/10/2018 para 13/10/2018, por motivos de feriados, à pedido dos alunos, executamos a aula de revisão geral em uma sala fora do prédio principal da faculdade, chamada de sala “aquário” por uma de suas paredes ser inteira de vidro, tendo em vista que o prédio principal se encontrava fechado naquele dia. Na última aula regular do projeto, as únicas alunas que apareceram foram as duas com a cutis e cabelos mais claros, e, diga-se de passagem, as que aparentavam ser umas das mais dedicadas em termos de participação e presença. Nesse momento, Lucas e Luiza tiveram suas respectivas falas, bem como Anne e eu. Nós quatro ficamos responsáveis pela aula de revisão, e, texto por texto, traçamos um panorama geral acerca dos itens e categorias mais importantes e que potencialmente poderiam auxiliar na formulação das respostas das perguntas da prova do PPGDC.

Era visível que ambas as alunas de fato almejavam ingressar no programa. As duas possuíam os textos impressos e várias páginas de anotações. Ademais dessas coisas que se observam apenas pelo olhar, sem maior profundidade, ao conversar com ela isso também era notável. Uma delas, como dito anteriormente, iria prestar a prova pela segunda vez, enquanto que a outra, apesar de ser sua primeira vez, não parecia menos ansiosa. Os homens negros que

compunham a pequena turma haviam deixado de frequentar as aulas por motivos não esclarecidos, até que, posteriormente, por meio da professora do PPGDC que os indicou a frequentarem o curso, soube que um deles havia, segundo seu relato, entrado em depressão. Em que pese o lamento por essas ausências, a luta continuava para os que permaneceram, e eles estavam a dias da maior batalha: a prova de conhecimentos.

3.3 O depois: avaliação dos resultados e conclusões finais

Como alunos do PPGDC, nos é esperado que participemos como auxiliares no momento de aplicação das provas do processo seletivo – não apenas na fase da prova de conhecimentos, mas durante todo o processo: desde as reuniões prévias do colegiado, passando pelos fechamentos e vistas de provas, bem como ajudando na dinâmica da fase das entrevistas.

A prova de conhecimentos estava agendada para a manhã de sábado do dia 27/10/2018. Todos aqueles alunos mestrando que iriam ajudar no processo já estavam pré-selecionados a comparecerem no local de aplicação de provas pelo menos uma hora antes do horário de início previsto. Assim também foi no processo do ano anterior, no qual também ajudamos na organização e aplicação das provas. Vários candidatos estavam espalhados pelo local⁴², muitos revisando seus apontamentos minutos antes do início da seleção. Naquele momento estávamos sob a coordenação do professor dr. André Saddy, o qual foi eleito preteritamente como coordenador interino, eis que o período da coordenação anterior já havia expirado e ainda não haviam sido convocadas novas eleições.

Os alunos da turma de 2017 e 2018 do PPGDC se organizaram de modo que houvesse monitores o suficiente nas salas de aplicação de provas respectivas a cada linha de pesquisa, bem como para que houvesse monitores nos corredores, os quais ficariam responsáveis pelo trânsito de candidatos ao banheiro e qualquer outra coisa que fosse necessária. Dado o objeto da minha pesquisa, optei por transitar em ambas as salas, haja vista que o meu papel, para além de monitora de aplicação de prova, era o de observadora enquanto a realização de um estudo empírico.

Conforme documento em anexo, foram 95 (noventa e cinco) os candidatos com inscrição deferida em ambas as linhas de pesquisa, sendo 47 (quarenta e sete) referentes à linha 1, e 48 (quarenta e oito) referentes à linha 2. Dos candidatos que pleitearam vaga na linha 1, dois foram nossos alunos, sendo que, um deles, optou pela vaga reservada à candidatos

⁴² As provas do certame foram aplicadas no prédio da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense localizado à Rua Tiradentes, nº19, Ingá, Niterói – conforme disposto no edital de seleção.

autodeclarados negros; já da linha 2, quatro candidatas foram nossas alunas⁴³ no Pré-Pós Dr. Luiz Gama, e outra participou não como aluna, mas como instrutora do projeto, perfazendo um saldo total de sete candidatos que participaram efetivamente da iniciativa do Pré-Pós Dr. Luiz Gama. Nesse sentido, em termos gerais, apenas um candidato oriundo do Pré-Pós Dr. Luiz Gama efetivamente se inscreveu no certame pela reserva de vagas. Curiosamente, esse mesmo candidato não compareceu no dia da prova de conhecimentos, de modo que terminou por desclassificado do processo seletivo.

Já no momento de aplicação das provas, as questões foram sorteadas por candidatos escolhidos na hora pelo professor Saddy. Nesse momento, além de me atentar ao conteúdo do que seria de fato cobrado nas questões, também parei um momento para observar o que estava acontecendo ao meu redor. Percebi que naquele ambiente havia algo de muito peculiar que não me era comum outrora. Ocorreu que, pela primeira vez, desde o concurso em que me submeti como candidata ao ingresso no PPGDC, e acredito que desde que o PPGDC foi fundado, não houve um momento em que houvesse maioria esmagadora de candidatas mulheres em detrimento de candidatos homens. Isso ocorreu naquele dia. Explicando o fato em números, o saldo das inscrições foi o seguinte:

Processo Seletivo PPGDC nº1/2018	Linha de pesquisa 1	Linha de pesquisa 2	Total Geral
Inscritos no processo seletivo	Homens 16 Mulheres 31 Total: 47	Homens 20 Mulheres 28 Total: 48	Homens 33 Mulheres 59 Total: 95
Presentes na prova de conhecimentos	Homens 09 Mulheres 21 Total: 30	Homens 17 Mulheres 22 Total: 39	Homens 26 Mulheres 43 Total: 69
Ausentes na prova de conhecimentos	Homens 07 Mulheres 10 Total: 17	Homens 03 Mulheres 06 Total: 09	Homens 10 Mulheres 16 Total: 26

Quadro 6 - Inscritos, presentes a ausentes no certame nº1/2018 do PPGDC/UFF.

Logo de início notei que havia, em ambas as salas, potenciais alunos ao Pré-Pós Dr. Luiz Gama que não efetivaram a inscrição no curso. O meu questionamento, naquele momento, era o motivo dessa abstenção. Ela poderia advir de diversos fatores, como, por

⁴³ Na linha 2 não houve aluno do Pré-Pós Dr. Luiz Gama que solicitou concorrer pela reserva de vagas a candidatos autodeclarados negros.

exemplo, de que talvez não tenham tomado conhecimento da medida, por ausência de divulgação suficiente. Digo “potenciais alunos”, eis que, à primeira vista, se enquadravam naquilo que o curso buscava: atender a grupos minoritários como negros, mulheres, deficientes e indígenas. Pela lista de deferimento de inscrição (que se encontra em anexo), observa-se que, na linha de pesquisa de número 1, dos 47 (quarenta e sete inscritos), apenas três se candidataram á reserva de vagas para candidatos autodeclarados negros, sendo duas mulheres e um homem; já na linha de pesquisa de número 2, dos 48 (quarenta e oito inscritos), duas mulheres se candidataram à vaga para candidatos autodeclarados negros, e um homem se candidatou à vaga reservada a candidato com deficiência.⁴⁴ No que tange a esse total de 06 (seis) candidatos que optaram pela inscrição na reserva de vagas, apenas um deles participou dos encontros do Pré-Pós Dr. Luiz Gama (justamente um dos candidatos concorrentes pela reserva de vagas que faltou no dia da prova de conhecimentos gerais).

Analisando os dados da tabela acima não é muito complexo perceber que, por algum motivo, o número de inscrições efetivadas por mulheres foi absolutamente maior do que o número de inscrições efetivadas por candidatos homens. As inscrições femininas perfizeram um total de 62% (sessenta e dois por cento) de todas as inscrições, enquanto que os homens resultaram num saldo de 38% (trinta e oito por cento) do total das inscrições efetivadas e deferidas. Conforme o conhecimento que obtive dos concursos anteriores, é a primeira vez que algo parecido acontece no certame do PPGDC, sendo que, o máximo que ocorreu foi uma relativa paridade de inscrições entre ambos os gêneros, mas, sempre com predominância do masculino.

Mais do que os dados relativos às inscrições deferidas, o número de mulheres presentes no certame, em comparação ao número de homens, também foi consideravelmente maior, mantendo o percentual de 62% (sessenta e dois por cento), contra 38% (trinta e oito por cento) de homens que compareceram para efetivação da prova de conhecimentos. Ainda com base na análise dos dados da tabela, é possível ver que o índice de candidatos inscritos que não compareceram foi extremamente alto. Dos 95 (noventa e cinco) candidatos que tiveram suas inscrições deferidas, apenas 69 (sessenta e nove) compareceram no dia da prova de conhecimentos, perfazendo um montante de aproximadamente 27% (vinte e sete por cento) de abstenções. Muitos questionamentos pairaram sobre o(s) motivo(s) pelo(s) qual(ais) o número de desistentes foi tão alto, e, a primeira coisa que saltou aos olhos tenha sido, talvez,

⁴⁴ Observa-se que no documento disponibilizado pelo site do PPGDC, o qual está presente em anexo, há equívoco no que tange a repetição de alguns nomes de candidatos na lista de inscrições deferidas.

os termos mais rígidos desse edital de seleção, em comparação com os anteriores. O tema do edital será melhor esmiuçado em tópico seguinte.

Em que pese o contentamento em ver aquelas salas repletas de candidatas mulheres, também permanecia o questionamento sobre o motivo pelo qual aqueles candidatos que estavam concorrendo à reserva de vagas (em ambas as modalidades: negros e deficientes) não participaram do Pré-Pós Dr. Luiz Gama. Como não era a minha intenção passar por cima da impessoalidade do processo seletivo, optei por não fazer nenhum tipo de abordagem aos mesmos. Seria mais prudente esperar que o resultado final do certame fosse divulgado, para que, dessa forma, fosse possível algum tipo de contato nesse sentido com os participantes, ou seja, haveria de esperar mais tempo para, talvez, conseguir essas respostas.

Tudo ocorreu como o esperado no período da manhã, e assim também o foi no período da tarde, no qual seriam aplicadas as provas de idiomas, não havendo desistência de candidatos que, por ventura, viessem a participar da prova de conhecimentos no período da manhã, e não voltar após o horário de almoço, entre provas, para o teste de línguas que seria efetuado no período da tarde - salvo os previamente dispensados de fazer a prova de idiomas, eis que apresentaram o devido comprovante de proficiência. Em outras palavras, dos 69 (sessenta e nove) candidatos que realizaram a prova de conhecimentos gerais pela manhã, também 69 (sessenta e nove) candidatos foram avaliados quanto ao quesito de língua estrangeira.

Apenas 09 (nove) dos 69 (sessenta e nove) candidatos foram isentos de realizar a prova de idiomas⁴⁵, sendo somente uma delas era candidata concorrente pela reserva de vagas para autodeclarados negros. Também importante salientar que, dos 06 (seis) concorrentes totais pela reserva de vagas que tiveram a inscrição deferida, 02 (dois) não compareceram à prova de conhecimentos gerais, restando um saldo de 04 (quatro) candidatos concorrendo pela reserva de vagas (três pela reserva de vagas racial, e um pela reserva de vagas para deficientes).

A relação de candidatos selecionados para a fase das entrevistas foi disponibilizada no site do PPGDC, de forma a convocá-los a comparecer no prédio da Faculdade de Direito onde também funciona a secretaria do programa nos dias 29 e 30 de novembro de 2018 para a realização das mesmas⁴⁶. A análise dos documentos dos candidatos far-se-ia na mesma data, os quais deveriam ser entregues em formato impresso e encadernado para a banca de avaliação. Alguns instrutores do Pré-Pós Dr. Luiz Gama participaram como apoio

⁴⁵ Documento em anexo.

⁴⁶ Documento em anexo.

organizacional na realização dessa fase do processo seletivo. Foram dois dias dedicados à essa fase (29 e 30/11/2018), onde a banca avaliaria diversos quesitos dos participantes, como, conforme o edital do certame:

5.14 A pontuação da prova de entrevista seguirá os parâmetros abaixo referenciados, sendo obrigatoriedade de o candidato manifestar-se sobre cada um deles. As notas serão atribuídas aos candidatos de modo individual por cada professor integrante da Banca Examinadora da Prova Oral.

No primeiro dia de entrevistas foram convocados 15 (quinze) candidatos que obtiveram nota mínima 07 (sete) na fase da prova de conhecimentos. Já no segundo dia de entrevistas, foram chamados 19 (dezenove) candidatos, totalizando um grupo de 34 (trinta e quatro) candidatos que passaram para a prova de entrevistas no certame de seleção do PPGDC.⁴⁷ Curiosamente, uma das candidatas aprovadas para a fase de entrevistas foi monitora do Pré-Pós Dr. Luiz Gama e, outras três foram alunas do preparatório. Entretanto, após o resultado dessa fase, apenas duas alunas do Pré-Pós Dr. Luiz Gama foram aprovadas para o ingresso no PPGDC, turma 2019⁴⁸.

Aspectos como a capacidade do candidato de defender o seu anteprojeto de dissertação e a capacidade do candidato de expressar seus comentários e posicionamentos de forma coerente e coesa, demonstrando fluência no discurso acadêmico eram os requisitos que possibilitavam maiores pontuações a cada candidato (máximo de 2 pontos em cada item). Outros aspectos, como por exemplo argumentar sobre uma justificativa plausível para ingresso no curso e conhecimento do candidato quanto à área de concentração escolhida também faziam parte da tabela avaliativa à qual a banca estava adstrita, entre outros.

A nota final dos candidatos nessa fase seria a média aritmética das notas que cada professora atribuía a cada critério pré-definido. O resultado da fase de entrevistas, e, portanto, o resultado preliminar do concurso, antes de aberto o prazo para os recursos, fez um total de 19 (dezenove) aprovados, das 20 (vinte) vagas disponibilizadas em edital. Aparentemente, deixou-se de preencher uma vaga eis que nenhum outro candidato atingiu média o suficiente para tanto (o mínimo de 07 pontos nas provas de conhecimentos e de entrevista).

⁴⁷ANEXO C – Lista dos convocados para a fase de entrevistas do PPGDC.

⁴⁸O resultado preliminar pós entrevistas sinalizava que vinte candidatos haviam sido classificados no certame do PPGDC/UFF; Entretanto, após a divulgação da supracitada relação, uma outra lista de classificados foi postada no site do programa, na qual se fazia retificação à anterior. Nessa nova lista, apenas 19 (dezenove) candidatos constavam como classificados, eis que uma candidata, há que se dizer, uma das que participou das aulas do Pré-Pós Dr. Luiz Gama, foi considerada “eliminada”, eis que sua nota na fase da entrevista foi de 6,22, e não 7,00 (o mínimo para ser considerado apto nessa fase).

Como dito anteriormente, duas alunas que participaram das aulas do Pré-Pós Luiz Gama foram aprovadas em todas as fases do certame. Entretanto, nenhuma delas concorreu por reserva de vagas às minorias (negros, deficientes e indígenas). Em contrapartida, duas mulheres foram aprovadas pela reserva de vagas destinada à candidatos autodeclarados negros. Por alguma razão ainda desconhecida elas não participaram das aulas do projeto Pré-Pós Dr. Luiz Gama⁴⁹. O candidato chamado para a prova de entrevista que concorria para a vaga reservada para deficientes acabou por não aprovado nessa fase – ele tampouco participou das aulas do projeto, entretanto, obteve uma nota consideravelmente alta na fase da prova de conhecimentos.

Após as entrevistas, fase final na qual seria feito o somatório de todas as notas que os candidatos obtiveram durante o certame, foi disponibilizado no site do programa a relação das notas dos candidatos nessa fase (no dia 04/10/2018). Foi então, após alguns trâmites burocráticos de praxe em certames de concursos públicos, aberto o prazo para a interposição de recursos quanto essa fase do processo de seleção. Os candidatos teriam um prazo e cinco dias para contestarem suas notas, de modo que a resposta recursal seria efetivada até o dia 12/12/2018. Ainda neste aviso estava previsto que o resultado final, de todas as fases do processo seletivo, seria disponibilizado no site do programa, na data de 18/12/2018.

Na data de 13/12/2018 foi disponibilizado no site do programa um informativo acerca da composição da banca de avaliação dos recursos provenientes de candidatos ao ingresso no PPGDC, conforme segue:

Avaliador	Impetrantes
André Saddy	Luiza Deschamps Cavalcanti Moreira Tania de Sousa Elias
Clarissa Maria Beatriz Brandão de Carvalho Kowarski	Ana Carolina de Azevedo Caminha Bárbara Albino Maciel Bruna Jakobi, Jaquelina Leite da Silva Mitre Leonardo Oliveira Tognoc
Giulia Parola	Luciano Rosa Vicente

⁴⁹ As supracitadas candidatas, como dito anteriormente, acabaram por não participar das aulas do Pré-Pós Dr. Luiz Gama por algum motivo que, infelizmente, não tive meios para descobrir. Tendo em vista as fases do processo seletivo ainda estavam em curso, não pude e não consegui nenhum meio de contato com tais candidatas. Ademais, na minha concepção, estando a seleção em curso, caso eu contatasse qualquer candidato poderia incorrer em violação da impessoalidade do certame. Por esses motivos achei por bem não o fazer.

	Maria Magdalena Grego Moren
Marcus Fabiano Gonçalves	Marilha Bolt
Mônica Paraguassu Correia da Silva	Thiago Luiz dos Santos Queiroz

Quadro 7 – Designação de Composição de Banca para avaliação de recursos impetrados contra o resultado da etapa de entrevistas

Ao compararmos os dados da tabela de resultado provisório após as entrevistas com a tabela de designação de composição da banca de avaliação dos recursos impetrados contra o resultado da etapa das entrevistas, percebe-se que, dos 14 (quatorze) candidatos que foram eliminados nessa etapa, 10 (dez) impetraram recurso contra suas notas na entrevista, e uma candidata que foi considerada “classificada” também o fez, eis que ocupava a 20^a (vigésima) classificação. Geralmente candidatos aprovados nas últimas colocações também impetram recurso contra a decisão de suas notas, eia que, caso algum outro recurso seja admitido, correm sério risco de não conseguirem manter sua classificação anterior, perdendo, assim, o posto de classificado dentro do número de vagas disponíveis.

Cinco professores do programa ficaram encarregados de analisar os onze recursos impetrados contra as notas da etapa das entrevistas. A decisão sobre quem avaliaria cada recurso ficou a cargo da decisão particular dos docentes, e também não foi feita de maneira uniforme: enquanto que alguns ficaram encarregados apenas da análise de um recurso, outros chegaram a avaliar cinco recursos. Duas alunas que participaram, do Pré-Pòs Dr. Luiz Gama impetraram recurso junto à coordenação do Programa. Até a presente data (20/01/2019), não houve divulgação do resultado dos recursos no site do PPGDC/UFF.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde que adentrei ao Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense, na qualidade de discente, volta e meia batia uma insegurança sobre a minha capacidade ou não em desenvolver um trabalho acadêmico que teria como requisito articular autores em consonância com alguma temática jurídico-social. Esse era um sentimento mútuo, meu e de meus colegas de turma, já que, logo nas primeiras aulas, a necessidade de empenho e comprometimento acadêmico era bastante frisada.

À primeira vista, um prazo de dois anos parece razoável para a articulação de uma escrita baseada no que seria desenvolvido nas aulas. Entretanto, desde o princípio me dei conta de que, o quanto eu pudesse adiantar o trabalho, mais tranquilo seria para mim posteriormente, já que, mal havia iniciado o mestrado, já estávamos no segundo semestre de curso – e assim foi até hoje – quase dois anos depois do primeiro dia de aula.

Hoje me sinto satisfeita por, desde o princípio, me atentar e filtrar tudo aquilo que acreditava que seria interessante para que eu pudesse iniciar minha escrita, mesmo sem ainda ter uma ideia concreta sobre o que eu iria abordar. A única coisa de que tinha certeza era de que queria falar de algo que englobasse as minorias e o acesso a educação. Mas sem um recorte maior. Como o PPGDC estava se preparando para realizar o seu primeiro certame com reserva de vagas para negros e índios, para o ano seguinte, turma de 2018, resolvi que talvez esse fosse o mote ideal.

Nesse sentido, continuei perseguindo bibliografias que tratassem de assuntos correlatos, bem como persisti nos questionamentos sobre qual seria meu objeto central, o que se tornou um verdadeiro exercício reflexivo. Mesmo após a minha qualificação, as questões ainda eram muitas sobre se realmente era naquele sentido e/ou abordagem que eu deveria continuar. Comecei, então, a observar a importância da reserva de vagas no ambiente acadêmico, bem como comparar tais medidas em outros programas da UFF que já haviam adotado esse procedimento de seleção em seus certames. A maioria, senão todos os que tive ciência, eram da área de humanas, área a qual também abarca a maior variedade de culturas, raças e identidades (em uma análise empírica e imediata). Por essa razão, tive a sensação de que a adoção dessa política pelo Programa de Direito, apesar de se encaixar na categoria dos cursos de humanidades, era muito significativa, haja vista que sempre se tratou de um curso estigmatizado como elitista, restrito e tradicional.

Com o norte da pesquisa mais definido, pude recorrer a grupos de discussão da temática minoritária nos campus da UFF. Para minha surpresa, encontrei um bem próximo de mim: o Coletivo Direito Popular, idealizado pelos alunos da Faculdade de Direito. Àquela época, meados de 2017, eles contavam com grupos de discussão e rodas de debates acerca de diversas temáticas as quais não se viam serem discutidas daquela forma, naquele ambiente (pelo menos não na minha experiência de cinco anos de graduação). Comecei a colaborar com as iniciativas e, em 2018 as ambições eram maiores. A ideia era elaborar um curso preparatório para as provas do ENEM, totalmente gratuito, direcionado à população

periférica. O curso foi batizado de “Pré-vestibular Dr. Luiz Gama”, e teve suas atividades iniciadas no segundo semestre de 2018.

Foram nesses acontecimentos que me baseei para, com o apoio de toda a equipe do Coletivo Direito Popular, fundar o Pré-Pós Dr. Luiz Gama – curso que foi ministrado por mim e mais alguns colegas de mestrado, como fomento ao ingresso periférico no PPGDC/UFF, para além da reserva de vagas. Após divulgação por meio das redes sociais, como também divulgação presencial em faculdades particulares de direito em Niterói, o curso teve início em setembro de 2018, depois da divulgação do respectivo edital do certame. Desde o início dessa etapa eu percebi que seria complexo angariar alunos com o perfil desejado (mulheres, negrxs, LGBT, deficientes, índios, etc), eis que, desde a fase de divulgação, a maioria dos que procuravam pelo curso não tinham esse perfil. Entretanto, optei por não excluir ninguém que tinha o desejo de participar das aulas.

Com o início das aulas a minha suspeita foi confirmada. Havia apenas quatro alunos que se autodeclaravam negros na turma – sendo três homens e uma mulher, a qual, infelizmente, frequentou apenas um encontro, já que não havia concluído ainda a sua graduação e estava ali para ter uma ideia de como funcionava a dinâmica de uma preparação para ingresso no mestrado. Os encontros foram poucos, eis que também foi pouco o tempo entre a divulgação do edital e a aplicação da primeira fase de provas. Talvez esse também tenha sido um ponto que acabou por prejudicar a divulgação da iniciativa, culminando no baixo número de pessoas que foram atingidas pela divulgação. Em que pese o número de pessoas autodeclaradas negras fosse baixo, maior foi o número de autodeclarados periféricos, mesmo que isso significasse, para os que os assim se declararam, residir em regiões próximas à periferia. As justificativas para a autodeclaração como periférico foram das mais variadas, mas, como dito anteriormente, nenhum tipo de distinção foi feita quanto a quem manifestasse interesse em participar na qualidade de aluno do Pré-Pós Dr. Luiz Gama.

Desde o princípio os questionamentos com base na dúvida sobre se o público-alvo seria atingido ou não, foram muitos. Inclusive, pensei em alguns momentos se não seria mais viável desistir ou realizar um trabalho “apenas” teórico, sem a parte empírica. Houve situações nas quais refleti sobre a complexidade de se realizar uma pesquisa participativa, e as dúvidas quanto ao tempo para realizá-la, bem como se haveria de fato apoio para tanto. Todas essas questões tiraram um pouco do meu sono em algumas noites, e a decisão tinha de ser rápida, já que o tempo não dava trégua. Na certeza de que aquela ação poderia fazer a

diferença na vida de algumas pessoas, ainda que somente de uma pessoa, com certeza já era motivo o suficiente para que eu não abandonasse a causa na qual eu acreditava.

Muitos opinaram no sentido de que relizar apenas um curso de fomento pontualmente era muito pouco, sugerindo que talvez a medida não continuasse, ou que perderia força, ou que eu deveria ir além, me aprofundando mais nas categorias e na questão relativa ao quê, de fato, esses tais periféricos que adentraram ou que adentrassem no PPGC (ou em qualquer outro Programa) iriam produzir de relevante para a comunidade, em consonância com a sua situação de negro, periférico, LGBT, índio, deficiente, etc

Eu compreendi as críticas e os pontos que as embasaram. Permaneci também por um bom tempo tentando exercitar o que tudo aquilo significava, e o que de fato eu estava propondo. Também refleti por um tempo considerável sobre como eu iria ou não impactar a vida das pessoas, de algum modo. O aspecto da correlação empírico-categórica, creio que consegui articular. Desde o princípio do trabalho utilizei autores conhecidos da teoria crítica para embasar todo o aparato metodológico de elaboração da dissertação. Autores que, inclusive, conforme exposto nos primeiros tópicos de exposição do trabalho, defendem veementemente a elaboração de uma pesquisa científica baseada no concreto e na materialização do discurso, de modo a dar grandes brechas à inclusão de um viés participante e ativo na pesquisa.

Já na parte em que de fato inicia o desenvolvimento do meu objeto de pesquisa, não deixei de lado as categorias que gostaria de utilizar. Foram priorizados principalmente autores negrxs na escrita desta dissertação, os quais obviamente tratavam dessa questão com primazia e lugar de fala, de modo descolonial – que é um avertente a qual defendo e acredito na sua legitimidade. Não poupeo esforços para tentar concatenar e entrelaçar as ideias de cada autor, sem deixar de lado todo o arcabouço teórico que recebi não somente durante as leituras do mestrado, mas sim, durante toda a minha vida.

Superada a fase das indagações teórico-metodológica e a relativa ao desenvolvimento das categorias, permaneceu em minha mente o questionamento acerca da perpetuação ou não daquela iniciaiva que eu estava propondo, bem como sobre se, caso esta lograsse êxito, quais seriam as repercussões, em termos acadêmicos, daqueles indivíduos periféricos que ocupariam aquelas cadeiras. Vale dizer: essas pessoas continuariam falando sobre a periferia, a negritude, as questões LGBTs, sobre o contexto indígena e/ou sobre as pessoas portadoras de necessidades especiais? De maneira imediata eu responderia que não há como prever esse tipo de coisa. A subjetividade dos indivíduos que adentram em um espaço acadêmico é

imensa. Cada um tem a sua realidade, as suas vivências e ânsias, por mais que façam parte deste ou daquele grupo.

Quero dizer que, por mais que seja legítima essa preocupação, eu não teria como, em nenhuma medida, vislumbrar o que ocorreria com essas pessoas após a sua aprovação no certame. Mesmo que os potenciais candidatos adentrassem com projetos de pesquisa que, por ventura, tratassem dessas questões, as chances de mudança também seriam uma grande realidade a ser considerada. Aliás, é de praxe que os projetos mudem totalmente após a entrada em um programa de mestrado. Nesse quase dois anos em que fui aluna do PPGDC, sem contar o fato de que, desde que o programa foi instituído, pouquíssimos negrxs⁵⁰ passaram por lá (falo com base em relatos de professores da casa que estiveram ministrando aulas desde o início do PPGDC), poucos foram os alunos que, sendo pertencentes às categorias minoritárias, abordaram exatamente essa questão em suas dissertações.

Da turma que tive maior contato além da minha própria turma, a de 2018, inclusive a pioneira a adotar a política de reserva de vagas no PPGDC, os três alunos que adentraram com a ajuda das ações afirmativas não vislumbravam falar sobre suas questões em seus projetos. Na minha visão isso pode ser considerado positivo, visto que, não é porque eu sou pertencente à determinada categoria, que tudo o que eu faço ou não faço tenha que ter estreita relação com esse pertencimento. Eu creio na liberdade de escolha, e, pautar a iniciativa ou não de um curso de fomento ao ingresso periférico, baseado em requisitos como este, está, a meu ver, fora de questão. Por esse motivo, a minha ideia era e continuou sendo a ideia de FOMENTO AO INGRESSO dessas parcelas sociais estigmatizadas.

Conforme abordado no decorrer da dissertação, algumas alunas que participaram do Pré-Pós Dr. Luiz Gama foram aprovadas em todas as fases do certame de ingresso ao PPGDC/UFF para o ano letivo de 2019. Isso por si só já trouxe grande felicidade não só a mim, mas à toda equipe que participou desse projeto, me apoiando em cada ideia. Apenas esse fato já seria o suficiente para eu dizer que tudo foi um sucesso – ajudamos essas pessoas a atingirem o seu sonho de adentrar em um curso de pós-graduação em uma universidade federal. É claro que, se houvesse tempo hábil, talvez um maior número de pessoas tivesse sido atingida pela oferta do curso, e, quem sabe, mais alunos seriam aprovados. O que eu quero que fique claro é que, mesmo para aqueles que não tiveram total êxito nas fases do processo seletivo, todo o empenho que dispuseram em participar dos encontros, e em dividir suas experiências conosco, já foi motivo o bastante para que eu me sinta grata e satisfeita.

⁵⁰ Aqui exemplifico com a questão negra, eis que é a mais próxima da minha realidade.

Eu não tenho dúvidas de que ações como essa não irão cessar. Estamos vivendo momentos de mudanças consideráveis, nos quais as pessoas, em especial aquelas que sempre foram alvo de preterimentos, estão se dando conta de seu poder, de sua ancestralidade, de seu valor, de sua força. Vi de perto vários exemplos de medidas sociais oriundas especialmente do meio acadêmico, graduandos e pós-graduados, no sentido de incentivar que esse público saia de um papel passivo, empenhando esforços e, efetivamente, se coloquem como protagonistas de suas histórias, ocupando espaços que lhes são por direito, e não cedidos por benevolência alheia.

Grande exemplo disso foram as ações do Coletivo Direito Popular, que, por sinal, dado o sucesso de sua anterior empreitada, estendeu o Pré-Vetibular Dr. Luiz Gama para o ano letivo de 2019, de modo que as aulas já se iniciaram para que todos aqueles oriundos da periferia possam ter maiores chances de adentrar ao ensino superior por meio do ENEM. Outros exemplos são as medidas similares de fomento ao ingresso periférico que ocorrem em vários programas de pós-graduação em todo o Brasil. Eu vivenciei o exemplo do PPGA/UFF, o qual, em 2017 efetuou uma medida de fomento ao ingresso negro em seu programa, por meio de oficinas direcionadas ao certame, bem como o exemplo próximo do PPGSD/UFF, o qual ganhou bastante destaque com a política de reserva de vagas para trans.

Ao final do processo seletivo do PPGDC, observei que as candidatas aprovadas pela reserva de vagas não chegaram a ser alunas do Pré-Pós Dr. Luiz Gama. Ao mesmo tempo em que fiquei muito orgulhosa por elas, me perguntei por qual motivo isso não teria ocorrido. Tudo ficou apenas na seara das especulações, eis que, como disse no decorrer da dissertação, não pude ter maior contato com os candidatos, por risco de violação ao processo do certame. O momento certo para fazer tal abordagem seria agora, assim que o ano letivo se iniciasse, em março de 2019. Entretanto, este será exatamente o momento em que entregarei a minha dissertação finalizada para a banca avaliadora. Nesse sentido, a resposta desse e de outros questionamentos mais, que, por ventura, terminaram por não ser respondidos nesse trabalho, ficam reservados para uma outra oportunidade – sendo também uma brecha para a continuidade da pesquisa.

O saldo, em linhas gerais, foi extremamente positivo. Me impressiono em como cresci enquanto pessoa nesse período de mestrado – especialmente no que tange ao desenvolvimento de habilidades de fala em público, escrita, leituras e articulações críticas. Também tive a oportunidade de conhecer pessoas maravilhosas que muito contribuíram para esse resultado final. Me tornei, para além de “professora” dos meus alunos do Pré-Pós, sua amiga e maior

incentivadora, com a qual poderiam contar para o que fosse. Particpei de diversos eventos como palestrate e também como ouvinte, e tenho a sensação de que, cada um deles, por menor que seja a relação com a temática que desenvolvi enquanto objeto de pesquisa, foram se juntando, grão-em-grão, para compor essa escrita final. Terminei com a sensação de dever cumprido, e espalhando gratidão a todos os envolvidos. Muito ainda está por vir!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASANTE, Molefi Kete. *Afrocentricity*. John Wiley & Sons, Inc., 2009.

_____. **Afrocentricidade: a teoria da mudança social**. Philadelphia: Ed. Afrocentricy Internacional, 2014.

BALDI, César Augusto. Novo constitucionalismo latino-americano: considerações conceituais e discussões epistemológicas. In: WOLKMER, Antonio Carlos; CORREAS, Oscar (Orgs.). **Crítica jurídica na América Latina**. México: Editora ??, 2013, p. 90-207.

BARBOSA, Maria Lúcia. Reflexões sobre a Colonialidade Epistêmica e o Sexismo Acadêmico Presentes nas Universidades Brasileiras nos Cursos de Direito. **Empório do Direito**. 2017. Disponível em: <<http://emporiododireito.com.br/as-universidades-como-estruturas-de-manutencao-da-colonialidade-epistemica-e-do-sexismo-academico-por-marialucia-barbosa/>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1999.

BELLO, Enzo; OLIVEIRA, Mara. O método do materialismo histórico e dialético no cenário atual da pesquisa científica no Brasil. In: BELLO, Enzo; ENGELMANN, Wilson. (Orgs.). **Metodologia da pesquisa em Direito**. Caxias do Sul: EDUCS, 2015, p. 32-48. Disponível na internet em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook_metodologia_da_pesquisa.pdf.

BELLO, Enzo. **A cidadania no constitucionalismo latino-americano**. Caxias do Sul: Educs, 2012.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Notas sobre a expressão da branquitude na instituições. In: BENTO, Maria Aparecida (org.). **Identidade, branquitude e negritude: contribuições para a psicologia social no Brasil**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

BRAGATO, Fernanda Frizzo, SANTOS, André Leonardo Copetti e LUCAS, Douglas Cesar (Orgs.). **Pós-colonialismo, pensamento descolonial e direitos humanos na América Latina**. Santo Ângelo: FURI, 2015.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 02 de
jul. de 2017.

CARVALHO, José Jorge de. **Inclusão Ética Racial no Brasil**: A questão das cotas no ensino superior. São Paulo: Attar, 2005.

CASTILHO, Natalia Martinuzzi. A importância do pós-colonialismo e dos estudos descoloniais na análise do novo constitucionalismo latino-americano. In: BELLO, Enzo; VAL, Eduardo Manuel (Orgs.). **O pensamento pós e descolonial no novo constitucionalismo latino-americano**. Caxias do Sul: Educs, 2014.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. Ciências sociais, violência epistêmica e o problema da “invenção do outro”. In: LANDER, Edgardo (Org). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. Decolonizar la universidad. La hybris del punto cero y el diálogo de saberes. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago e GROSFOGUEL, Ramón (eds.). **El giro decolonial: Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: IescoPensar-Siglo del Hombre Editores, 2007.

CONTINS, Marcia; SANT'ANA, Luiz Carlos. O movimento negro e a questão da ação afirmativa. **Estudos Feministas**, v. 4, n. 1, p. 209, 1996.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra a corrente**: ensaios sobre democracia e socialismo. São Paulo: Cortez, 2000.

CRENSHAW, Kimberlé W. **Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum, p. 139-167, 1989.

CURIEL, Ochy. **Género, raza, sexualidad: debates contemporáneos.** Colombia: Universidad del Rosario. Disponível em: <http://www.urosario.edu.co/urosario_files/1f/1f1d1951-0f7e-43ff-819f-dd05e5fed03c.pdf, 2014>. Acesso em 04 de julho de 2017.

_____. **De las identidades a la imbricación de las opresiones. Desde la experiencia.** In: Encrespando. Anais do I Seminário Internacional: Refletindo a Década Internacional dos Afrodescendentes (ONU, 2015-2024) / FLAUZINA, Ana; PIRES, Thula (org.). Brasília: Brado Negro, 2016, p. 75-89.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

DE HOLANDA, Sérgio Buarque; EULÁLIO, Alexandre; RIBEIRO, Leo Gilson. **Raízes do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

DE SOUSA SANTOS, Boaventura; SANTA CRUZ DE LA SIERRA, Bolivia. **La reinención del Estado y el Estado plurinacional.** Alianza Interinstitucional CENDACEJIS-DEDIB, 2007.

DO NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo.** Petrópolis: Vozes, 1980.

DOS SANTOS, Jocélio Teles (Ed.). **O impacto das cotas nas universidades brasileiras (2004-2012).** Cidade: Centro de Estudos Afro-Orientais-CEAO, 2013.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico.** São Paulo: Martin Claret, 2011.

DUSSEL, Enrique. **Ética da libertação: na idade da globalização e da exclusão.** Petrópolis: Vozes, 2002.

FALBO, Ricardo Nery. A contribuição da Teoria Crítica para o Direito. In: BELLO, Enzo; ENGELMANN, Wilson. (Orgs.). **Metodologia da pesquisa em Direito**. Caxias do Sul: EDUCS, 2015, p. 15-31. Disponível na internet em: https://www.ucs.br/site/midia/arquivos/ebook_metodologia_da_pesquisa.pdf.

FALS BORDA, Orlando. **Es posible una sociología de la liberación y por un conocimiento vivencial**. In: Ciencia propia y colonialismo intelectual: Los nuevos rumbos. Bogotá: Carlos Valencia Editores, 1987.

FANON, F. **Os condenados da terra** (The wretched of the earth). 1979.

_____. **Sobre o pretense complexo de dependência do colonizado**, In: Idem. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1965.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17^a. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, v. 3, 1987.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. Univ of California Press, 1986

GEHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Ed. Atlas SA, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOMES, Joaquim B. Barbosa. **Ação afirmativa & princípio constitucional da igualdade**. Rio de Janeiro: Renovar, 2001.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, n. 92/93, jan./jun., 1988.

_____. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Luiz Antonio Silva, Movimentos sociais, urbanos, memórias étnicas e outros estudos, Brasília, ANPOCS (1983).

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. **Democracia racial: o ideal, o pacto e o mito**. São Paulo. Novos Estudos Cebrap, p. xx-xx, 2001.

_____. **Políticas públicas para a ascensão dos negros no Brasil: argumentando pela ação afirmativa**. Afro-Ásia, n. 18, 2017.

GUSTIN, Miracy B. S. e DIAS, Maria T. F. **(Re)Pensando a pesquisa jurídica: teoria e prática**. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

HERRERA FLORES, Joaquim. **A reinvenção dos direitos humanos**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

_____. Direitos humanos, interculturalidade e racionalidade de resistência. Florianópolis: **Seqüência**, v. 23, n. 44, UFSC, 2002.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOKHEIMER, M. **Teoria tradicional e teoria crítica**. São Paulo: Abril Cultural, 1980. (Coleção Os Pensadores).

IASI, Mauro Luis. **Ensaio sobre consciência e emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IESP, Instituto de Estudos Sociais e Políticos -. **GEMAA: Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa** - GEMAA. 2017. Disponível em: <<http://gemma.iesp.uerj.br/>>. Acesso em: 07 de julho de 2017.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1976.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

LEONEL JÚNIOR, Gladstone. **O novo constitucionalismo latino-americano: um estudo sobre a Bolívia**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015.

MARX, Karl. **Glosas Críticas Marginais ao Artigo “O rei da Prússia e a reforma social”**. Cidade: Editora, 2010.

MEC. **Portaria Normativa nº 13, de 11 de maio de 2016. Dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências**. Brasília: CAPES, 2016.

Disponível

em:

<<https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/12052016PORTARIA-NORMATIVA-13-DE-11-DE-MAIO-DE-2016-E-PORTARIA-N-396-DE-10DE-MAIO-DE-2016.pdf>>. Acesso em 07 de julho de 2017.

MENEZES, Paulo Lucena de. **Ação afirmativa (*affirmative action*) no direito norteamericano**. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 2001.

MIGNOLO, Walter. Desobediência Epistêmica: A opção descolonial e o significado de identidade em política. In: **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade**, n. 34, 2008.

_____. **Desobediencia Epistémica: Retórica de la Modernidad, Lógica de la Colonialidad y Gramática de la Descolonialidad**. Buenos Aires: Ediciones del Signo, 2010.

MOEHLECKE, Sabrina. Ação afirmativa: história e debates no Brasil. **Cadernos de pesquisa**, v. 117, n. 11, p. 197-217, 2002.

MOORE, Carlos Wedderburn. **Racismo & Sociedade:** Novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza edições, 2007.

MORETTI, Gianna Alessandra Sanchez. **Igualdade como Diversidade no Direito à Educação:** erradicando a discriminação étnico-racial no sistema de ensino brasileiro. Brasília: Ed. UnB, 2017.

NOGUEIRA, Simone Gibran. Políticas de identidade, branquitude e pertencimento étnicoracial. In: BENTO, Maria Aparecida (org.). **Identidade, branquitude e negritude:** contribuições para a psicologia social no Brasil. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014, p. xxxx.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira.; LIMA, Kamila Souza. As ações afirmativas de corte étnico-racial pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (2002-2013). **O Social em Questão**, v. 32, p. 19-38, 2014.

PIRES, Thula Rafaela de Oliveira. Por uma concepção Ameericana de direitos humanos. In: BRANDÃO, Clarissa; BELLO, Enzo (Orgs.). **Direitos Humanos e Cidadania no Constitucionalismo Latino-Americano.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 235-255, 2016.

QUIJANO, Aníbal. **Cuestiones y horizontes:** de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

RAMOS, Alberto Guerreiro. Patologia social do “branco” brasileiro. In: **Introdução crítica à sociologia brasileira.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Cidade: Letramento Editora e Livraria LTDA, 2018.

_____. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS MOYA, Thais; SILVÉRIO, Valter Roberto. Ação afirmativa e raça no Brasil contemporâneo: um debate sobre a redefinição simbólica da nação. **Sociedade e cultura**, v.

12, n. 2, 2009.

SANTOS, H. et al. **Políticas públicas para a população negra no Brasil**. ONU, 1999.
[Relatório ONU]

SILVA, Cidinha da (org.). **Ações Afirmativas em Educação: Experiências Brasileiras**. São Paulo: Selo Negro, 2003.

SILVÉRIO, Valter R. O papel das ações afirmativas em contextos racializados: algumas anotações sobre o debate brasileiro. In: SILVA, P. B. G.; SILVÉRIO, V. R. (Orgs.). **Educação e ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica**. Brasília: Inep, 2003.

SOWELL, Thomas. **Affirmative action around the World: An empirical Study**. New Haven: Yale University Press, 2004.

VERONESE, Alexandre. O problema da pesquisa empírica e sua baixa integração na área de Direito: uma perspectiva brasileira da avaliação dos cursos de pós-graduação do Rio de Janeiro. In: **Anais do XVI Congresso Nacional do CONPEDI**, 2007, Belo Horizonte. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007, p. 6011-6030. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/manaus/arquivos/anais/bh/alexandre_veronese2.pdf>. Acesso em 01 de julho de 2017.

WOLKMER, Antonio Carlos. Pluralismo jurídico, direitos humanos e interculturalidade.

Revista Sequência, Florianópolis/SC, n. 53, p. 113-128, dez 2006.

_____; MACHADO, Lucas. Tendências contemporâneas do constitucionalismo latinoamericano: Estado plurinacional e pluralismo jurídico. **Pensar (UNIFOR)**, v. 16, p. 371-408, 2011. Disponível em: <http://periodicos.unifor.br/rpen/article/download/2158/1759>

**APÊNDICE A - Formulário Negritude no
PPGDC/UFF**

Negritude no PPGDC/UFF

O presente formulário tem o objetivo de compreender melhor qual o posicionamento político e social do corpo discente que passou a integrar o PPGDC/UFF (turma 2018.1) a partir da implementação do primeiro certame que fez uso da política de ações afirmativas.

Qual o seu nome completo? *

Bruno Joviniano de Santana Silva

Qual o seu sexo? *

feminino

masculino

Qual a sua idade?

35

Qual a sua profissão? *

Servidor público

Quanto a autopercepção racial, você se considera: *

Preta(o)

Parda(o)

Indígena

Amarela(o)

Branca(o)

Outro: _____

Por qual motivo você se identifica da maneira supracitada? Exemplifique com situações que já vivenciou.*

Eu me identifico como negro, em razão da minha vinculação com a ancestralidade africana, notabilizada pela ligação com a musicalidade, comida, expressões idiomáticas. O racismo na sociedade brasileira é diário, mas sutil. Eu já sofri preconceito sutil em lojas.

Elenque o(s) motivo(s) pelo(s) qual(ais) você optou pela candidatura ao ingresso no PPGDC/UFF por meio das ações afirmativas, e não por ampla concorrência. *

Optei pelas cotas, por me considerar negro e para endossar o grandioso passo de cotas nas universidades, como meio inclusivo, de maneira a mudar um pouco o panorama hegemônico racial dos cursos de pós-graduação.

Você acredita que a abertura de reserva de vagas no PPGDC/UFF foi essencial para sua aprovação no certame? Por quê? *

Na verdade, minha pontuação me permitiu que eu passasse fora das cotas.

Você já fez uso de alguma outra política de ação afirmativa? Qual(is)? Logrou êxito no seu objetivo? *

É a primeira vez que faço uso de uma política de ação afirmativa

Deixe sua opinião sobre a possibilidade de implementação de uma política pública baseada em oficinas ministradas por discentes do programa (PPGDC) com o intuito de fomentar o ingresso da comunidade negra no ambiente acadêmico da pós-graduação do PPGDC/UFF. Você gostaria de participar de um projeto social desse tipo? *

Entendo que é um dever de solidariedade possibilitar que outras pessoas ingressem em cursos de pós graduação, possibilitando a mudança do panorama racial na pós graduação. Estou totalmente disponível para tanto.

Deixe aqui alguma observação que considere relevante para a presente pesquisa. (Experiência de vida, sugestão, crítica, etc.) *

Creio que poderia conter dados sobre a naturalidade, local onde vive, onde nasceu, escolaridade.

Você concorda com o uso das informações aqui expostas para fins de pesquisa acadêmica (uso de dados, nomes, e qualquer outro conteúdo para posterior publicação)? *

Sim

Não

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Negritude no PPGDC/UFF

O presente formulário tem o objetivo de compreender melhor qual o posicionamento político e social do corpo discente que passou a integrar o PPGDC/UFF (turma 2018.1) a partir da implementação do primeiro certame que fez uso da política de ações afirmativas.

Qual o seu nome completo? *

Rosângela Pires Lima

Qual o seu sexo? *

feminino

masculino

Qual a sua idade?

30

Qual a sua profissão? *

Estudante

Quanto a autopercepção racial, você se considera: *

Preta(o)

Parda(o)

Indígena

Amarela(o)

Branca(o)

Outro: _____

Por qual motivo você se identifica da maneira supracitada? Exemplifique com situações que já vivenciou.*

Sou Africana e sempre me identifiquei como negra, tanto pela raça, pela cultura, e pela família, tradições e costumes (somente meu pai é branco).

Elenque o(s) motivo(s) pelo(s) qual(ais) você optou pela candidatura ao ingresso no PPGDC/UFF por meio das ações afirmativas, e não por ampla concorrência.*

Porque me inseria no quadro.

Você acredita que a abertura de reserva de vagas no PPGDC/UFF foi essencial para sua aprovação no certame? Por quê? *

Sim. Porque foi uma forma de acessar o programa.

Você já fez uso de alguma outra política de ação afirmativa? Qual(is)? Logrou êxito no seu objetivo? *

Não. Nunca participei de outros editais com cotas para negros. Entretanto, eu ingressei na UFF como aluna do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação, que oferece vagas limitadíssimas e foi a única forma que eu tinha de acessar a universidade.

Deixe sua opinião sobre a possibilidade de implementação de uma política pública baseada em oficinas ministradas por discentes do programa (PPGDC) com o intuito de fomentar o ingresso da comunidade negra no ambiente acadêmico da pós-graduação do PPGDC/UFF. Você gostaria de participar de um projeto social desse tipo? *

Claro. Acho super importante. O projeto, além de reforçar um direito ao ensino superior, e especialização estendido a todos, honrando as suas capacidades intelectuais, também permite aos discentes negros que já ingressaram nesse campo acadêmico, ocupar todo espaço de desejo dentro da universidade.

O projeto será importante também para criar reflexos. Quando nós, jovens estudantes observamos que há professores, pesquisadores e estudantes à frente de projetos e iniciativas de excelência, que nos representam, gera um estímulo e uma gana de chegar aonde quisermos inclusive, em ambiente acadêmico.

Deixe aqui alguma observação que considere relevante para a presente pesquisa. (Experiência de vida, sugestão, crítica, etc.) *

É importante trazer ao projeto, o colorismo.

Eu, tive muita dificuldade na hora de fazer a inscrição, e liguei para a secretaria expondo uma duvida muito cruel: apesar de nunca ter me identificado branca, a minha "leitura social" no Brasil muitas vezes é feita como tal e queria que vissem a minha foto ou que eu fosse lá pessoalmente para que me dissessem se na visão da coordenação eu encaixava na política de ação afirmativa. Eu sei quem eu sou, e nunca precisei me questionar. Mas confesso que, por não me identificar branca, parda, indígena ou amarela e sim, negra, tive uma sensação horrível de não pertencimento, no momento em que me inscrevi no sistema de cotas para negros. Se não sou negra, quem eu sou? Não sou (nada, ninguém, de lugar algum)?

Você concorda com o uso das informações aqui expostas para fins de pesquisa acadêmica (uso de dados, nomes, e qualquer outro conteúdo para posterior publicação)? *

Sim

Não

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Negritude no PPGDC/UFF

O presente formulário tem o objetivo de compreender melhor qual o posicionamento político e social do corpo discente que passou a integrar o PPGDC/UFF (turma 2018.1) a partir da implementação do primeiro certame que fez uso da política de ações afirmativas.

Qual o seu nome completo? *

MATHEUS GUIMARÃES SILVA DE SOUZA

Qual o seu sexo? *

- feminino
- masculino

Qual a sua idade?

23

Qual a sua profissão? *

Assistente Administrativo (servidor federal)

Quanto a autopercepção racial, você se considera: *

- Preta(o)
- Parda(o)
- Indígena
- Amarela(o)
- Branca(o)
- Outro: _____
-

Por qual motivo você se identifica da maneira supracitada? Exemplifique com situações que já vivenciou.*

Me considero da raça preta por causa do meu fenótipo. Na escola sempre um apelido de "preto" de forma até carinhosa por alguns colegas e nunca me importei com isso. Infelizmente já passei por situações de preconceito racial durante toda a minha vida, geralmente em estabelecimentos comerciais.

Elenque o(s) motivo(s) pelo(s) qual(ais) você optou pela candidatura ao ingresso no PPGDC/UFF por meio das ações afirmativas, e não por ampla concorrência. *

Minha opção se deu, em primeiro lugar, em virtude da maior facilidade de ingresso tendo em vista a menor concorrência. Não me sinto menos capaz do que os alunos da ampla concorrência, mas participar enquanto cotista foi importante para me motivar a estudar já que é visível a pouca presença de negros na faculdade de direito; imagina na pós-graduação em direito?!

Você acredita que a abertura de reserva de vagas no PPGDC/UFF foi essencial para sua aprovação no certame? Por quê? *

Certamente. Não necessariamente para o meu ingresso, mas para me motivar a estudar sabendo que existiria uma probabilidade maior de ser aprovado. Minha classificação no concurso foi razoavelmente boa. Fiquei em sétimo lugar, então não dependi da cota para ingressar. Mas provavelmente se não houvesse a cota eu nem tentaria pois o direito é uma área ainda fortemente elitista

Você já fez uso de alguma outra política de ação afirmativa? Qual(is)? Logrou êxito no seu objetivo? *

Sim, ingressei na graduação em direito pela UFF através das cotas, ainda que a minha nota me permitisse uma vaga pela ampla concorrência. Além disso, nos dos concursos públicos que passei como Assistente de Alunos e Assistente em Administração para o Colégio Pedro II foi através das cotas também

Deixe sua opinião sobre a possibilidade de implementação de uma política pública baseada em oficinas ministradas por discentes do programa (PPGDC) com o intuito de fomentar o ingresso da comunidade negra no ambiente acadêmico da pós-graduação do PPGDC/UFF. Você gostaria de participar de um projeto social desse tipo? *

Acho bastante interessante a ideia. Como já dito, a área do direito é bastante elitista. Predominam os alunos de sexo masculino e branco. O projeto seria então uma ótima ferramenta pra promover o debate e demonstrar para a comunidade negra que a universidade é, de fato, um ambiente plural. Eu só não participaria de imediato porque a minha rotina não comporta mais nenhuma atividade, mas apoiaria a iniciativa

Deixe aqui alguma observação que considere relevante para a presente pesquisa. (Experiência de vida, sugestão, crítica, etc.) *

Acho relevante problematizar a questão da universidade está efetivamente integrando a comunidade negra, não é possível que em um país de maioria negra seja algo exótico encontrar um negro estudando na área do direito, especialmente na pós-graduação. Fico muito feliz de ter alcançado mais um degrau e ter sido o primeiro da família da minha mãe que alcançou o diploma de nível superior e que agora está na pós. Gostaria muito que isso fosse realidade também para outros tantos jovens negros.

Você concorda com o uso das informações aqui expostas para fins de pesquisa acadêmica (uso de dados, nomes, e qualquer outro conteúdo para posterior publicação)? *

Sim

Não

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

**APÊNDICE B – Panfleto de divulgação do Pré- Pós
Dr. Luiz Gama**



COLETIVO DIREITO POPULAR APRESENTA:

PRÉ-PÓS COMUNITÁRIO DR. LUIZ GAMA

FOMENTO AO INGRESSO DAS MINORIAS AO
MESTRADO DO PPGDC/UFF

Somos um coletivo que visa a materialização do discurso e, por isso, promovemos iniciativas de ocupação dos espaços e políticas de representatividade das minorias



**INSCRIÇÕES
ABERTAS!!!**



GRATUITO!

vagas
limitadas

Prioridade na
inscrição de:

- negrxs;
- periféricxs;
- indígenas; e
- deficientes.



Maiores informações:



facebook.com/coletivodireitopopular

Início das aulas

15/09

**APÊNDICE C – Inscrição de alunos no Pré- Pós Dr.
Luiz Gama**

Inscrição de alunos / Pré-Pós Comunitário do Curso Drº Luiz Gama (PPGDC-UFF 2019)

O coletivo Direito Popular convida a todos para o Pré-Pós-Comunitário Dr. Luiz Gama, que atenderá alunos periféricos com a finalidade de prepará-los ao processo seletivo de ingresso no mestrado do Programa de Pós Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF).

Nosso curso contará com ricas discussões e debates acerca dos textos que são base do processo seletivo, aulas de inglês e espanhol, metodologia e escrita acadêmica, apresentação e oratória, círculos de cultura e debates de formação política popular.

Essa é mais uma iniciativa do Coletivo Direito Popular, responsável pelo Curso Dr. Luiz Gama, que também desenvolve o pré-vestibular para ingresso na graduação. Ambos são partes do mesmo projeto político pedagógico de luta e construção da educação jurídica popular. Somos um movimento social pautado na criticidade e na materialização dos discursos.

Este formulário destina-se à inscrição de interessados em estudar em nosso Pré-Pós Comunitário Dr. Luiz Gama.

Terão prioridade na inscrição:

- 1 - Moradores de favela ou periferia;
- 2 - Negrxs;
- 3 - Indígenas;
- 4 - Deficientes

Aula Inaugural: ocorrerá no dia 15/09 às 8h da manhã na Faculdade de Direito da UFF, seguindo por todos os sábados subsequentes, das 8h às 12h, até o dia 06/10/2018.

Aos aprovados haverá continuidade do preparatório na segunda fase.

Educação Jurídica Popular, Vem com a gente materializar seu discurso!!!

Endereço de e-mail*

cesar.preparacao@gmail.com

Nome completo *

Cesar Chaves de Araujo

Sexo: *

feminino

masculino

Nacionalidade: *

brasileira

Natural de: *

Rio de Janeiro

Você se autodeclara como: *

negro/a

pardo/a

indígena

branco/a

Outro: _____

Você se considera periférico? Por quê? *

Porque moro a 16km do Centroavante de Duque de Caxias e por compreender que este fato me excluiu de uma condição igualitária. Ademais, quem participou do Pré-vestibular para Negros e Carentes sempre vai ter este sentimento de pertencimento na sua vida.

Você mora em alguma favela? Qual? *

Moro no Pilar, bairro periférico a uma periferia, que é Caxias

Qual a renda per capita de sua família? *

Opção I

Você possui alguma deficiência? Qual? *

Não.

Data de nascimento: *

DD MM AAAA

30 / 08 / 1976

Estado Civil: *

Solteiro/a

Casado/a

Viúvo/a

Divorciado/a

Bairro *

Pilar

Cidade *

Duque de Caxias

Endereço *

Rua Antônio Carlos Pinheiro LT 24 q 01

Telefone(s) WhatsApp: *

21 9885 29179

Profissão: *

Advogado

Graduação, instituição e ano de formação: *

PUC-Rio - bolsista ação social

Possui carteira da OAB? *

Sim

Não

Exerce ou já exerceu a docência? Em caso positivo, onde e em qual disciplina?
*

Não

Linha de pesquisa a qual pretende se inscrever no PPGDC/UFF *

Linha 2

Professor orientador que pretende escolher no PPGDC/UFF: *

Giulia Parola

Se inscreveu (ou irá se inscrever) para a prova de proficiência em qual idioma?

*

Inglês

Espanhol

Francês

Italiano

Outro: _____

Qual é o seu objetivo em cursar um Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional? *

Tratar de Direitos Fundamentais Ambientais e Trabalhar com Movimentos Ambientais.

Você já possui alguma ideia para o pré-projeto? Em caso positivo, qual? *

A Tutela Ingigena e a Auto Determinação dos Povos Tutelados.

Por qual motivo você acredita no seu enquadramento como aluno/a do Pré-Pós-Popular Dr. Luiz Gama, e qual a relevância de uma politica pública como essa para você? *

Como participante e coordenador do segundo PVNC criado no Rio sei do poder de transformação de vidas e mentalidades de que projetos como esses são capazes. Parabéns.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Inscrição de alunos / Pré-Pós Comunitário do Curso Drº Luiz Gama (PPGDC-UFF 2019)

O coletivo Direito Popular convida a todos para o Pré-Pós-Comunitário Dr. Luiz Gama, que atenderá alunos periféricos com a finalidade de prepará-los ao processo seletivo de ingresso no mestrado do Programa de Pós Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF).

Nosso curso contará com ricas discussões e debates acerca dos textos que são base do processo seletivo, aulas de inglês e espanhol, metodologia e escrita acadêmica, apresentação e oratória, círculos de cultura e debates de formação política popular.

Essa é mais uma iniciativa do Coletivo Direito Popular, responsável pelo Curso Dr. Luiz Gama, que também desenvolve o pré-vestibular para ingresso na graduação. Ambos são partes do mesmo projeto político pedagógico de luta e construção da educação jurídica popular. Somos um movimento social pautado na criticidade e na materialização dos discursos.

Este formulário destina-se à inscrição de interessados em estudar em nosso Pré-Pós Comunitário Dr. Luiz Gama.

Terão prioridade na inscrição:

- 1 - Moradores de favela ou periferia;
- 2 - Negrxs;
- 3 - Indígenas;
- 4 - Deficientes

Aula Inaugural: ocorrerá no dia 15/09 às 8h da manhã na Faculdade de Direito da UFF, seguindo por todos os sábados subsequentes, das 8h às 12h, até o dia 06/10/2018.

Aos aprovados haverá continuidade do preparatório na segunda fase.

Educação Jurídica Popular, Vem com a gente materializar seu discurso!!!

Endereço de e-mail*

danielsdanko@gmail.com

Nome completo *

DANIEL DA SILVA

Sexo: *

feminino

masculino

Nacionalidade: *

Brasileira

Natural de: *

Espirito santo

Você se autodeclara como: *

negro/a

pardo/a

indígena

branco/a

Outro: _____

Você se considera periférico? Por quê? *

Sim. Nasci e fui criado no morro que hoje é chamado santa clara, localizado no Espirito Santo, vitoria, vila rubim.

Você mora em alguma favela? Qual? *

Moro na estrada da urucania - Paciencia e moro num quarto alugado em niteroi no bairro de fatima

Qual a renda per capita de sua família? *

Opção I

Você possui alguma deficiência? Qual? *

Nao

Data de nascimento: *

DD MM AAAA

27 / 01 / 1985

Estado Civil: *

Solteiro/a

Casado/a

Viúvo/a

Divorciado/a

Bairro *

Paciencia

Cidade *

Rio de janeiro

Endereço *

Rua A projetada, quadra 2, lote 14 paciencia - cep 23580-140

Telefone(s) WhatsApp: *

27999945153

Profissão: *

Desempregado aguardando receber carteira da OAB

Graduação, instituição e ano de formação: *

Direito UFF 2017

Possui carteira da OAB? *

Sim

Não

Exerce ou já exerceu a docência? Em caso positivo, onde e em qual disciplina?
*

Nao e

Linha de pesquisa a qual pretende se inscrever no PPGDC/UFF *

Teoria e Historia Constitucional e Direito Constitucional Internacional Comparado

Professor orientador que pretende escolher no PPGDC/UFF: *

Giulia parola

Se inscreveu (ou irá se inscrever) para a prova de proficiência em qual idioma?

*

Inglês

Espanhol

Francês

Italiano

Outro: _____

Qual é o seu objetivo em cursar um Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional? *

Aprimorar minha formação acadêmica e profissional e posteriormente entrar no campo da docência.

Você já possui alguma ideia para o pré-projeto? Em caso positivo, qual? *

Sim. Os desafios encontrados pelas constituições do Brasil e da América Latina face as novas demandas da população indígena.

Por qual motivo você acredita no seu enquadramento como aluno/a do Pré-Pós-Popular Dr. Luiz Gama, e qual a relevância de uma política pública como essa para você? *

Eu sou negro, periférico e é a segunda vez que tento o programa de pós-graduação, a primeira foi no PPGSD e percebi que a banca não se deu nem o trabalho de ler meu pré-projeto, fizeram perguntas fora do meu objeto de pesquisa, não achei o processo seletivo justo. Acredito que o pre-ppos Dr. Luiz Gama me ajudará nessa tarefa árdua de enfrentar o processo seletivo tão desgastante como este e apontar as minhas possíveis falhas e no que eu possa melhorar para conseguir a minha aprovação. Faço aula no mestrado como aluno especial da disciplina Direito Indígena com a professora Giulia Parola. Estou tentando de todas as formas me preparar da melhor forma possível. Certo que o pre-ppos Dr. Luiz Gama será de grande valia para minha preparação e futura aprovação.

Esta iniciativa é de suma importância para que negros ocupem esse espaço e que de alguma forma o acesso aos cursos strictu seja democratizado.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Inscrição de alunos / Pré-Pós Comunitário do Curso Drº Luiz Gama (PPGDC-UFF 2019)

O coletivo Direito Popular convida a todos para o Pré-Pós-Comunitário Dr. Luiz Gama, que atenderá alunos periféricos com a finalidade de prepará-los ao processo seletivo de ingresso no mestrado do Programa de Pós Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF).

Nosso curso contará com ricas discussões e debates acerca dos textos que são base do processo seletivo, aulas de inglês e espanhol, metodologia e escrita acadêmica, apresentação e oratória, círculos de cultura e debates de formação política popular.

Essa é mais uma iniciativa do Coletivo Direito Popular, responsável pelo Curso Dr. Luiz Gama, que também desenvolve o pré-vestibular para ingresso na graduação. Ambos são partes do mesmo projeto político pedagógico de luta e construção da educação jurídica popular. Somos um movimento social pautado na criticidade e na materialização dos discursos.

Este formulário destina-se à inscrição de interessados em estudar em nosso Pré-Pós Comunitário Dr. Luiz Gama.

Terão prioridade na inscrição:

- 1 - Moradores de favela ou periferia;
- 2 - Negrxs;
- 3 - Indígenas;
- 4 - Deficientes

Aula Inaugural: ocorrerá no dia 15/09 às 8h da manhã na Faculdade de Direito da UFF, seguindo por todos os sábados subsequentes, das 8h às 12h, até o dia 06/10/2018.

Aos aprovados haverá continuidade do preparatório na segunda fase.

Educação Jurídica Popular, Vem com a gente materializar seu discurso!!!

Endereço de e-mail*

carlosjosesalles@gmail.com

Nome completo *

Carlos José Salles da Silva

Sexo: *

feminino

masculino

Nacionalidade: *

Brasileiro

Natural de: *

São Gonçalo

Você se autodeclara como: *

negro/a

pardo/a

indígena

branco/a

Outro: _____

Você se considera periférico? Por quê? *

Eu me considero periférico tendo em vista o local onde cresci, onde ainda resido, e o total descaso do Estado em promover políticas públicas que pudessem impactar de forma efetiva a vida das pessoas que aqui residem. Essa ausência é traduzida através dos milhares de exemplos de violências cometidas contra jovens, ausência de oportunidades, falta de investimento em infraestrutura, transporte, saneamento, saúde e educação etc.

As pessoas que aqui residem vivem em uma realidade paralela ao Estado que não provê sequer o mínimo.

Você mora em alguma favela? Qual? *

Não.

Qual a renda per capita de sua família? *

Opção I

Você possui alguma deficiência? Qual? *

Não.

Data de nascimento: *

DD MM AAAA

18 / 11 / 1991

Estado Civil: *

Solteiro/a

Casado/a

Viúvo/a

Divorciado/a

Bairro *

Vista Alegre

Cidade *

São Gonçalo

Endereço *

Rua Bernardino Lopes Machado, 128, Cep.: 24.723-275

Telefone(s) WhatsApp: *

(21) 99195-1627

Profissão: *

Advogado

Graduação, instituição e ano de formação: *

Direito/IBMEC (PROUNI)/12/2015

Possui carteira da OAB? *

Sim

Não

Exerce ou já exerceu a docência? Em caso positivo, onde e em qual disciplina?
*

Nunca exerci a docência. Apenas fui monitor durante três semestres.

Linha de pesquisa a qual pretende se inscrever no PPGDC/UFF *

Linha 2 (Teoria e História do Direito Constitucional e Direito Constitucional Internacional e Comparado).

Professor orientador que pretende escolher no PPGDC/UFF: *

Clarissa Brandão

Se inscreveu (ou irá se inscrever) para a prova de proficiência em qual idioma?

*

Inglês

Espanhol

Francês

Italiano

Outro: _____

Qual é o seu objetivo em cursar um Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional? *

Sempre tive o sonho de exercer a docência. Cursar o programa de pós-graduação é a chance de realizar esse objetivo. Mas não se trata de um sonho absolutamente pessoal ou apenas uma meta a ser alcançada. Trata-se da vontade de ser uma ferramenta de mudança social na vida de outras pessoas através do ensino.

Você já possui alguma ideia para o pré-projeto? Em caso positivo, qual? *

Estou entre dois temas: 1 - Abordar as novas dimensões do Direito Constitucional ou 2 - Panpricipiologismo.

Por qual motivo você acredita no seu enquadramento como aluno/a do Pré-Pós-Popular Dr. Luiz Gama, e qual a relevância de uma política pública como essa para você? *

Sou produto dos pré-vestibulares populares. Durante a minha preparação para o vestibular, frequentava todos os sábados um pré-vestibular comunitário como forma de fomentar a minha preparação. Foi o único lugar onde frequentei durante o período que antecedeu as minhas provas e, foi através dele que obtive êxito em conseguir a bolsa de estudos via PROUNI que me possibilitou chegar até aqui.

Olho para o Pré-Pós-Popular com a mesma visão que um dia tive ao frequentar o pré-vestibular comunitário, como uma ferramenta de transformação e de transposição de barreiras que poderá me proporcionar alcançar o degrau que ninguém na minha família nunca imaginou ser possível.

Google Formulários

Inscrição de alunos / Pré-Pós Comunitário do Curso Drº Luiz Gama (PPGDC-UFF 2019)

O coletivo Direito Popular convida a todos para o Pré-Pós-Comunitário Dr. Luiz Gama, que atenderá alunos periféricos com a finalidade de prepará-los ao processo seletivo de ingresso no mestrado do Programa de Pós Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF).

Nosso curso contará com ricas discussões e debates acerca dos textos que são base do processo seletivo, aulas de inglês e espanhol, metodologia e escrita acadêmica, apresentação e oratória, círculos de cultura e debates de formação política popular.

Essa é mais uma iniciativa do Coletivo Direito Popular, responsável pelo Curso Dr. Luiz Gama, que também desenvolve o pré-vestibular para ingresso na graduação. Ambos são partes do mesmo projeto político pedagógico de luta e construção da educação jurídica popular. Somos um movimento social pautado na criticidade e na materialização dos discursos.

Este formulário destina-se à inscrição de interessados em estudar em nosso Pré-Pós Comunitário Dr. Luiz Gama.

Terão prioridade na inscrição:

- 1 - Moradores de favela ou periferia;
- 2 - Negrxs;
- 3 - Indígenas;
- 4 - Deficientes

Aula Inaugural: ocorrerá no dia 15/09 às 8h da manhã na Faculdade de Direito da UFF, seguindo por todos os sábados subsequentes, das 8h às 12h, até o dia 06/10/2018.

Aos aprovados haverá continuidade do preparatório na segunda fase.

Educação Jurídica Popular, Vem com a gente materializar seu discurso!!!

Endereço de e-mail*

marco_aureliomf@hotmail.com

Nome completo *

Marco Aurélio Dias Fernandes

Sexo: *

feminino

masculino

Nacionalidade: *

brasileiro

Natural de: *

Rio de Janeiro

Você se autodeclara como: *

negro/a

pardo/a

indígena

branco/a

Outro: _____

Você se considera periférico? Por quê? *

Sim. Nascido e cria em comunidade.

Você mora em alguma favela? Qual? *

Rocinha.

Qual a renda per capita de sua família? *

Opção I

Você possui alguma deficiência? Qual? *

Não.

Data de nascimento: *

DD MM AAAA

28 / 07 / 1988

Estado Civil: *

Solteiro/a

Casado/a

Viúvo/a

Divorciado/a

Bairro *

Rocinha

Cidade *

Rio de Janeiro

Endereço *

residencial

Telefone(s) WhatsApp: *

21974907499

Profissão: *

Estudante/ estagiário de Direito.

Graduação, instituição e ano de formação: *

Direito, Estácio de Sá, 2018.2.

Possui carteira da OAB? *

Sim

Não

Exerce ou já exerceu a docência? Em caso positivo, onde e em qual disciplina?

*

Não.

Linha de pesquisa a qual pretende se inscrever no PPGDC/UFF *

Constitucional.

Professor orientador que pretende escolher no PPGDC/UFF: *

Cássio Luis Casagrande

Se inscreveu (ou irá se inscrever) para a prova de proficiência em qual idioma?

*

Inglês

Espanhol

Francês

Italiano

Outro: _____

Qual é o seu objetivo em cursar um Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional? *

Aprimorar meus estudos em Direito Constitucional, matéria por qual tenho grande apreço e desejo de lecionar no futuro.

Você já possui alguma ideia para o pré-projeto? Em caso positivo, qual? *

Ainda não possuo ideia consolidada.

Por qual motivo você acredita no seu enquadramento como aluno/a do Pré-Pós-Popular Dr. Luiz Gama, e qual a relevância de uma política pública como essa para você? *

Uma grande oportunidade para dar prosseguimento aos meus estudos e ter acesso a uma pós graduação gratuita e de qualidade.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Inscrição de alunos / Pré-Pós Comunitário do Curso Drº Luiz Gama (PPGDC-UFF 2019)

O coletivo Direito Popular convida a todos para o Pré-Pós-Comunitário Dr. Luiz Gama, que atenderá alunos periféricos com a finalidade de prepará-los ao processo seletivo de ingresso no mestrado do Programa de Pós Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF).

Nosso curso contará com ricas discussões e debates acerca dos textos que são base do processo seletivo, aulas de inglês e espanhol, metodologia e escrita acadêmica, apresentação e oratória, círculos de cultura e debates de formação política popular.

Essa é mais uma iniciativa do Coletivo Direito Popular, responsável pelo Curso Dr. Luiz Gama, que também desenvolve o pré-vestibular para ingresso na graduação. Ambos são partes do mesmo projeto político pedagógico de luta e construção da educação jurídica popular. Somos um movimento social pautado na criticidade e na materialização dos discursos.

Este formulário destina-se à inscrição de interessados em estudar em nosso Pré-Pós Comunitário Dr. Luiz Gama.

Terão prioridade na inscrição:

- 1 - Moradores de favela ou periferia;
- 2 - Negrxs;
- 3 - Indígenas;
- 4 - Deficientes

Aula Inaugural: ocorrerá no dia 15/09 às 8h da manhã na Faculdade de Direito da UFF, seguindo por todos os sábados subsequentes, das 8h às 12h, até o dia 06/10/2018.

Aos aprovados haverá continuidade do preparatório na segunda fase.

Educação Jurídica Popular, Vem com a gente materializar seu discurso!!!

Endereço de e-mail*

jorgeolacir@hotmail.com

Nome completo *

Jorge Olacir Ferreira da Silva

Sexo: *

feminino

masculino

Nacionalidade: *

Brasileiro

Natural de: *

São Gonçalo

Você se autodeclara como: *

negro/a

pardo/a

indígena

branco/a

Outro: _____

Você se considera periférico? Por quê? *

Sim, pela minha localidade, moro no morro da coruja, bairro com baixo desenvolvimento social e alto índice de violência.

Você mora em alguma favela? Qual? *

Sim

Qual a renda per capita de sua família? *

Opção I

Você possui alguma deficiência? Qual? *

Não

Data de nascimento: *

DD MM AAAA

02 / 09 / 1983

Estado Civil: *

Solteiro/a

Casado/a

Viúvo/a

Divorciado/a

Bairro *

Neves

Cidade *

São Gonçalo

Endereço *

Avenida gouveia

Telefone(s) WhatsApp: *

21 975747548

Profissão: *

Estudante

Graduação, instituição e ano de formação: *

Direito, Estácio, 2019

Possui carteira da OAB? *

Sim

Não

Exerce ou já exerceu a docência? Em caso positivo, onde e em qual disciplina?
*

Não

Linha de pesquisa a qual pretende se inscrever no PPGDC/UFF *

Direito constitucional

Professor orientador que pretende escolher no PPGDC/UFF: *

N

Se inscreveu (ou irá se inscrever) para a prova de proficiência em qual idioma?

*

Inglês

Espanhol

Francês

Italiano

Outro: _____

Qual é o seu objetivo em cursar um Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional? *

Docência

Você já possui alguma ideia para o pré-projeto? Em caso positivo, qual? *

Não

Por qual motivo você acredita no seu enquadramento como aluno/a do Pré-Pós-Popular Dr. Luiz Gama, e qual a relevância de uma política pública como essa para você? *

O ensino pode mudar a história de minha família, e assim poder dar melhores condições a eles.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Inscrição de alunos / Pré-Pós Comunitário do Curso Drº Luiz Gama (PPGDC-UFF 2019)

O coletivo Direito Popular convida a todos para o Pré-Pós-Comunitário Dr. Luiz Gama, que atenderá alunos periféricos com a finalidade de prepará-los ao processo seletivo de ingresso no mestrado do Programa de Pós Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF).

Nosso curso contará com ricas discussões e debates acerca dos textos que são base do processo seletivo, aulas de inglês e espanhol, metodologia e escrita acadêmica, apresentação e oratória, círculos de cultura e debates de formação política popular.

Essa é mais uma iniciativa do Coletivo Direito Popular, responsável pelo Curso Dr. Luiz Gama, que também desenvolve o pré-vestibular para ingresso na graduação. Ambos são partes do mesmo projeto político pedagógico de luta e construção da educação jurídica popular. Somos um movimento social pautado na criticidade e na materialização dos discursos.

Este formulário destina-se à inscrição de interessados em estudar em nosso Pré-Pós Comunitário Dr. Luiz Gama.

Terão prioridade na inscrição:

- 1 - Moradores de favela ou periferia;
- 2 - Negrxs;
- 3 - Indígenas;
- 4 - Deficientes

Aula Inaugural: ocorrerá no dia 15/09 às 8h da manhã na Faculdade de Direito da UFF, seguindo por todos os sábados subsequentes, das 8h às 12h, até o dia 06/10/2018.

Aos aprovados haverá continuidade do preparatório na segunda fase.

Educação Jurídica Popular, Vem com a gente materializar seu discurso!!!

Endereço de e-mail*

marilhaboldt.pgm@gmail.com

Nome completo *

Marilha Boldt

Sexo: *

feminino

masculino

Nacionalidade: *

Brasileira

Natural de: *

Curitiba

Você se autodeclara como: *

negro/a

pardo/a

indígena

branco/a

Outro: _____

Você se considera periférico? Por quê? *

Não

Você mora em alguma favela? Qual? *

Não

Qual a renda per capita de sua família? *

Opção I

Você possui alguma deficiência? Qual? *

Não

Data de nascimento: *

DD MM AAAA

09 / 05 / 1985

Estado Civil: *

Solteiro/a

Casado/a

Viúvo/a

Divorciado/a

Bairro *

Icarai

Cidade *

Niteroi

Endereço *

R. Moreira César 331 apto604

Telefone(s) WhatsApp: *

21 96967-5231

Profissão: *

Assessora pgm

Graduação, instituição e ano de formação: *

Unesa2014

Possui carteira da OAB? *

Sim

Não

Exerce ou já exerceu a docência? Em caso positivo, onde e em qual disciplina?

*

Não

Linha de pesquisa a qual pretende se inscrever no PPGDC/UFF *

2

Professor orientador que pretende escolher no PPGDC/UFF: *

Eduardo Val

Se inscreveu (ou irá se inscrever) para a prova de proficiência em qual idioma?

*

Inglês

Espanhol

Francês

Italiano

Outro: _____

Qual é o seu objetivo em cursar um Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional? *

Lecionar

Você já possui alguma ideia para o pré-projeto? Em caso positivo, qual? *

Sim

Por qual motivo você acredita no seu enquadramento como aluno/a do Pré-Pós-Popular Dr. Luiz Gama, e qual a relevância de uma política pública como essa para você? *

Para a propagação e efetivação do direito da mulher, tenho atuado muito nesta causa e meu pré projeto é sobre este tema, e preciso ser projetada de forma eficaz, já tentei em 2016 o ppgdc e fui aprovada em todas as fases com exceção da entrevista, portanto preciso aprender a forma correta e sei que aprenderei com vcs!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Inscrição de alunos / Pré-Pós Comunitário do Curso Drº Luiz Gama (PPGDC-UFF 2019)

O coletivo Direito Popular convida a todos para o Pré-Pós-Comunitário Dr. Luiz Gama, que atenderá alunos periféricos com a finalidade de prepará-los ao processo seletivo de ingresso no mestrado do Programa de Pós Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF).

Nosso curso contará com ricas discussões e debates acerca dos textos que são base do processo seletivo, aulas de inglês e espanhol, metodologia e escrita acadêmica, apresentação e oratória, círculos de cultura e debates de formação política popular.

Essa é mais uma iniciativa do Coletivo Direito Popular, responsável pelo Curso Dr. Luiz Gama, que também desenvolve o pré-vestibular para ingresso na graduação. Ambos são partes do mesmo projeto político pedagógico de luta e construção da educação jurídica popular. Somos um movimento social pautado na criticidade e na materialização dos discursos.

Este formulário destina-se à inscrição de interessados em estudar em nosso Pré-Pós Comunitário Dr. Luiz Gama.

Terão prioridade na inscrição:

- 1 - Moradores de favela ou periferia;
- 2 - Negrxs;
- 3 - Indígenas;
- 4 - Deficientes

Aula Inaugural: ocorrerá no dia 15/09 às 8h da manhã na Faculdade de Direito da UFF, seguindo por todos os sábados subsequentes, das 8h às 12h, até o dia 06/10/2018.

Aos aprovados haverá continuidade do preparatório na segunda fase.

Educação Jurídica Popular, Vem com a gente materializar seu discurso!!!

Endereço de e-mail*

vanciasantosadm@gmail.com

Nome completo *

VANIA ALMEIDA SANTOS

Sexo: *

feminino

masculino

Nacionalidade: *

BRASILEIRA

Natural de: *

MARANHÃO

Você se autodeclara como: *

negro/a

pardo/a

indígena

branco/a

Outro: _____

Você se considera periférico? Por quê? *

SIM, MORO EM COMUNIDADE

Você mora em alguma favela? Qual? *

SIM, BALDEADOR EM NITERÓI

Qual a renda per capita de sua família? *

Opção I

Você possui alguma deficiência? Qual? *

SIM, PERDI 25% DA MOBILIDADE NA MÃO ESQUERDA

Data de nascimento: *

DD MM AAAA

19 / 10 / 1980

Estado Civil: *

Solteiro/a

Casado/a

Viúvo/a

Divorciado/a

Bairro *

Baldeador (Fonseca)

Cidade *

NITEROI

Endereço *

RUA MACKENZIE, N 19, CASA 04

Telefone(s) WhatsApp: *

(99)991589226

Profissão: *

Assistente Administrativo

Graduação, instituição e ano de formação: *

Formada em Administração, Unisulma, 2013 e cursando Direito 7 período

Possui carteira da OAB? *

Sim

Não

Exerce ou já exerceu a docência? Em caso positivo, onde e em qual disciplina?

*

não

Linha de pesquisa a qual pretende se inscrever no PPGDC/UFF *

Direitos CONSTITUCIONAL

Professor orientador que pretende escolher no PPGDC/UFF: *

não conheço ainda

Se inscreveu (ou irá se inscrever) para a prova de proficiência em qual idioma?

*

Inglês

Espanhol

Francês

Italiano

Outro: _____

Qual é o seu objetivo em cursar um Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional? *

Ser Mestre e futuramente lecionar

Você já possui alguma ideia para o pré-projeto? Em caso positivo, qual? *

Sim, Mercado de trabalho voltado para Afrodescendentes

Por qual motivo você acredita no seu enquadramento como aluno/a do Pré-Pós-Popular Dr. Luiz Gama, e qual a relevância de uma política pública como essa para você? *

Sou negra periférica, e tenho o pensamento de continuar os meus estudos pra fomentar pra comunidade o que aprendi na academia e na vida. É uma maravilhosa oportunidade esse preparatório, já que não tenho condições financeiras pra arcar com preparatório bom como esse.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Inscrição de alunos / Pré-Pós Comunitário do Curso Drº Luiz Gama (PPGDC-UFF 2019)

O coletivo Direito Popular convida a todos para o Pré-Pós-Comunitário Dr. Luiz Gama, que atenderá alunos periféricos com a finalidade de prepará-los ao processo seletivo de ingresso no mestrado do Programa de Pós Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF).

Nosso curso contará com ricas discussões e debates acerca dos textos que são base do processo seletivo, aulas de inglês e espanhol, metodologia e escrita acadêmica, apresentação e oratória, círculos de cultura e debates de formação política popular.

Essa é mais uma iniciativa do Coletivo Direito Popular, responsável pelo Curso Dr. Luiz Gama, que também desenvolve o pré-vestibular para ingresso na graduação. Ambos são partes do mesmo projeto político pedagógico de luta e construção da educação jurídica popular. Somos um movimento social pautado na criticidade e na materialização dos discursos.

Este formulário destina-se à inscrição de interessados em estudar em nosso Pré-Pós Comunitário Dr. Luiz Gama.

Terão prioridade na inscrição:

- 1 - Moradores de favela ou periferia;
- 2 - Negrxs;
- 3 - Indígenas;
- 4 - Deficientes

Aula Inaugural: ocorrerá no dia 15/09 às 8h da manhã na Faculdade de Direito da UFF, seguindo por todos os sábados subsequentes, das 8h às 12h, até o dia 06/10/2018.

Aos aprovados haverá continuidade do preparatório na segunda fase.

Educação Jurídica Popular, Vem com a gente materializar seu discurso!!!

Endereço de e-mail*

leticia.araujo38@yahoo.com.br

Nome completo *

Leticia Pereira de Araujo

Sexo: *

feminino

masculino

Nacionalidade: *

Brasileira

Natural de: *

Rio de Janeiro

Você se autodeclara como: *

negro/a

pardo/a

indígena

branco/a

Outro: _____

Você se considera periférico? Por quê? *

Sim, pela minha moradia se localizar no morro, de difícil acesso com muita criminalidade.

Você mora em alguma favela? Qual? *

Palmeiras/ morro seco

Qual a renda per capita de sua família? *

Opção I

Você possui alguma deficiência? Qual? *

Nao

Data de nascimento: *

DD MM AAAA

19 / 08 / 1994

Estado Civil: *

Solteiro/a

Casado/a

Viúvo/a

Divorciado/a

Bairro *

Fonseca

Cidade *

Niteroi

Endereço *

Rua Mario de Souza Resende

Telefone(s) WhatsApp: *

987172359

Profissão: *

Estudante

Graduação, instituição e ano de formação: *

Direito, UniLaSalle. 2019

Possui carteira da OAB? *

Sim

Não

Exerce ou já exerceu a docência? Em caso positivo, onde e em qual disciplina?

*

Nao

Linha de pesquisa a qual pretende se inscrever no PPGDC/UFF *

Constitucional

Professor orientador que pretende escolher no PPGDC/UFF: *

Nao sei.

Se inscreveu (ou irá se inscrever) para a prova de proficiência em qual idioma?

*

Inglês

Espanhol

Francês

Italiano

Outro: _____

Qual é o seu objetivo em cursar um Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional? *

Agregar conhecimento jurídico

Você já possui alguma ideia para o pré-projeto? Em caso positivo, qual? *

Não

Por qual motivo você acredita no seu enquadramento como aluno/a do Pré-Pós-Popular Dr. Luiz Gama, e qual a relevância de uma política pública como essa para você? *

Por ser uma pessoa humilde

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Inscrição de alunos / Pré-Pós Comunitário do Curso Drº Luiz Gama (PPGDC-UFF 2019)

O coletivo Direito Popular convida a todos para o Pré-Pós-Comunitário Dr. Luiz Gama, que atenderá alunos periféricos com a finalidade de prepará-los ao processo seletivo de ingresso no mestrado do Programa de Pós Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF).

Nosso curso contará com ricas discussões e debates acerca dos textos que são base do processo seletivo, aulas de inglês e espanhol, metodologia e escrita acadêmica, apresentação e oratória, círculos de cultura e debates de formação política popular.

Essa é mais uma iniciativa do Coletivo Direito Popular, responsável pelo Curso Dr. Luiz Gama, que também desenvolve o pré-vestibular para ingresso na graduação. Ambos são partes do mesmo projeto político pedagógico de luta e construção da educação jurídica popular. Somos um movimento social pautado na criticidade e na materialização dos discursos.

Este formulário destina-se à inscrição de interessados em estudar em nosso Pré-Pós Comunitário Dr. Luiz Gama.

Terão prioridade na inscrição:

- 1 - Moradores de favela ou periferia;
- 2 - Negrxs;
- 3 - Indígenas;
- 4 - Deficientes

Aula Inaugural: ocorrerá no dia 15/09 às 8h da manhã na Faculdade de Direito da UFF, seguindo por todos os sábados subsequentes, das 8h às 12h, até o dia 06/10/2018.

Aos aprovados haverá continuidade do preparatório na segunda fase.

Educação Jurídica Popular, Vem com a gente materializar seu discurso!!!

Endereço de e-mail*

gallogalla@gmail.com

Nome completo *

Raimundo Nonato Gouvea Souto Leite

Sexo: *

feminino

masculino

Nacionalidade: *

Brasileira

Natural de: *

Niterói

Você se autodeclara como: *

negro/a

pardo/a

indígena

branco/a

Outro: _____

Você se considera periférico? Por quê? *

Sim. Porque moro às margens do Morro do Estado.

Você mora em alguma favela? Qual? *

Às margens do Morro do Estado.

Qual a renda per capita de sua família? *

Opção I

Você possui alguma deficiência? Qual? *

Não

Data de nascimento: *

DD MM AAAA

06 / 03 / 1966

Estado Civil: *

Solteiro/a

Casado/a

Viúvo/a

Divorciado/a

Bairro *

Centro

Cidade *

Niterói

Endereço *

R Gen Andrade Neves 45

Telefone(s) WhatsApp: *

21 969910428

Profissão: *

advogado

Graduação, instituição e ano de formação: *

Direito. Universidade Federal Fluminense. 1995

Possui carteira da OAB? *

Sim

Não

Exerce ou já exerceu a docência? Em caso positivo, onde e em qual disciplina?

*

Sim. Universo - Direito Civil e Empresarial. UNIG - Direito Civil e Teoria Geral do Processo.

Linha de pesquisa a qual pretende se inscrever no PPGDC/UFF *

Linha (Instituições Políticas, Administração Pública, Jurisdição Constitucional)

Professor orientador que pretende escolher no PPGDC/UFF: *

Giulia Parola

Se inscreveu (ou irá se inscrever) para a prova de proficiência em qual idioma?

*

Inglês

Espanhol

Francês

Italiano

Outro: _____

Qual é o seu objetivo em cursar um Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional? *

Aprofundar minha análise crítica do Direito.

Você já possui alguma ideia para o pré-projeto? Em caso positivo, qual? *

Ainda não.

Por qual motivo você acredita no seu enquadramento como aluno/a do Pré-Pós-Popular Dr. Luiz Gama, e qual a relevância de uma política pública como essa para você? *

Enquadro-me pela dificuldade financeira. Tal política nivela as classes sociais e cria oportunidades para aqueles que não as têm ou as têm com uma certa aridez.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Inscrição de alunos / Pré-Pós Comunitário do Curso Drº Luiz Gama (PPGDC-UFF 2019)

O coletivo Direito Popular convida a todos para o Pré-Pós-Comunitário Dr. Luiz Gama, que atenderá alunos periféricos com a finalidade de prepará-los ao processo seletivo de ingresso no mestrado do Programa de Pós Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF).

Nosso curso contará com ricas discussões e debates acerca dos textos que são base do processo seletivo, aulas de inglês e espanhol, metodologia e escrita acadêmica, apresentação e oratória, círculos de cultura e debates de formação política popular.

Essa é mais uma iniciativa do Coletivo Direito Popular, responsável pelo Curso Dr. Luiz Gama, que também desenvolve o pré-vestibular para ingresso na graduação. Ambos são partes do mesmo projeto político pedagógico de luta e construção da educação jurídica popular. Somos um movimento social pautado na criticidade e na materialização dos discursos.

Este formulário destina-se à inscrição de interessados em estudar em nosso Pré-Pós Comunitário Dr. Luiz Gama.

Terão prioridade na inscrição:

- 1 - Moradores de favela ou periferia;
- 2 - Negrxs;
- 3 - Indígenas;
- 4 - Deficientes

Aula Inaugural: ocorrerá no dia 15/09 às 8h da manhã na Faculdade de Direito da UFF, seguindo por todos os sábados subsequentes, das 8h às 12h, até o dia 06/10/2018.

Aos aprovados haverá continuidade do preparatório na segunda fase.

Educação Jurídica Popular, Vem com a gente materializar seu discurso!!!

Endereço de e-mail*

advsilviacatarina@gmail.com

Nome completo *

SILVIA CATARINA CAMPOS PEDROZA

Sexo: *

feminino

masculino

Nacionalidade: *

BRASILEIRA

Natural de: *

PERNAMBUCO

Você se autodeclara como: *

negro/a

pardo/a

indígena

branco/a

Outro: _____

Você se considera periférico? Por quê? *

NÃO

Você mora em alguma favela? Qual? *

NÃO

Qual a renda per capita de sua família? *

Opção I

Você possui alguma deficiência? Qual? *

NÃO

Data de nascimento: *

DD MM AAAA

29 / 10 / 1969

Estado Civil: *

Solteiro/a

Casado/a

Viúvo/a

Divorciado/a

Bairro *

SANTA ROSA

Cidade *

NITEROI

Endereço *

RUA MARIO VIANA 593 CASA 5

Telefone(s) WhatsApp: *

21 972139817

Profissão: *

ADVOGADA

Graduação, instituição e ano de formação: *

DIREITO UFF 1994

Possui carteira da OAB? *

Sim

Não

Exerce ou já exerceu a docência? Em caso positivo, onde e em qual disciplina?

*

NÃO

Linha de pesquisa a qual pretende se inscrever no PPGDC/UFF *

Instituições Políticas, Administração Pública e Jurisdição Constitucional

Professor orientador que pretende escolher no PPGDC/UFF: *

ANDRE SADDY

Se inscreveu (ou irá se inscrever) para a prova de proficiência em qual idioma?

*

Inglês

Espanhol

Francês

Italiano

Outro: _____

Qual é o seu objetivo em cursar um Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional? *

APROFUNDAR NA MATÉRIA

Você já possui alguma ideia para o pré-projeto? Em caso positivo, qual? *

NÃO

Por qual motivo você acredita no seu enquadramento como aluno/a do Pré-Pós-Popular Dr. Luiz Gama, e qual a relevância de uma política pública como essa para você? *

FALTA DE RECURSO FINANCEIRO. FACILITAÇÃO E DIRECIONAMENTO DE INGRESSO NO MESTRADO DESEJADO

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Inscrição de alunos / Pré-Pós Comunitário do Curso Drº Luiz Gama (PPGDC-UFF 2019)

O coletivo Direito Popular convida a todos para o Pré-Pós-Comunitário Dr. Luiz Gama, que atenderá alunos periféricos com a finalidade de prepará-los ao processo seletivo de ingresso no mestrado do Programa de Pós Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF).

Nosso curso contará com ricas discussões e debates acerca dos textos que são base do processo seletivo, aulas de inglês e espanhol, metodologia e escrita acadêmica, apresentação e oratória, círculos de cultura e debates de formação política popular.

Essa é mais uma iniciativa do Coletivo Direito Popular, responsável pelo Curso Dr. Luiz Gama, que também desenvolve o pré-vestibular para ingresso na graduação. Ambos são partes do mesmo projeto político pedagógico de luta e construção da educação jurídica popular. Somos um movimento social pautado na criticidade e na materialização dos discursos.

Este formulário destina-se à inscrição de interessados em estudar em nosso Pré-Pós Comunitário Dr. Luiz Gama.

Terão prioridade na inscrição:

- 1 - Moradores de favela ou periferia;
- 2 - Negrxs;
- 3 - Indígenas;
- 4 - Deficientes

Aula Inaugural: ocorrerá no dia 15/09 às 8h da manhã na Faculdade de Direito da UFF, seguindo por todos os sábados subsequentes, das 8h às 12h, até o dia 06/10/2018.

Aos aprovados haverá continuidade do preparatório na segunda fase.

Educação Jurídica Popular, Vem com a gente materializar seu discurso!!!

Endereço de e-mail*

fslima18@yahoo.com.br

Nome completo *

Fabíola da Silva de Lima

Sexo: *

feminino

masculino

Nacionalidade: *

Brasileira

Natural de: *

Rio de Janeiro

Você se autodeclara como: *

negro/a

pardo/a

indígena

branco/a

Outro: _____

Você se considera periférico? Por quê? *

Sou desempregada mas levo uma vida de classe média, graças aos meus pais que me mantêm e me apoiam.

Você mora em alguma favela? Qual? *

Nao

Qual a renda per capita de sua família? *

Opção I

Você possui alguma deficiência? Qual? *

Nao

Data de nascimento: *

DD MM AAAA

18 / 03 / 1988

Estado Civil: *

Solteiro/a

Casado/a

Viúvo/a

Divorciado/a

Bairro *

Olaria

Cidade *

Rio de Janeiro

Endereço *

Rua Penedo, 142, Casa 20

Telefone(s) WhatsApp: *

988344057

Profissão: *

Advogada

Graduação, instituição e ano de formação: *

Direito, UFF, 2012

Possui carteira da OAB? *

Sim

Não

Exerce ou já exerceu a docência? Em caso positivo, onde e em qual disciplina?
*

Nao

Linha de pesquisa a qual pretende se inscrever no PPGDC/UFF *

Linha 2

Professor orientador que pretende escolher no PPGDC/UFF: *

Eduardo Val

Se inscreveu (ou irá se inscrever) para a prova de proficiência em qual idioma?

*

Inglês

Espanhol

Francês

Italiano

Outro: _____

Qual é o seu objetivo em cursar um Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional? *

Atuar como professora universitária

Você já possui alguma ideia para o pré-projeto? Em caso positivo, qual? *

Sim. Pretendo abordar o tema dos refugiados na América Latina

Por qual motivo você acredita no seu enquadramento como aluno/a do Pré-Pós-Popular Dr. Luiz Gama, e qual a relevância de uma política pública como essa para você? *

Acredito pois estou desempregada, sendo sustentada pelos meus pais.

Creio que políticas como essas são essenciais para a concretização da isonomia no meio da pesquisa científica, no que se refere a democratização do ensino que, sabemos, é tão excludente. Além disso, a pluralidade de realidades enriquece o debate e amplia as idéias da academia que, há décadas, é integrada apenas por indivíduos das classes mais privilegiadas.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Inscrição de alunos / Pré-Pós Comunitário do Curso Drº Luiz Gama (PPGDC-UFF 2019)

O coletivo Direito Popular convida a todos para o Pré-Pós-Comunitário Dr. Luiz Gama, que atenderá alunos periféricos com a finalidade de prepará-los ao processo seletivo de ingresso no mestrado do Programa de Pós Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF).

Nosso curso contará com ricas discussões e debates acerca dos textos que são base do processo seletivo, aulas de inglês e espanhol, metodologia e escrita acadêmica, apresentação e oratória, círculos de cultura e debates de formação política popular.

Essa é mais uma iniciativa do Coletivo Direito Popular, responsável pelo Curso Dr. Luiz Gama, que também desenvolve o pré-vestibular para ingresso na graduação. Ambos são partes do mesmo projeto político pedagógico de luta e construção da educação jurídica popular. Somos um movimento social pautado na criticidade e na materialização dos discursos.

Este formulário destina-se à inscrição de interessados em estudar em nosso Pré-Pós Comunitário Dr. Luiz Gama.

Terão prioridade na inscrição:

- 1 - Moradores de favela ou periferia;
- 2 - Negrxs;
- 3 - Indígenas;
- 4 - Deficientes

Aula Inaugural: ocorrerá no dia 15/09 às 8h da manhã na Faculdade de Direito da UFF, seguindo por todos os sábados subsequentes, das 8h às 12h, até o dia 06/10/2018.

Aos aprovados haverá continuidade do preparatório na segunda fase.

Educação Jurídica Popular, Vem com a gente materializar seu discurso!!!

Endereço de e-mail*

lilianvnascimento@gmail.com

Nome completo *

Lilian Vitor do Nascimento Ferreira

Sexo: *

feminino

masculino

Nacionalidade: *

Brasileira

Natural de: *

Rio de Janeiro

Você se autodeclara como: *

negro/a

pardo/a

indígena

branco/a

Outro: _____

Você se considera periférico? Por quê? *

Sim.

Você mora em alguma favela? Qual? *

Sim. Novo México/Morro do Castro. Nasci no Parque Arará (Manguinhos).

Qual a renda per capita de sua família? *

Opção I

Você possui alguma deficiência? Qual? *

Não.

Data de nascimento: *

DD MM AAAA

21 / 04 / 1993

Estado Civil: *

Solteiro/a

Casado/a

Viúvo/a

Divorciado/a

Bairro *

Novo México

Cidade *

São Gonçalo

Endereço *

Estrada da Fazendinha, 93

Telefone(s) WhatsApp: *

21 971066254

Profissão: *

Advogada

Graduação, instituição e ano de formação: *

Direito, UFF, 2016

Possui carteira da OAB? *

Sim

Não

Exerce ou já exerceu a docência? Em caso positivo, onde e em qual disciplina?

*

Não.

Linha de pesquisa a qual pretende se inscrever no PPGDC/UFF *

2

Professor orientador que pretende escolher no PPGDC/UFF: *

Enzo Bello, Gladstone Leonel, Cassio Casagrande.

Se inscreveu (ou irá se inscrever) para a prova de proficiência em qual idioma?

*

Inglês

Espanhol

Francês

Italiano

Outro: _____

Qual é o seu objetivo em cursar um Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional? *

Docência.

Você já possui alguma ideia para o pré-projeto? Em caso positivo, qual? *

Sim. Pluralismo Jurídico como legitimador do exercício da cidadania na América Latina.

Por qual motivo você acredita no seu enquadramento como aluno/a do Pré-Pós-Popular Dr. Luiz Gama, e qual a relevância de uma política pública como essa para você? *

No ensino médio, enquanto aluna da rede pública estadual, participei de programa de pré-vestibular comunitário, o que foi essencial à minha aprovação em duas universidades federais. O saber emancipa e, diante da dificuldade de acesso ao ensino de qualidade, acredito na relevância do programa apresentado.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Inscrição de alunos / Pré-Pós Comunitário do Curso Drº Luiz Gama (PPGDC-UFF 2019)

O coletivo Direito Popular convida a todos para o Pré-Pós-Comunitário Dr. Luiz Gama, que atenderá alunos periféricos com a finalidade de prepará-los ao processo seletivo de ingresso no mestrado do Programa de Pós Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF).

Nosso curso contará com ricas discussões e debates acerca dos textos que são base do processo seletivo, aulas de inglês e espanhol, metodologia e escrita acadêmica, apresentação e oratória, círculos de cultura e debates de formação política popular.

Essa é mais uma iniciativa do Coletivo Direito Popular, responsável pelo Curso Dr. Luiz Gama, que também desenvolve o pré-vestibular para ingresso na graduação. Ambos são partes do mesmo projeto político pedagógico de luta e construção da educação jurídica popular. Somos um movimento social pautado na criticidade e na materialização dos discursos.

Este formulário destina-se à inscrição de interessados em estudar em nosso Pré-Pós Comunitário Dr. Luiz Gama.

Terão prioridade na inscrição:

- 1 - Moradores de favela ou periferia;
- 2 - Negrxs;
- 3 - Indígenas;
- 4 - Deficientes

Aula Inaugural: ocorrerá no dia 15/09 às 8h da manhã na Faculdade de Direito da UFF, seguindo por todos os sábados subsequentes, das 8h às 12h, até o dia 06/10/2018.

Aos aprovados haverá continuidade do preparatório na segunda fase.

Educação Jurídica Popular, Vem com a gente materializar seu discurso!!!

Endereço de e-mail*

samararebeca.costa@gmail.com

Nome completo *

SAMARA REBECA DE OLIVEIRA COSTA

Sexo: *

feminino

masculino

Nacionalidade: *

brasileira

Natural de: *

Rio de janeiro

Você se autodeclara como: *

negro/a

pardo/a

indígena

branco/a

Outro: _____

Você se considera periférico? Por quê? *

Sim.

Você mora em alguma favela? Qual? *

Não

Qual a renda per capita de sua família? *

Opção I

Você possui alguma deficiência? Qual? *

NAO

Data de nascimento: *

DD MM AAAA

16 / 09 / 1993

Estado Civil: *

Solteiro/a

Casado/a

Viúvo/a

Divorciado/a

Bairro *

VARZEA DAS MOÇAS

Cidade *

NITEROI

Endereço *

Estrada Marino Nunes Vieira 500 - CASA 44

Telefone(s) WhatsApp: *

2127021004

Profissão: *

advogada

Graduação, instituição e ano de formação: *

DIREITO UFF 2017.I

Possui carteira da OAB? *

Sim

Não

Exerce ou já exerceu a docência? Em caso positivo, onde e em qual disciplina?

*

NAO

Linha de pesquisa a qual pretende se inscrever no PPGDC/UFF *

LINHA 2

Professor orientador que pretende escolher no PPGDC/UFF: *

CASSIO CASAGRANDE

Se inscreveu (ou irá se inscrever) para a prova de proficiência em qual idioma?

*

Inglês

Espanhol

Francês

Italiano

Outro: _____

Qual é o seu objetivo em cursar um Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional? *

EXERCER DOCENCIA

Você já possui alguma ideia para o pré-projeto? Em caso positivo, qual? *

Ativismo judicial

Por qual motivo você acredita no seu enquadramento como aluno/a do Pré-Pós-Popular Dr. Luiz Gama, e qual a relevância de uma política pública como essa para você? *

Pois acredito no sucesso de pres-comunitários, já que fui parte de um quando ainda estudava no Pedro II.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

Inscrição de alunos / Pré-Pós Comunitário do Curso Drº Luiz Gama (PPGDC-UFF 2019)

O coletivo Direito Popular convida a todos para o Pré-Pós-Comunitário Dr. Luiz Gama, que atenderá alunos periféricos com a finalidade de prepará-los ao processo seletivo de ingresso no mestrado do Programa de Pós Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF).

Nosso curso contará com ricas discussões e debates acerca dos textos que são base do processo seletivo, aulas de inglês e espanhol, metodologia e escrita acadêmica, apresentação e oratória, círculos de cultura e debates de formação política popular.

Essa é mais uma iniciativa do Coletivo Direito Popular, responsável pelo Curso Dr. Luiz Gama, que também desenvolve o pré-vestibular para ingresso na graduação. Ambos são partes do mesmo projeto político pedagógico de luta e construção da educação jurídica popular. Somos um movimento social pautado na criticidade e na materialização dos discursos.

Este formulário destina-se à inscrição de interessados em estudar em nosso Pré-Pós Comunitário Dr. Luiz Gama.

Terão prioridade na inscrição:

- 1 - Moradores de favela ou periferia;
- 2 - Negrxs;
- 3 - Indígenas;
- 4 - Deficientes

Aula Inaugural: ocorrerá no dia 15/09 às 8h da manhã na Faculdade de Direito da UFF, seguindo por todos os sábados subsequentes, das 8h às 12h, até o dia 06/10/2018.

Aos aprovados haverá continuidade do preparatório na segunda fase.

Educação Jurídica Popular, Vem com a gente materializar seu discurso!!!

Endereço de e-mail*

anna.gomes.rj@gmail.com

Nome completo *

Ana Gomes dos Santos

Sexo: *

feminino

masculino

Nacionalidade: *

Brasileira

Natural de: *

Rio de Janeiro

Você se autodeclara como: *

negro/a

pardo/a

indígena

branco/a

Outro: _____

Você se considera periférico? Por quê? *

Sempre estudei em escola pública, nunca tive como sustentar meus estudos. Fiz a faculdade por meio do FIES e hoje estou sem emprego!

Você mora em alguma favela? Qual? *

Moro subida do Zulu.

Qual a renda per capita de sua família? *

Opção I

Você possui alguma deficiência? Qual? *

Nao

Data de nascimento: *

DD MM AAAA

25 / 09 / 2018

Estado Civil: *

Solteiro/a

Casado/a

Viúvo/a

Divorciado/a

Bairro *

Santa Rosa

Cidade *

Niterói

Endereço *

Rua Santo Elias

Telefone(s) WhatsApp: *

21976325679

Profissão: *

Advogada

Graduação, instituição e ano de formação: *

La Salle

Possui carteira da OAB? *

Sim

Não

Exerce ou já exerceu a docência? Em caso positivo, onde e em qual disciplina?
*

Não

Linha de pesquisa a qual pretende se inscrever no PPGDC/UFF *

Direto

Professor orientador que pretende escolher no PPGDC/UFF: *

Nao conheço nenhum professor da UFF

Se inscreveu (ou irá se inscrever) para a prova de proficiência em qual idioma?

*

Inglês

Espanhol

Francês

Italiano

Outro: _____

Qual é o seu objetivo em cursar um Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional? *

Conhecimento

Você já possui alguma ideia para o pré-projeto? Em caso positivo, qual? *

Não

Por qual motivo você acredita no seu enquadramento como aluno/a do Pré-Pós-Popular Dr. Luiz Gama, e qual a relevância de uma política pública como essa para você? *

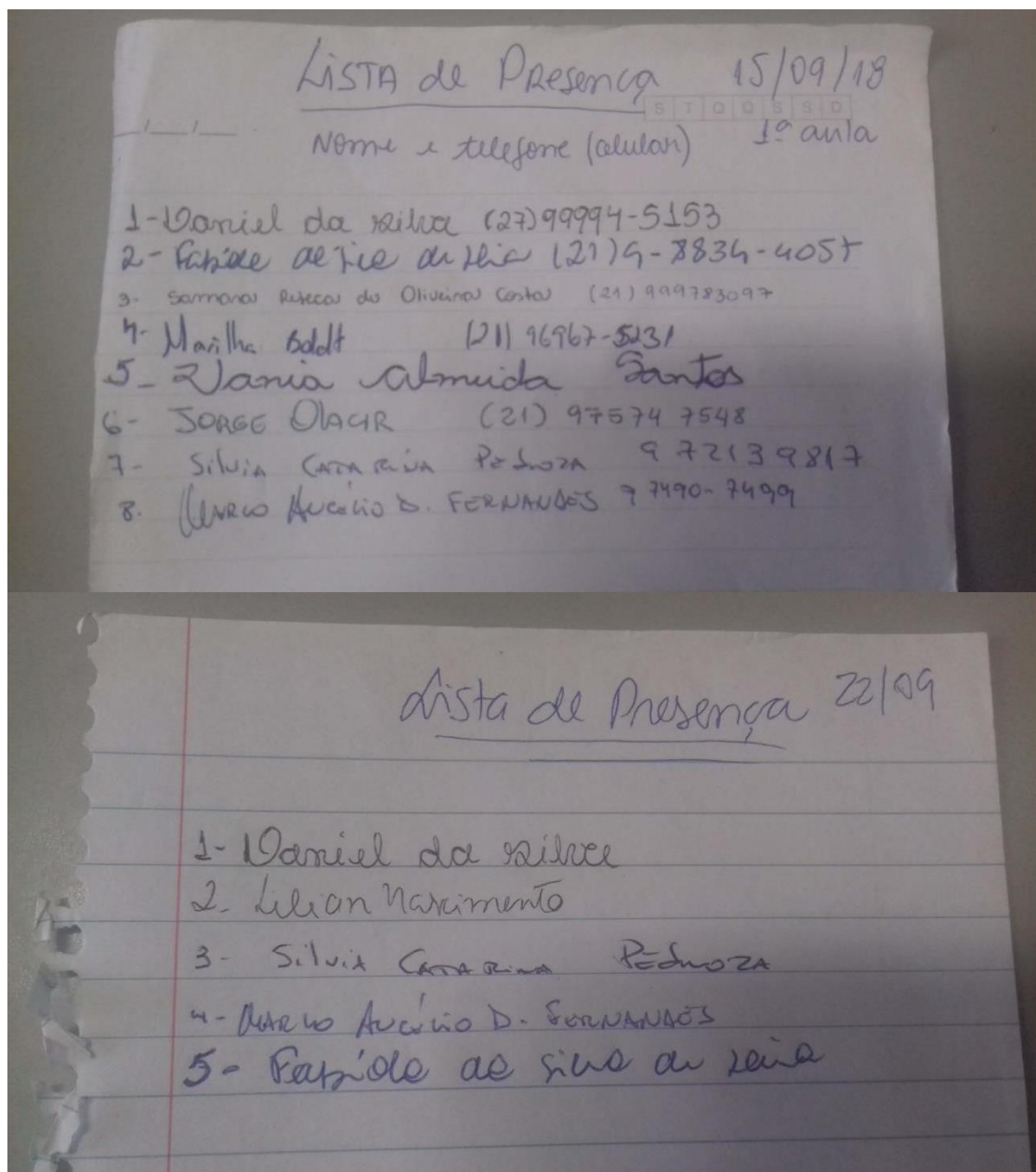
Oportunidade para quem deseja o conhecimento e não pode pagar!

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

**APÊNDICE D – Lista de presença às aulas dos alunos do
Pré-Pós Dr. Luiz Gama**

APÊNDICE D - -Lista de presença às aulas dos alunos do Pré-Pós Dr. Luiz Gama



Lista de Presença 28/09/18

1) Fátima da Silva da Silva.

2) Sílvia Catarina Pedro

3) Samara Rêgo de Oliveira Costa

4) Daniel da Silva

5) Marilhe Boldt

**ANEXO A– Edital de seleção do Programa de Pós-
Graduação stricto sensu em Direito Constitucional da
Universidade Federal Fluminense**

EDITAL Nº 01/2018

PROCESSO DE SELEÇÃO DE CANDIDATOS PARA O CURSO DE MESTRADO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM DIREITO CONSTITUCIONAL – TURMA 2019

A Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense (PPGDC/UFF), ouvindo o Colegiado do Programa, e nos termos do Regulamento para os Programas de Pós-Graduação “*Stricto Sensu*” da Universidade Federal Fluminense, bem como, no Regimento Interno do PPGDC/UFF, torna públicas as seguintes instruções para o processo de seleção de candidatos para o seu Curso de Mestrado, referente à turma de 2019.

1. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO E NÚMERO DE VAGAS

1.1 O ingresso dos alunos no PPGDC/UFF ocorrerá por meio de processo seletivo público. Poderão inscrever-se no processo seletivo cidadãos brasileiros ou estrangeiros detentores do título de graduação em direito ou área afim devidamente reconhecido, validado ou revalidado. Neste último caso, dever-se-á atender aos termos da Resolução 18/2002 CEP-UFF.

1.2 Na hipótese de título auferido em instituição estrangeira, exigir-se-á o reconhecimento em território nacional no ato da matrícula.

1.3 Nesse processo seletivo serão oferecidas 20 vagas, distribuídas da seguinte maneira:

Total de vagas	Vagas destinadas à ampla concorrência	Vagas para candidatos com deficiência	Vagas para candidatos que se autodeclararem negros	Vagas para candidatos que se autodeclararem indígenas
20	14	2	2	2

2. DO REQUERIMENTO DE INSCRIÇÃO

2.1 Os candidatos realizarão as inscrições online por meio de link disponibilizado na página do Programa e deverão realizar o carregamento dos seguintes documentos, todos eles em formato PDF:

1. Ficha de inscrição (anexo 01);
2. Foto Colorida do(a) Candidato(a);
3. Cópia do CPF;
4. Cópia do documento de identidade;
5. Cópia de Histórico Escolar da graduação;
6. Cópia de Diploma de graduação em Direito ou área afim devidamente reconhecido, validado ou revalidado. Neste último caso, dever-se-á atender aos termos da Resolução 18/2002 CEP-UFF;
7. Comprovante do pagamento de taxa de inscrição no valor de R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais) deve ser encaminhado juntamente aos demais documentos. O candidato deverá preencher Guia de Recolhimento da União (GRU) simples acessando a página: https://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru_simples.asp. Os campos deverão ser preenchidos com as informações a seguir: UG – 153056; Gestão – 15227; Código de

recolhimento - 28832-2; Número de referência – 0250158634; Competência - mm/aaaa (mês/ano em que for paga a taxa); Vencimento – 25/09/2014; CPF do contribuinte – digitar número; Nome do contribuinte – digitar nome; Valor principal = R\$ 175,00 (cento e setenta e cinco reais; Valor total = R\$ 175,00. Depois de preenchida e impressa, a GRU deverá ser paga em qualquer agência do Banco do Brasil.

8. Autodeclaração de cor/etnia negra, nos termos do art. 2º da Lei nº 12.990 de 09 de junho de 2014, para os candidatos que concorrerão às vagas reservadas aos candidatos negros, bem como para aqueles que se declararem indígenas (anexo 02).

9. Os candidatos com deficiência que necessitem de atendimento especial nos dias do processo seletivo deverão requerê-lo por meio do Formulário de Solicitação de Atendimento Especial (anexo 03), indicando as providências que necessitem para a realização das provas, com justificativa acompanhada de parecer emitido por especialista da área médica referente à deficiência de que é portador;

10. Carta de Intenção (anexo 04), dirigida à Coordenação do Programa, explicitando: a relação entre o Mestrado em Direito Constitucional e os interesses profissionais do candidato, as razões de escolha do Programa, sua trajetória acadêmica, os compromissos profissionais assumidos ou por assumir e que serão mantidos durante o curso;

11. Formulário de disponibilidade de tempo (anexo 05), devidamente preenchido e assinado;

12. Cópia do anteprojeto de dissertação conforme modelo indicado pelo Edital (anexo 06), indicando a linha de pesquisa e 3 (três) professores a ela vinculados, levando em consideração o quadro abaixo:

Docente	Vagas para 2019
1. ANDRÉ SADDY(Linha 01)	07
2. CASSIO CASAGRANDE (Linha 02)	03
3. CLARISSA BRANDÃO (Linha 02)	04
4. EDUARDO VAL(Linha 02)	02
5. ENZO BELLO(Linha 02)	02
6. GIULIA PAROLA(Linha 01)	07
7. GLADSTONE LEONEL(Linha 02)	04
8. GUILHERME PEÑA(Linha 02)	01
9. MARCO CASAMASSO (Linha 01)	06

10. MARCUS FABIANO (Linha 02)	01
11. MÔNICA PARAGUASSU (Linha 02)	04
12. PEDRO CURVELLO (Linha 02)	06
13. TAIGUARA LÍBANO (Linha 01)	03

13. *Curriculum Vitae et Studiorum*, no formulário da Plataforma LATTES/CNPq (<http://lattes.cnpq.br/>) e os documentos comprobatórios;

14. Comprovante de proficiência em língua estrangeira, se for o caso.

2.2 Os originais dos documentos indicados no item 2.1 deverão ser entregues impressos e encadernados em 3 vias, seguindo a sequência descrita no item 2.1, na secretaria do programa, pelos candidatos aprovados na primeira etapa da seleção, em data a ser indicada no site do programa, antes da prova de entrevista.

2.3 O candidato será integralmente responsável pelo preenchimento do formulário e o envio dos documentos solicitados no mesmo, no formato PDF. O candidato que não apresentar a documentação da forma exigida terá indeferida sua inscrição.

2.6 Para os candidatos que ainda não tiverem concluído o curso de graduação durante o período de inscrições, será aceita declaração de que estejam cursando o último semestre letivo. Este documento valerá apenas para efeito de inscrição no Exame de Seleção. Caso aprovado, o candidato deverá apresentar diploma ou certificado de colação de grau no momento da matrícula, sob pena de desclassificação. Caso apresentado certificado de colação de grau, o candidato firma o compromisso de colacionar o diploma de graduação no prazo máximo de 12 (doze) meses após a matrícula no curso.

2.7 Serão aceitos certificados de proficiência de idiomas, emitido por instituições oficialmente reconhecidas. Os certificados de proficiência são diferentes dos diplomas de conclusão de curso de idiomas. Os diplomas de conclusão de curso de idiomas não serão aceitos.

2.8 A isenção de taxa de inscrição poderá ser solicitada pelo candidato que estiver inscrito no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal - CadÚnico, e for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº 6.135 de 26/06/2007. O candidato deverá apresentar o Formulário de Solicitação de Isenção de Taxa de Inscrição (anexo 07) preenchido, anexando os seguintes documentos:

a) Número de Identificação Social - NIS, atribuído pelo CadÚnico;

b) Declaração de que é membro de família de baixa renda.

2.9 A inscrição somente será homologada mediante a verificação de todos os documentos corretamente apresentados. Os documentos emitidos no exterior deverão estar chancelados pelas autoridades consulares brasileiras (legalização diplomática), respeitando-se as determinações legais em vigor.

2.10 O resultado das inscrições deferidas será divulgado no dia 10 de outubro de 2018, através do endereço www.ppgdc.sites.uff.br e no mural da secretaria do PPGDC. Na lista divulgada constará a informação se o

comprovante de proficiência em língua estrangeira foi aceito. O interessado poderá recorrer do indeferimento da inscrição, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a divulgação, devendo seu recurso ser encaminhado, única e exclusivamente neste caso, para o e-mail da secretaria do PPGDC/UFF (ppgdc.uff@gmail.com).

3. DOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

3.1 O PPGDC/UFF reserva (02) duas vagas para pessoas com deficiência, obedecendo, para tanto, ao disposto no art. 13, III, do Regulamento para os Programas de Pós-graduação "Stricto Sensu" da Universidade Federal Fluminense.

3.2 Os candidatos com deficiência que forem aprovados para a etapa da prova de entrevista deverão apresentar parecer emitido por especialista da área médica referente à deficiência alegada, contendo a descrição da deficiência e o número do CID correspondente junto à secretaria do PPGDC/UFF no dia útil anterior à data agendada para as entrevistas dos candidatos

3.3 Os candidatos com deficiência que necessitem de atendimento especial nos dias do processo seletivo deverão requerê-lo no ato da inscrição e por meio do Formulário de Solicitação de Atendimento Especial, indicando as providências de que necessitam para a realização das provas, com justificativa acompanhada de parecer médico emitido por especialista da área da alegada deficiência de que são portadores. O requerimento e seu respectivo comprovante deverão ser enviados para o email da secretaria do PPGDC: ppgdc.uff@gmail.com

3.4 Os candidatos que optarem pelas vagas destinadas as cotas também concorrerão às vagas destinadas à ampla concorrência, respeitando-se os critérios de maior pontuação.

4. DOS CANDIDATOS NEGROS E INDÍGENAS

4.1 O PPGDC/UFF decidiu reservar (02) duas vagas para Candidatos que se autodeclararem negros, bem como (02) duas vagas para Candidatos que se autodeclararem indígenas, observando, para tanto, o disposto no art. 13, III, do Regulamento para os Programas de Pós-graduação "Stricto Sensu" da Universidade Federal Fluminense. Os candidatos indígenas deverão apresentar carta de recomendação assinada pelo cacique da comunidade à qual pertence o candidato, constando a respectiva etnia, e/ou a assinatura do representante da Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

4.2 Na hipótese de constatação de declaração falsa, o candidato será eliminado do processo seletivo sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

4.3 Na hipótese de não haver número de candidatos inscritos pelo sistema de cotas aprovados em número suficiente para ocupar as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação.

4.4 Os candidatos que optarem pelas vagas destinadas as cotas também concorrerão às vagas destinadas à ampla concorrência, respeitando-se os critérios de maior pontuação.

5. DA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

5.1 O Processo Seletivo ocorrerá seguindo as etapas abaixo:

1ª ETAPA: Provas Escritas

5.1.1 Prova escrita de conhecimento: de caráter classificatório e eliminatório, objetiva verificar a capacidade intelectual do candidato de analisar criticamente e expressar-se com precisão conceitual sobre a matéria constante da bibliografia. A prova constará de 02(duas) questões, sendo 01 (uma) relativa à bibliografia geral comum e 01 (uma) às bibliografias específicas por linhas de pesquisas.

5.1.2 A prova escrita terá duração máxima de 4 (quatro) horas, não sendo permitida qualquer espécie de consulta nem o uso de qualquer outro recurso. Será sorteada uma questão baseada nas obras indicadas como bibliografia geral, a ser respondida por todos os candidatos e uma questão sobre as obras indicadas como bibliografia de linha de pesquisa, a ser respondida pelos candidatos respectivamente inscritos na linha de pesquisa definida na ficha de inscrição.

5.1.3 Cada resposta deverá ser redigida conforme o seguinte roteiro: (1) introdução; (2) desenvolvimento com a identificação dos tópicos mais relevantes; (3) considerações finais ou conclusões em, no máximo, 5 (cinco) laudas para cada uma das questões;

5.1.4 As provas escritas de conhecimento e de idiomas não poderão ser assinadas, rubricadas e/ou conter qualquer palavra, marca e/ou rasura que a identifique, sob pena de ser anulada. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora acarretará a anulação da prova e a eliminação do candidato. As provas deverão ser realizadas com caneta de material transparente nas cores preta ou azul, sendo proibidas provas escritas com lápis e demais cores de caneta esferográfica.

5.1.5 A pontuação da prova escrita de conhecimento seguirá os seguintes parâmetros:

Crítérios para correção da prova escrita	Pontuação máxima no item
Analisar criticamente as questões	0,50
Correlacionar os textos da bibliografia, de modo específico e não genérico, expondo precisão conceitual.	0,50
Respeitar o roteiro (introdução; desenvolvimento com a identificação dos tópicos mais relevantes; considerações finais ou conclusões)	0,50
Originalidade -profundidade – clareza – português	0,50
Questão 1 (relativa à bibliografia geral)	
Gabarito preliminar detalhado	4,00
Questão 2 (relativa às bibliografias específicas)	
Gabarito preliminar detalhado	4,00
PONTUAÇÃO FINAL	10,00

5.4 Prova escrita de proficiência em língua estrangeira terá caráter eliminatório, pois objetiva comprovação de proficiência em língua estrangeira. No turno subsequente à realização da prova escrita de conhecimento, todos os candidatos, exceto aqueles que apresentarem e tiverem validado comprovante de proficiência em língua estrangeira, realizarão prova escrita de proficiência que consistirá na interpretação, com auxílio de

dicionário, de texto em espanhol, inglês, italiano, francês ou português (para candidatos estrangeiros), segundo escolha prévia do candidato na Ficha de Inscrição.

5.5 A correção da prova escrita de conhecimento ocorrerá em data a ser designada pela Comissão Organizadora por 02 (dois) professores. Cada professor corrigirá a prova escrita de conhecimento de forma separada. A nota final do candidato será a média aritmética das notas de cada professor de 0 (zero) a 10,0 (dez). O candidato que não obtiver nota superior a 7,0 (sete) nesta etapa estará eliminado.

5.6 A correção da prova escrita de proficiência em língua estrangeira ocorrerá em data a ser designada pela Comissão Organizadora por 02 (dois) professores em relação a cada idioma. Cada professor corrigirá a prova de proficiência de forma separada. O grau atribuído será de “apto” ou “não apto”.

2ª ETAPA: Avaliação do Curriculum Vitae et Studiorum, Anteprojeto de Dissertação, da Carta de Intenção e do Formulário de Disponibilidade de Tempo

5.7 Avaliação do Curriculum Vitae et Studiorum: de caráter classificatório, objetiva verificar por mapa de pontuação a trajetória do candidato e sua inclinação para a vida acadêmica. O objetivo central consiste em mensurar formação acadêmica (grupo I) e as atividades de ensino, pesquisa e extensão dos candidatos.

5.7.1 Os candidatos deverão anexar ao seu currículo lattes cada um dos documentos comprobatórios dos itens abaixo relacionados, de modo que a banca possa pontuar as atividades desenvolvidas pelos mesmos. A simples menção e referência no currículo lattes não é documento comprobatória de realização das atividades descritas e as mesmas não serão computadas se não forem comprovadas.

5.8 A pontuação do Curriculum Vitae et Studiorum seguirá os seguintes parâmetros:

GRUPO I – Formação Acadêmica	PONTOS (por item/semestre)	Pontuação máxima no item
Pós-graduação “lato sensu”	0,50	1,00
Curso de extensão em direito ou docência de até 60h	0,10	0,50
Bolsa de Iniciação Científica ou similar	0,25	1,00
Monitoria	0,25	0,50
CR acima de 9 a 10	1,0	1,0
CR Acima de 8 a 9	0,5	0,5
Participação em Grupo de Pesquisa e Estudo	0,2	1,0
PONTUAÇÃO MÁXIMA	5,50	
GRUPO II – Ensino, Pesquisa e Extensão	PONTOS (por item)	Pontuação máxima no item
Livro na área jurídica (autoria)	1,00	3,00
Livro na área jurídica (organização)	0,50	1,50
Capítulo de livro na área jurídica	0,15	0,45
Artigo em revista acadêmica Qualis A1, A2 e B1 (impressa ou virtual)	0,50	1,50
Artigo em revista acadêmica Qualis B2 a B5 (impressa ou virtual)	0,25	0,75
Artigo em revista acadêmica Qualis C	0,05	0,15
Artigo completo em anais de congressos	0,05	0,15
Artigo e/ou resenha em revista de divulgação	0,01	0,10

Monografia ou TCC de graduação	0,15	1,15
Tempo de magistério (por semestre)	0,05	0,20
Participação como ouvinte de palestra, conferência, seminários ou congressos	0,05	2,50
Trabalho voluntário em Terceiro Setor (por semestre)	0,05	0,50
Exercício profissional comprovado na área jurídica (ponto por semestre)	0,05	0,50
Participação em redes de cooperação em pesquisa internacionais ou nacional	0,10	0,30
PONTUAÇÃO MÁXIMA	4,50	
PONTUAÇÃO MÁXIMA FINAL	10,00	

5.9 A atribuição da pontuação dos candidatos será realizada por 02 (dois) professores a serem designados pela Comissão Organizadora.

5.10 Análise do anteprojeto de dissertação, da carta de Intenção e do formulário de disponibilidade de tempo: de caráter classificatório, objetiva a adequação do seu currículo às aspirações pretendidas na sua carta de intenção e em seu anteprojeto de dissertação, bem como com a disponibilidade de tempo.

5.11 A pontuação da análise do anteprojeto de dissertação, da carta de Intenção e do formulário de disponibilidade de tempo seguirá os seguintes parâmetros:

Critérios para análise do anteprojeto de dissertação, da carta de Intenção e do formulário de disponibilidade de tempo	Pontuação máxima no item
Aderência do anteprojeto à linha de pesquisa na qual o candidato se inscreveu	1,00
Domínio da bibliografia básica sobre o tema proposto	1,00
Relevância e atualidade do tema	1,00
Clareza na elaboração do anteprojeto (qualidade de redação, articulação de ideias e da argumentação)	1,00
Precisão quanto aos objetivos, problemas e hipóteses	3,00
Viabilidade de orientação, no que tange aos interesses de investigação dos orientadores, atendendo ao número de vagas disponíveis para a orientação de cada Docente.	1,50
Metodologia e compatibilidade de execução com a duração do curso	1,50
PONTUAÇÃO FINAL	10,00

5.12 A análise será realizada por 02 (dois) professores designados pela Comissão Organizadora mesclando-se professores de cada linha de pesquisa. Cada professor analisará os itens de forma separada. A nota final do candidato será a média aritmética das notas de cada professor para cada tópico.

3ª. ETAPA: Prova Oral

5.13 Prova de entrevista: de caráter eliminatório e classificatório, objetiva avaliar o conhecimento geral do candidato, bem como a capacidade do mesmo de realizar estudos e pesquisas avançados, defender seu anteprojeto, posicionar-se quanto à relevância da pesquisa, demonstrar preparo, expressar-se de forma coerente e coesa, apresentar justificativa para o ingresso no curso. Os candidatos realizarão as provas por ordem alfabética.

5.14 A pontuação da prova de entrevista seguirá os parâmetros abaixo referenciados, sendo obrigatoriedade de o candidato manifestar-se sobre cada um deles. As notas serão atribuídas aos candidatos de modo individual por cada professor integrante da Banca Examinadora da Prova Oral.

Crítérios para prova de entrevista	Pontuação máxima no item
Conhecimento geral do candidato em relação à Área de Concentração	1,00
Capacidade do candidato de realizar estudos e pesquisas avançados na Linha de Pesquisa escolhida quando da inscrição	1,00
Capacidade do candidato de defender o seu anteprojeto de dissertação (que poderá ser posteriormente alterado)	2,00
Capacidade do candidato de se posicionar quanto à relevância da pesquisa, identificando possíveis impactos sociais e teóricos	1,00
Capacidade do candidato de demonstrar preparo acadêmico	1,00
Capacidade do candidato de expressar seus comentários e posicionamentos de forma coerente e coesa, demonstrando fluência no discurso acadêmico	2,00
Capacidade do candidato de apresentar justificativa relevante para o ingresso no curso	1,00
Capacidade do candidato de apresentar um perfil adequado às demandas do curso	1,00

5.15 Cada professor analisará os itens de forma separada após o término da entrevista do candidato e depositará em urna a cédula com as notas antes do outro candidato ingressar. A nota final do candidato será a média aritmética das notas de cada professor. Aplicar-se-ão às provas os seguintes pesos:

- a) prova escrita de conhecimento - peso 3 (três)
- b) avaliação do *Curriculum Vitae et Studiorum*, análise do anteprojeto de dissertação, da carta de Intenção e do formulário de disponibilidade de tempo - peso 1 (um);
- c) prova oral - peso 2 (dois).

5.17 Serão atribuídas notas de 0 (zero) a 10,0 (dez) em todas as etapas, sendo que a prova de proficiência conferirá apenas o grau de “apto” ou “não apto”. Para as etapas eliminatórias, serão considerados aprovados os candidatos que obtiverem nota igual ou superior a 7,0 (sete).

5.18 Os candidatos aprovados serão classificados em ordem crescente (1º, 2º, ...) de acordo com a média obtida nas etapas da seleção, considerados os respectivos pesos.

5.19 No caso de empate de notas, será considerado aprovado para a vaga existente o candidato que obtiver nota superior na prova escrita de conhecimento e, em caso de persistir a igualdade, na avaliação do *Curriculum Vitae et Studiorum*. Persistindo o empate, prevalecerá o candidato de maior idade.

5.20 Será eliminado do concurso o candidato que:

- a) não apresentar os documentos exigidos para inscrição na forma solicitada pelo formulário online e em formato pdf;
- b) não comparecer à prova escrita de conhecimento e/ou à prova escrita de proficiência em língua estrangeira e/ou à entrevista;
- c) apresentar-se após o horário estabelecido para início da prova escrita de conhecimento (obrigatoriamente com 30 minutos de antecedência na sala) e/ou para prova escrita de proficiência em língua estrangeira (obrigatoriamente com 30 minutos de antecedência na sala);
- d) estiver portando qualquer tipo de equipamento eletrônico receptor;
- e) lançar mão de meios ilícitos durante as atividades do processo seletivo;
- f) realizar autodeclaração de cor/etnia preta ou parda falsa;
- g) identificar a prova escrita de conhecimento ou de proficiência em língua estrangeira;
- h) perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos.

5.21 Não haverá, em hipótese alguma, realização de segunda chamada de quaisquer atividades do certame.

5.22 Não será permitida a entrada de qualquer candidato na sala de realização do exame em período inferior aos 30 (trinta) minutos que antecedem o início das provas escrita de conhecimento, em razão da realização do sorteio das questões.

5.23 A prova de entrevistas é gravada pela banca examinadora com registro audiovisual dos candidatos.

5.24 A divulgação dos resultados parciais e finais será realizada por meio do site do Programa (www.ppgdc.sites.uff.br) e afixados no mural da secretaria do PPGDC.

5.25 As provas seguirão o calendário estipulado neste Edital.

6. DA BIBLIOGRAFIA

6.1 A bibliografia para a seleção será dividida em bibliografia geral comum e bibliografias por Linha de Pesquisa. Os candidatos serão avaliados pela leitura prévia das seguintes obras, conforme abaixo:

Bibliografia Geral Comum:

- 1) LAS CASAS, F.B. Liberdade e justiça para os povos da América. SP: Paulus, (1552:2010), Terceiro tratado. (pp 223-278)
- 2) BOBBIO, Norberto, Positivismo Jurídico: lições de filosofia do Direito. São Paulo: Icone, 1995. (pp. 129-238, parte II, “a doutrina do positivismo jurídico”)
- 3) COSTA, Pietro e ZOLO, Danilo (orgs). O Estado de Direito: história, teoria e crítica (pp 03-94)

Bibliografia Específica da Linha 01(Instituições Políticas, Administração Pública e Jurisdição Constitucional):

- 1) ÁVILA SANTAMARÍA, Ramiro. Os direitos da natureza desde o pensamento crítico latino-americano. *Revista Culturas Jurídicas*, V. 4, n. 8, mai./ago., p. 17-85, 2017. Disponível em: <<http://culturasjuridicas.uff.br/index.php/rcj/article/view/433/168>>.
- 2) BELLOSO MARTÍN, Nuria. O Neoconstitucionalismo e o "Novo" Constitucionalismo Latino-Americano: duas correntes possíveis de entendimento? *Revista Culturas Jurídicas*, V. 4, n. 9, set./dez., p. 24-55, 2017. Disponível em: <<http://culturasjuridicas.uff.br/index.php/rcj/article/view/466/194>>.
- 3) MEDICI, Alejandro. Constituição material e justiça política. *Revista Culturas Jurídicas*, V. 5, n. 10, jan./abr., p. 49-71, 2018. Disponível em: <<http://culturasjuridicas.uff.br/index.php/rcj/article/view/520/222>>.

Bibliografia Específica da Linha 02 (Teoria e História do Direito Constitucional e Direito Constitucional Internacional e Comparado):

- 1) DELMAS-MARTY, Mireille. *Direito penal do inumano*. SP: Forum, 2014.
- 2) AYALA, Patryck de Araujo; RODRIGUES, Eveline de Magalhes W.. Constitucionalismo e proteção ambiental na América Latina: é possível proteger melhor? in: CANOTILHO, Jose Joaquim G.; LEITE, José Rubens M. *Direito Constitucional Ambiental Brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 476-49.
- 3) SALDANHA, Jânia e MELLO, Rafaela da Cruz. Um imaginário possível: rumo ao cosmopolitismo jurídico. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*. Disponível em: <https://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/1857>

6.2 Os textos raros, esgotados ou de difícil acesso estarão à disposição para fotocópia na xerox da Faculdade de Direito da UFF.

7. DOS RECURSOS

7.1 Serão admitidos recursos, até 48 (quarenta e oito) horas após a divulgação dos resultados da prova escrita, prova de línguas e da prova de entrevista.

7.2 O recurso deverá ser enviado por email para o endereço da Secretaria: ppgdc.uff@gmail.com, no prazo estipulado pelo cronograma.

7.3 A divulgação dos resultados dos recursos de cada etapa ocorrerá em até 72 (setenta e duas) horas do fim do prazo recursal por meio de email direcionado ao candidato recorrente.

8. DO CALENDÁRIO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

8.1 As provas escritas, de conteúdo e de proficiência em língua estrangeira, bem como as entrevistas, serão realizadas na sede do PPGDC.

9. DA COMISSÃO ORGANIZADORA

9.1 A Comissão Organizadora será composta pelos professores Clarissa Brandão, Eduardo Val, Enzo Bello, Giulia Parola, Marco Aurélio Casamasso e Monica Paraguassú.

10. DA BANCA EXAMINADORA

10.1 Banca Examinadora será composta por professores integrantes do PPGDC em atividade, permanentes e colaboradores, com a possibilidade de atuação em todas as etapas do certame, conforme disposições existentes neste edital.

11. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A inscrição no processo seletivo implica a aceitação plena, pelo candidato, das normas do presente edital, do Regimento Interno do Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional e das normas de hierarquia superior da Universidade Federal Fluminense.

11.2. Caso ocorra desistência do candidato selecionado, será chamado a ocupar a vaga remanescente o candidato classificado na sequência, desde que não ultrapasse o número de vagas previsto neste Edital.

11.3 Os candidatos aprovados no Edital estarão cientes que ao final do curso terão suas dissertações divulgadas integralmente no site do PPGDC em razão da necessidade de difusão dos trabalhos elaborados no âmbito do Programa, nos termos estabelecidos pela CAPES.

11.4 Os casos omissos ou duvidosos serão resolvidos pela Comissão Organizadora, cabendo recurso de suas decisões, em grau final, ao Colegiado do PPGDC.

12. DO CALENDÁRIO E LOCAL DE REALIZAÇÃO

Inscrições	27 de agosto de 2018 até 05 de outubro de 2018, online.
Deferimento das inscrições	10 de outubro de 2018, no site do PPGDC.
Prova Escrita de Conhecimento	19 de outubro de 2018, no Prédio da Faculdade de Direito II, situado na Rua Tiradentes, n. 17. A entrada dos candidatos ocorrerá a partir das 07:30h e às 08:30h os portões serão fechados. A prova será realizada das 9h às 13h. Os candidatos não entrarão depois das 08:30h e serão desclassificados.
Prova Escrita de Línguas	19 de outubro de 2018, no Prédio da Faculdade de Direito II, situado na Rua Tiradentes, n. 17. A entrada dos candidatos ocorrerá a partir das 14:00h e às 14:30h, os portões serão fechados. A prova será realizada das 15h às 17h. Os candidatos não entrarão depois das 14:30h e serão desclassificados.
Resultado das provas de conhecimento	09 de novembro de 2018, no site do PPGDC
Resultado das provas de línguas	09 de novembro de 2018, no site do PPGDC
Prazo para Recursos das Provas Escritas	48 horas após a divulgação dos resultados. Os recorrentes deverão apresentar o recurso por email ppgdc.uff@gmail.com
Resultado dos Recursos	23 de novembro, no site do PPGDC
Entrevistas	29 e 30 de novembro de 2018, no Prédio da Faculdade de Direito II, situado na Rua Tiradentes, n. 17.

Resultado das entrevistas	05 de dezembro de 2018, no site do PPGDC
Prazo para Recursos da Prova de Entrevista	48 horas após a divulgação dos resultados. Os recorrentes deverão apresentar o recurso por email ppgdc.uff@gmail.com
Resultado dos Recursos	12 de dezembro de 2018.
Resultado das avaliações do anteprojeto de dissertação, da carta de Intenção e do formulário de disponibilidade de tempo	14 de dezembro de 2018.
Resultado Final	18 de dezembro de 2018.

FICHA DE INSCRIÇÃO (ANEXO 01)

Data: ____/____/2017.

Programa de Pós-Graduação em Direito Constitucional				
DADOS PES SOAS IS	Nome:			
	Estado Civil:	Nacionalidade:	Naturalidade:	
	RG.:	Órgão:	Data:	CPF:
	Endereço Residencial:			
	Bairro:		Cidade/Estado:	
	CEP:	Fone(s)DDD:		
	Celular(es)DDD:		Data de Nascimento:	
	e-mail(s):			
	Filiação:			
	DADOS ACADÊMICOS e profissionais	É professor de alguma Instituição de Ensino Superior () Sim () Não		
Em caso afirmativo, qual?				
Quais disciplinas ministra?				
Forma de concorrência: () Ampla () Vagas para candidatos com deficiência () Vagas para autodeclarados negros () Vagas para autodeclarados indígenas Prova de proficiência: () Espanhol; () Inglês; () Francês; () Italiano; () Português. Comprovante de proficiência: () Espanhol; () Inglês; () Francês; () Italiano; () Outros; () Nenhum.				
Aponte a Linha de Pesquisa em que pretende ser avaliado e, em ordem de preferência, os nomes de 3 (três) professores a ela vinculados.				



**EDITAL DE SELEÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
DIREITO CONSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

Local/ Data: _____

Assinatura do candidato



AUTODECLARAÇÃO DE COR/ETNIA PRETA OU PARDA / INDÍGENA (ANEXO 02)

Eu, _____,
CPF nº. _____, portador do documento de
identidade nº. _____, declaro ser negro(a) de cor/etnia preta ou
parda / declaro ser indígena e assumo a opção de concorrer às vagas específica
estabelecidas no processo de seleção de candidatos para o curso de mestrado do
programa de pós-graduação *stricto sensu* em direito constitucional.

Estou ciente de que, se for detectada falsidade desta declaração estarei sujeito a
penalidades legais.

Niterói, _____ de _____ de _____.

Assinatura do candidato



FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE ATENDIMENTO ESPECIAL
(ANEXO 03)

Eu, _____,
CPF nº. _____, portador do documento de
identidade nº. _____, com base no processo de seleção de
candidatos para o curso de mestrado do programa de pós-graduação stricto sensu
em direito constitucional e no disposto no § 1º do art. 27 do Decreto 3.298/1999,
solicito (marcar com um X):

- | | |
|--|------------------------------|
| 01. DosVox | 08. Intérprete de Libras |
| 02. Prova em Braile | 09. Uso de aparelho auditivo |
| 03. Prova ampliada para fonte tamanho 14 | 10. Déficit de Atenção |
| 04. Uso de Sorobã e/ou Lupa | 11. Dislexia |
| 05. Ledor | 12. Acesso facilitado |
| 06. Escrevedor para elipses | 13. Uso de medicamentos |
| 07. Escrevedor para Redação | 14. Outros (descrever): |

em virtude de (descrever necessidade especial) _____

- Estou ciente de que o PPGDC/UFF atenderá o solicitado levando em consideração critérios de viabilidade e razoabilidade;
- OBRIGATÓRIO apresentação de Atestado Médico (legível) contendo a descrição detalhada da necessidade do candidato e o número do CID correspondente.



**EDITAL DE SELEÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
DIREITO CONSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

Niterói, _____ de _____ de _____.

Assinatura do candidato

MODELO DE CARTA DE INTENÇÃO (ANEXO 04)

À Coordenadora do PPGDC-UFF

Eu, _____, candidato ao Programa de Pós Graduação em Direito Constitucional (PPGDC), em nível de mestrado, da Universidade Federal Fluminense (UFF), apresento a seguir minhas intenções em relação ao Curso:

Explicitar:

- 1) A relação entre o Mestrado em Direito Constitucional e os interesses profissionais do candidato. (máximo de 5 linhas, fonte Arial 10, espaço 1)
- 2) As razões de escolha do Programa; (máximo de 5 linhas, fonte Arial 10, espaço 1)
- 3) Sua trajetória acadêmica; (máximo de 3 linhas, fonte Arial 10, espaço 1)
- 4) Seus compromissos profissionais assumidos ou por assumir e que serão mantidos durante o curso (máximo de 2 linhas, fonte Arial 10, espaço 1).

Niterói, ____ de _____ de _____.

Assinatura do candidato

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE TEMPO (ANEXO 05)

1) Em relação à dedicação aos Estudos:

o candidato dispõe de tempo integral e dedicar-se-á em regime de dedicação exclusiva

Sim Não

Caso a resposta anterior seja negativa, semanalmente o candidato disporá de:

40 a 30 horas

30 a 20 horas

20 a 10 horas

menos de 10 horas

2) Qual a atividade profissional do candidato?

Regime de trabalho: _____ Horas

Outras atividades (descrevê-las)

3) Solicitará Bolsa?

Sim Não



**EDITAL DE SELEÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM
DIREITO CONSTITUCIONAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**

Niterói, _____ de _____ de _____.

Assinatura do candidato

ROTEIRO PARA ELABORAÇÃO DO ANTEPROJETO DE DISSERTAÇÃO (ANEXO 06)

Identificação do Candidato: Nome

Dados gerais do projeto/anteprojeto: Linha de Pesquisa: Título
do Projeto/Anteprojeto: Palavras-chave (até cinco):

Tema e delimitação do tema: Contextualização histórica e espacial do objeto da pesquisa, visando à sua delimitação.

Máximo de um parágrafo (100 palavras); Fonte ARIAL 10, espaço 1.

Problema da pesquisa: Descrever, objetivamente, com fundamentação teórica, o problema focalizado e sua relevância no contexto da linha inserida e sua importância específica para o avanço do conhecimento (trata-se de um questionamento).

Máximo de um parágrafo (100 palavras); Fonte ARIAL 10, espaço 1.

Objetivo Geral: Descrição do objetivo geral da pesquisa proposta. Máximo de um parágrafo (100 palavras); Fonte ARIAL 10, espaço 1.

Objetivos Específicos: Descrição detalhada dos objetivos a serem alcançados com a realização da pesquisa, especificando-os em itens. Máximo de dez itens (50 palavras por item); Fonte ARIAL 10, espaço 1.

Justificativa: Demonstrar a relevância do tema e da pesquisa a ser desenvolvida e contribuição que a pesquisa trará. Máximo de um parágrafo (100 palavras); Fonte ARIAL 10, espaço 1.

Referencial Teórico: Nos moldes científicos, abordando os conteúdos atinentes ao tema, com citações, referências, etc.; deve demonstrar o conhecimento que o aluno possui quanto ao tema escolhido, a ser aprofundado com a pesquisa e na dissertação.

De 5 a 8 páginas; Fonte ARIAL 10, espaço 1.

Metodologia: Descrição da metodologia a ser empregada para execução do projeto e sua relação com o alcance dos objetivos. Máximo de uma página; Fonte ARIAL 10, espaço 1.

Estrutura preliminar: Sumário provisório do trabalho - organização lógica dos tópicos a serem abordados no enfrentamento do problema.

Máximo de uma página; Fonte ARIAL 10, espaço 1.

Referências: Listar bibliografia citada e consultada segundo as normas da ABNT, em ordem alfabética do sobrenome do autor principal. Usar espaço 1 para cada citação e deixar um espaço entre uma citação e outra. Máximo 10 páginas; Fonte ARIAL 10, espaço 1.



FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXA DE INSCRIÇÃO (ANEXO 07)

Eu, _____,

CPF nº. _____, portador do

documento de identidade nº. _____, candidato ao Programa de

Pós Graduação em Direito Constitucional (PPGDC), declaro, para fins

de pedido de isenção do pagamento do valor da taxa de inscrição, que

Niterói, ____ de _____ de _____.

Assinatura do candidato

ANEXO B – Lista de inscritos no PPGDC 2019

Linha 1 - Instituições Políticas, Administração Pública e Jurisdição Constitucional.

Nome Completo:	Forma de concorrência no Concurso:
1 Luciana Gonçalves Dias	Ampla concorrência
2 Priscila Oquioni Souto	Ampla concorrência
3 PAULO FERNANDO PEREIRA LOPES	Ampla concorrência
4 Marcelo Pedro do Nascimento	Ampla concorrência
5 Lívia de Araújo Correa	Ampla concorrência
6 Leonardo Oliveira Tognoc	Ampla concorrência
7 Patricia Brito Martins	Ampla concorrência
8 iago vasconcellos macello figueiredo	Ampla concorrência
9 DAYANE AGUIAR TEIXEIRA	Ampla concorrência
10 Isabella Oliveira de Carvalho	Ampla concorrência
11 ANDRÉ LUIZ FIGUEIREDO DE CARVALHO	Ampla concorrência
12 HERES PEREIRA SILVA	Ampla concorrência
13 João Pedro Coutinho Barreto	Ampla concorrência
14 silvia catarina campos pedroza	Ampla concorrência
15 ANA PAULA LISBOA LOBÃO	Ampla concorrência
16 Helena Rocha Matos	Ampla concorrência
17 Isabella Oliveira de Carvalho	Ampla concorrência
18 Adriana de Lima e Cirne Azevedo	Ampla concorrência
19 IGOR GIUBERTI PINTO	Ampla concorrência
20 IZABELLE MARIA PATITUCCI DE AZEVEDO	Ampla concorrência
21 Caroline Rodrigues Oliveira Gomes	Ampla concorrência
22 EMANUELLE SCHNEIDER OLMI	Ampla concorrência
23 Elza Monteiro Stille	Ampla concorrência
24 Gustavo Telles da Silva	Ampla concorrência
25 TATHIANE SILVA DA COSTA	Ampla concorrência
26 Bruno dos Santos Ramos Cavalcanti	Ampla concorrência
27 Fabiana Belo Viana	Vagas reservadas a candidatos que se autodeclararem
28 OCTAVIO MORGADO DE SOUZA BANDEIR	Ampla concorrência
29 Bruna Jakobi	Ampla concorrência
30 Clarissa Sanglard Hisse	Ampla concorrência

Linha 2 - Teoria e História

Nome Completo
1 MÔNICA BERÇOTEL-JAI
2 Pedro Corrêa Canellas
3 Maria Magdalena Grego M
4 Luciano Rosa Vicente
5 Hélio Nascimento de Olive
6 Daniel Luiz Pitz
7 Rafael Pinto dos Santos
8 LUIDGI SILVA ALMEIDA
9 Gustavo de Almeida Muni
10 Gustavo de Almeida Muni
11 Rafael da Costa Palma Ca
12 Flaiza Sampaio Silva
13 Fernanda Baldi Pessanha
14 Marcos Paulo dos Santos
15 Caroline Camargo Barbos
16 Marilha Boldt
17 Heitor Gama Pimentel
18 Victoria Lourenço de Carv
19 Fernanda Baldi Pessanha
20 Luiza Deschamps Cavalca
21 Renan Souza de Pinho
22 Rafaella Araujo Lessa Cha
23 Palloma Henrique Borges
24 Evelyn Ribeiro dos Santos
25 Fabíola da Silva de Lima
26 Victor Boechat Rosa e Silv
27 Lilian Vitor do Nascimento
28 Ana Clara Ayello Leite
29 Sabrina Gaburo Quintino
30 Emerson Ferreira do Nasc

31 Gabriela Samira Onias	Vagas reservadas a candidatos que se autodeclararem	31 Ana Carolina de Azevedo
32 Bárbara Albino Maciel	Ampla concorrência	32 RENATO DE OLIVEIRA D
33 washington valerio de almeida junior	Ampla concorrência	33 Thiago Luiz dos Santos Q
34 Helena Rocha Matos	Ampla concorrência	34 Thiago Luiz dos Santos Q
35 João Fabrício Ribeiro Reis Alves do Valle	Ampla concorrência	35 Izabelle Camacho Fonseca
36 TATIANA VIEIRA LOPES	Ampla concorrência	36 Mariana Ferreira de Mello
37 DANIEL DA SILVA	Vagas reservadas a candidatos que se autodeclararem	37 SAMARA REBECA DE OL
38 Fabiana Belo Viana	Vagas reservadas a candidatos que se autodeclararem	38 Maria José Helena Pinto
39 TANIA DE SOUSA ELIAS	Ampla concorrência	39 Alexandre Marques Rola
40 Mariana Cristina Monteiro Milani Rodrigues	Ampla concorrência	40 Giuliana Ribeiro Casazza
41 Helena Rocha Matos	Ampla concorrência	41 PALLOMA HENRIQUE BO
42 THALES PINTO FREITAS	Ampla concorrência	42 KAREN CALABRIA ALVE
43 JAQUELINA LEITE DA SILVA MITRE	Ampla concorrência	43 Andrea Peres Lima
44 ALESSANDRA DA SILVA SOUZA	Ampla concorrência	44 Roberta De Stéfani Vianna
45 DANIEL DA SILVA	Vagas reservadas a candidatos que se autodeclararem	45 Alessandra de Barros Wa
46 Caroline Matias Gabriel	Ampla concorrência	46 JULLIANA CRISTINA CO
47 Lilian Ferezini de Miranda	Ampla concorrência	47 Alexandre Magno Antunes
		48 Paulo Henrique Lopes Vaz

a do Direito Constitucional e Direito Constitucional Internacional e Comparado

Forma de concorrência no Concurso:

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Vagas reservadas a candidatos que se autodeclararem negros

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Vagas para candidato com deficiência

Vagas para candidato com deficiência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Vagas reservadas a candidatos que se autodeclararem negros

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

Ampla concorrência

**ANEXO C – Lista dos convocados para a fase de
entrevistas do PPGDC**



Serviço Público Federal
Universidade Federal Fluminense
Mestrado em Direito Constitucional

Prezados(as) candidatos(as),

Fica publicamente divulgada a lista dos(as) candidatos(as) habilitados(as) para a etapa de entrevista do processo seletivo discente do PPGDC – turma 2019, a ocorrer nos dias 29 e 30 de novembro 2018 no Prédio da Faculdade de Direito II, situado na Rua Tiradentes, n. 17. Ressalta-se que no dia da entrevista, os documentos indicados no item 2.1 do edital deverão ser entregues impressos e encadernados em 1 via, seguindo a sequência descrita no referido item.

Dia 29/11/18: linha de pesquisas 1

15:00 – Adriana de Lima Cirne Azevedo

15:10 – Bárbara Albino Maciel

15:20 – Bruna Jakobi

15:30 – Caroline Rodrigues Oliveira Gomes

15:40 – Dayane Aguiar Teixeira

15:50 – Gabriela Samira Onias

16:00 – Helena Rocha Matos

16:10 – Iago Vasconcellos Macello Figueiredo



Serviço Público Federal
Universidade Federal Fluminense
Mestrado em Direito Constitucional

16:20 – Isabella Oliveira de Carvalho

16:30 – Izabelle Maria Patitucci de Azevedo

16:40 – Jaquelina Leite da Silva Mitre

16:50 – Leonardo Oliveira Tognoc

17:00 – Mariana Cristina Monteiro Milani Rodrigues

17:10 – Tania de Sousa Elias

Dia 30/11/18: linha de pesquisas 2

14:00 – Alexandre Magno Antunes de Souza

14:10 – Ana Carolina de Azevedo Caminha

14:20 – Clarissa Sanglard Hisse

14:30 – Flaiza Sampaio Silva

14:40 – Giuliana Ribeiro Casazza

14:50 – Karen Calabria Alves

15:00 – Lilian Vitor do Nascimento Ferreira



Serviço Público Federal
Universidade Federal Fluminense
Mestrado em Direito Constitucional

15:10– Luciano Rosa Vicente

15:20– Luidgi Silva Almeida

15:30 – Luiza Deschamps Cavalcanti Moreira

15:40– Maria Magdalena Grego Moren

15:50– Marilha Boldt

16:00– Palloma Henrique Borges

16:10 – Rafaella Araújo Lessa Chapim

16:20– Roberta de Stéfani Vianna

16:30– Samara Rebeca de Oliveira Costa

16:40– Thiago Luiz dos Santos Queiroz

16:50– Victor Boechat Rosa e Silva

17:00– Victoria Lourenço de Carvalho e Gonçalves

Atenciosamente,

Comissão Organizadora

**ANEXO D – Divulgação preliminar dos aprovados
para a fase de entrevista do PPGDC 2019**



Serviço Público Federal
Universidade Federal Fluminense
Mestrado em Direito Constitucional

Prezados candidatos, segue abaixo o resultado provisório após as entrevistas do Processo de Seleção de Candidatos Para o Curso de Mestrado Stricto Sensu em Direito Constitucional da Universidade Federal Fluminense.

Colocação Final	Linha	Cotista	Nome	Nota final Prova Escrita	Nota final Currículo	Nota final do Anteprojeto	Nota final Entrevista	Nota Final	Situação
1	1	Não	Iago Vasconcellos Marcello Figueiredo	10,0000	2,60	7,57	8,50	8,681	Classificado
2	2	Não	Victoria Lourenço de Carvalho e Gonçalves	10,0000	2,90	7,79	7,78	8,483	Classificado
3	2	Não	Rafaella Araújo Lessa Chapim	10,0000	2,36	7,69	7,00	8,170	Classificado
4	2	Não	Luidgi Silva Almeida	9,2500	2,35	6,30	7,78	7,938	Classificado
5	2	Não	Samara Rebeca de Oliveira Costa	8,4375	1,80	8,27	8,22	7,799	Classificado

Serviço Público Federal
Universidade Federal Fluminense
Mestrado em Direito Constitucional

6	1	Não	Helena Rocha Matos	8,7875	1,75	8,08	7,75	7,796	Classificado
-	1	Não	Leonardo Oliveira Tognoc	9,9375	3,33	6,19	5,75	7,679	Eliminado
7	1	Não	Dayane Aguiar Teixeira	9,1125	1,40	6,84	7,13	7,618	Classificado
8	2	Não	Palloma Henrique Borges	8,0875	1,85	7,73	8,17	7,564	Classificado
9	2	Não	Roberta de Stéfani Vianna	7,8000	0,50	8,72	8,39	7,465	Classificado
-	2	Não	Ana Carolina de Azevedo Caminha	9,0375	1,38	7,60	6,50	7,434	Eliminado
10	2	Não	Lilian Vitor do Nascimento Ferreira	8,4375	0,80	7,47	7,44	7,390	Classificado
11	2	Não	Clarissa Sanglard Hisse	8,4375	0,90	7,54	7,17	7,311	Classificado
-	2	Não	Luiza	8,7375	1,65	8,41	6,22	7,282	Eliminado

Serviço Público Federal
Universidade Federal Fluminense
Mestrado em Direito Constitucional

			Deschamps Cavalcanti Moreira						
12	1	Não	Isabella Oliveira de Carvalho	8,0625	3,10	6,19	7,19	7,201	Classificado
-	2	Não	Marilha Boldt	8,0250	3,25	7,06	6,61	7,075	Eliminado
13	1	Não	Caroline Rodrigues Oliveira Gomes	7,1375	0,35	7,13	8,44	7,004	Classificado
14	2	Não	Giuliana Ribeiro Casazza	7,5375	0,15	7,51	7,72	6,982	Classificado
15	2	Sim	Flaiza Sampaio Silva	7,0000	1,95	7,41	8,00	6,947	Classificado
16	1	Sim	Gabriela Samira Onias	7,1625	2,55	6,45	7,63	6,873	Classificado
17	1	Não	Mariana Cristina Monteiro Milani Rodrigues	7,0000	0,85	8,04	7,86	6,860	Classificado

Serviço Público Federal
Universidade Federal Fluminense
Mestrado em Direito Constitucional

18	1	Não	Izabelle Maria Patitucci de Azevedo	7,0000	0,80	7,08	7,75	6,740	Classificado
-	2	Não	Luciano Rosa Vicente	8,6125	5,80	6,03	4,17	6,681	Eliminado
19	1	Não	Bruna Jakobi	7,0000	0,85	6,88	7,56	6,665	Classificado
-	2	Não	Alexandre Magno Antunes de Souza	8,6125	0,50	6,34	5,06	6,562	Eliminado
-	2	Sim	Thiago Luiz dos Santos Queiroz	8,1125	1,15	5,74	5,33	6,408	Eliminado
-	1	Não	Tania de Sousa Elias	7,0000	2,50	5,51	6,00	6,168	Eliminado
-	2	Não	Karen Calabria Alves	8,0625	2,45	5,93	4,11	6,100	Eliminado
-	2	Não	Adriana de Lima Cirne Azevedo	7,0000	3,55	6,21	5,10	6,014	Eliminado
-	2	Não	Victor Boechat Rosa e Silva	7,9875	0,00	5,41	4,17	5,834	Eliminado



Serviço Público Federal
Universidade Federal Fluminense
Mestrado em Direito Constitucional

-	1	Não	Jaquelina Leite da Silva Mitre	7,2125	1,00	6,65	4,69	5,806	Eliminado
-	1	Não	Barbara Albino Maciel	7,0000	0,65	5,70	4,44	5,508	Eliminado
-	2	Não	Maria Magdalena Grego Moren	7,0000	2,16	5,84	3,94	5,479	Eliminado